

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano LXXXV • Nº 222

Poder Legislativo

Recife, terça-feira, 23 de dezembro de 2008

Alepe encerra 2008 com aprovação de 2.500 projetos

Concluir a análise do novo Regimento Interno foi um dos desafios cumpridos

A Assembléia Legislativa de Pernambuco (Alepe) encerrou os trabalhos do ano de 2008 com muita produção. A Casa recebeu 2.679 proposições para apreciar. Dessas, 2.500 foram aprovadas, sendo 762 indicações, 1.361 requerimentos, 296 projetos de lei ordinária, 31 de lei complementar, duas Propostas de Emenda à Constituição e 48 projetos de resolução. Entre as iniciativas que receberam parecer favorável, está o novo Regimento Interno da Alepe.

O documento, que entra em vigor a partir de fevereiro de 2009, favorece a modernização da Casa e possibilitará mais agilidade ao trâmite legislativo. Um dos itens previstos no Regimento é a instalação de painel eletrônico, por meio do qual os parlamentares poderão acompanhar as votações.

Os deputados também aprovaram, ao longo de 2008, matérias que beneficiaram servidores e contribuirão para o desenvolvimento de Pernambuco, como a que reduz para 7% a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e de Serviços (ICMS) do óleo combustível destinado às usinas termoeletricas do Estado.

Do total de proposições enviadas, 18 foram retiradas de pauta, nove rejeitadas, uma arquivada e 86 continuam tramitando. O Poder Legislativo também realizou 145 reuniões ordinárias, 24 extraordinárias e 52 solenes.

O presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa (PDT), destacou que a As-

sembléia atingiu 100% dos objetivos traçados para este ano, sobretudo por ter conseguido atender às demandas dos servidores e trabalhar de forma harmoniosa com os demais Poderes de Pernambuco.

"Além de pagarmos a URV, o que significou o resgate de uma dívida histórica com o funcionalismo da instituição, também beneficiamos os servidores com cursos ministrados pela Escola do Legislativo, entre outras ações. O ano foi tranqüilo no relacionamento da Casa com os trabalhadores, com a sociedade civil e outras esferas políticas do Estado", avaliou. Uchoa ainda salientou a interiorização da *Assembléia na TV* e o pedido, junto ao Ministério das Comunicações, de concessão de canal educativo de TV.

O primeiro-secretário da Alepe, deputado João Fernando Coutinho (PSB), lembrou os investimentos na modernização tecnológica da Assembléia, com a aquisição de novos computadores e impressoras para atender aos gabinetes e a setores administrativos da instituição, além de projetores para os Plenarinhos e *notebooks* para os parlamentares. "Investimos ainda na gestão de pessoas, promovendo a integração organizacional e iniciativas que visam estimular ações contínuas de saúde, pois sabemos que, para haver uma boa prestação de serviço, é necessário criar um ambiente favorável de trabalho", enfatizou.

Leia mais na página 3



MESA - Presidente Guilherme Uchoa (3º à direita) ressaltou o pagamento da URV aos servidores da Casa

Solidariedade

Em mais uma demonstração de solidariedade, o Poder Legislativo doou, ontem, parte dos produtos arrecadados na Campanha Natal Sem Fome dos Sonhos e na 2ª edição da Campanha Alepe Solidária para as vítimas da enchente em Santa Catarina. O presidente da Casa, deputado Guilherme Uchoa (PDT), recebeu o gerente da filial da Transportadora Atlas, Roberto Martins, e o supervisor operacional da empresa, Waldeck Moura, para fazer a entrega dos produtos. "A Atlas encontrou no transporte dos donativos uma forma de ajudar as pessoas", disse Martins. Para Uchoa, o gesto da Alepe demonstra a preocupação e a sensibilidade de todos. "A solidariedade não pode ser imposta, precisa ser fruto do amor e da responsabilidade. Em Pernambuco, existe um trabalho solidário consolidado com a Ação da Cidadania. Os funcionários do Legislativo sempre demonstram a capacidade de doar", observou o presidente do Poder. Três toneladas de alimentos, medicamentos, roupas, brinquedos, livros, entre outros itens, serão transportados pela Atlas numa viagem que deve durar, aproximadamente, seis dias. A Campanha Alepe Solidária arrecadou 800 produtos e a servidora campeã no número de doações foi Naide Rego, da Superintendência de Recursos Humanos. Ela doou 244 itens.



MOISÉS BARBOSA

Antônio Figueirôa se despede do Parlamento Estadual

Petebista comandará a cidade de Santa Cruz do Capibaribe

A emoção marcou o pronunciamento de despedida do deputado Antônio Figueirôa (PTB), ontem, no Plenário. Com a voz embargada em vários momentos, o parlamentar que assumirá, no próximo dia 1º, a Prefeitura de Santa Cruz do Capibaribe, no Agreste, destacou as amizades feitas ao longo dos seis anos em que atuou no Poder Legislativo e agradeceu aos parlamentares, aos integrantes do seu gabinete e a todos os funcionários da Assembléia Legislativa pela colaboração. “A Casa foi uma grande escola. Saio para assumir outro compromisso e sei que posso contar com o apoio dos demais deputados”, disse.

Toinho do Pará, como também é conhecido, ressaltou a postura do presidente da Casa, deputado Guilherme Uchoa (PDT), e do líder do Governo, deputado Isaltino Nascimento (PT). “O convívio foi muito bom com os dois e fico feliz em ver Uchoa comandando tão bem os destinos do Legislativo Estadual”, observou.

O petebista ainda pediu, desculpas ao deputado Edson Viera (PSDC), seu oponente nas eleições municipais. “Caso tenha dito alguma palavra, durante a campanha política, que o tenha magoado, peço desculpas em público”, frisou.

Como exemplo de conquistas para a região, fruto de projetos e indicações de



FOTOS: JOÃO BITA

ATUAÇÃO - Deputado recebeu elogios dos demais colegas

sua autoria, Figueirôa citou as melhorias nas estradas, no abastecimento de água de toda a região e a instalação de uma unidade do Corpo de Bombeiros em Santa Cruz, entre outras ações. “Foram vários os a-

vanços, mas ainda há muito o que fazer”, afirmou, defendendo a implantação de uma escola técnica, a fim de qualificar a mão-de-obra jovem do município. “Sei da responsabilidade que estou assumindo. Santa Cruz, assim como outros municípios do Estado, têm vários problemas”, comentou.

Em aparte, Edson Vieira se colocou à disposição de Santa Cruz e explicou que as divergências com Figueirôa sempre foram no campo político, nunca no pessoal. “Desejo sorte e que faça a administração que o povo espera”, concluiu. Também se pronunciaram os deputados Esmeraldo Santos (PR); Raimundo Pimentel (PSDB); Pastor Cleiton Collins (PSDC);

os petistas Teresa Leitão, Isaltino Nascimento e André Campos; José Queiroz (PDT); Nadegei Queiroz (PMN); Elina Carneiro e Soldado Moisés, ambos do PSB; Guilherme Uchoa; Adelmo Duarte (DEM) e Eriberto Medeiros (PTC).

Todos falaram da simplicidade, do caráter e humildade de Figueirôa. “O povo escolheu e Figueirôa vai realizar um grande trabalho”, avaliou Campos. “Figueirôa, ao longo dos anos, revelou a pessoa que é, bom companheiro e bom parlamentar”, ponderou Uchoa. “Vamos trabalhar juntos pelo fortalecimento da região”, afirmou Queiroz, que também deixará a Casa para assumir a Prefeitura de Caruaru.

Prefeito eleito do Recife ressalta papel do Legislativo e agradece apoio

Despediu-se, ontem, da Assembléia Legislativa, o deputado João da Costa (PT). O parlamentar foi eleito prefeito da cidade do Recife e assumirá o cargo, no dia 1º de janeiro. “Apesar de ter atuado durante dez anos como assessor do prefeito João Paulo, no período em que ele foi deputado estadual, constatei que uma coisa é ser assessor, outra é ser deputado”, comentou o petista. Em março de 2007, João da Costa se licenciou do mandato de deputado para assumir a Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Recife.

“O pouco tempo que fiquei na Casa foi o suficiente para aprender muito, por isso, queria, no nome do presidente da Casa, deputado Guilherme Uchoa (PDT), ressaltar meu reconhecimento pela forma carinhosa como fui acolhido. Sei o desafio que tenho pela frente. Espero contar com a Assembléia Legislativa para desenvolver o conjunto de projetos que a cidade do Recife



DESAFIO - João da Costa assumirá novo cargo em janeiro

precisa implementar para melhorar a vida dos habitantes. Recife tem condições de voltar a ser a principal Capital do Nordeste, do ponto de vista econômico, político e social”, destacou.

Aparteando João da Costa, o deputado José Queiroz (PDT) comparou o jeito de ser do petista ao do ex-governador Miguel Arraes (PSB). “Passei a admirá-lo pela persistência e perseverança de suportar o bombardeio de

problemas de forma equilibrada, durante as eleições municipais”, observou. Guilherme Uchoa desejou a João da Costa boa sorte. “Quanto ao apoio da Assembléia, pode ficar tranquilo que esta Casa não se ausentará do debate nem da oportunidade de ajudá-lo no que for preciso”.

André Campos (PT) disse que o apoiava para solucionar impasses na divisa entre Recife e Jaboatão dos Gua-

rarapes. A petista Teresa Leitão falou da importância de João da Costa no processo político do partido. Cleiton Collins (PSC) citou a confiança do público evangélico no trabalho desenvolvido pelo PT. Elina Carneiro (PSB) comentou a fidelidade de Costa ao atual prefeito do Recife, João Paulo.

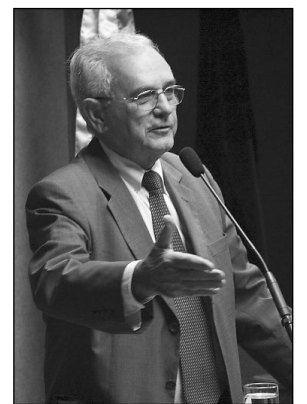
Soldado Moisés (PSB) parabenizou Costa pelo trabalho realizado como secretário de Planejamento e pela sua equipe. Esmeraldo Santos (PR) elogiou Costa pela pessoa pública que representa. Adelmo Duarte (DEM) desejou boa sorte na administração municipal e Eriberto Medeiros (PTC) lembrou que, “desde o início”, pensou no nome de João da Costa como candidato à Prefeitura do Recife.

Líder do Governo na Alepe, Isaltino Nascimento (PT) avaliou que a vitória de João da Costa contribuirá para a política de transformação da legenda e Raimundo Pimentel (PSDB) desejou sucesso na administração da cidade.

PLENÁRIO

Infra-estrutura

A recuperação da PE - 89, estrada que liga o município de Macaparana, na Zona da Mata Norte, a Timbaúba, São Vicente Férrer e Limoeiro, e do trecho que vai de Macaparana à Pirauá motivou o pronunciamento do deputado Mavial Cavalcanti (DEM). O integrante do Democratas agradeceu ao secretário estadual de Transportes, Sebastião Oliveira Júnior, pela iniciativa que “trará muitos benefícios para a região”.



Tribunal de Contas da União

A indicação do ex-senador e ex-deputado federal José Jorge para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) repercutiu mais uma vez. “Considero que a contribuição de José Jorge será de grande valia para a nação, devido aos conhecimentos econômicos e administrativos que ele possui”, observou Sebastião Rufino (DEM), acrescentando que, quando atuava como secretário de Habitação, no Governo de Marco Maciel, José Jorge desenvolveu o maior programa habitacional do Brasil. Foram construídas cem mil casas populares no Estado. Rufino ainda solicitou a transcrição, nos Anais da Casa, do artigo publicado na *Folha de Pernambuco*, no último domingo, de autoria do prefeito do município de Floresta, Ricardo Ferraz. O texto trata dos subsídios necessários para a transposição do Rio São Francisco.

Líder do Governo enumera ações desenvolvidas pelo Poder Executivo

Diálogo firmado com a Oposição foi classificado como positivo

Continuação da página 1

Na última reunião plenária de 2008, o líder do Governo, deputado Isaltino Nascimento (PT), elencou as ações desenvolvidas em diversas áreas pelo Poder Executivo e comentou a aprovação de projetos relevantes no Parlamento Estadual. Entre as proposições aprovadas, 151 foram projetos de lei, 33 de resolução e um de lei complementar. No período, o Governo encaminhou 274 propostas para análise do Legislativo.

“Vale ressaltar a forma respeitosa com que lidamos com a Oposição, abrindo o diálogo, discutindo a melhor forma de conduzir iniciativas de grande importância para Pernambuco, acatando emendas e trazendo secretários e técnicos do Governo à Casa para esclarecer dúvidas. Este foi um ano em que o Estado, depois de décadas de estagnação, cresceu mais que o Nordeste e mais que o Brasil. Dinamismo foi a palavra de ordem, com a atração de novos empreendimentos e a retomada de projetos antigos”, enfatizou.

Isaltino recordou o início das obras da Refinaria

Abreu e Lima e do Estaleiro Atlântico Sul. O Estado atraiu 207 indústrias e outras 60 estão sendo esperadas. Os recursos públicos e privados somaram R\$ 30 bilhões, dos quais R\$ 9 bilhões foram dirigidos à Refinaria e R\$ 3,5 bilhões ao turismo.

“Toda movimentação de aportes fez Pernambuco fechar o ano com uma oferta recorde de empregos. Foram gerados cem mil novos postos de trabalho, sendo 30 mil no Interior. A taxa de desemprego foi de apenas 8,9%, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, a mais baixa desde 2007. Na geração de receitas, Pernambuco vai alcançar mais de R\$ 360 milhões na arrecadação de ICMS”, disse, acrescentando que todas as medidas governamentais são discutidas no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Pernambuco, um espaço pioneiro de interação entre Governo e sociedade.

Na educação, 2008 acaba com o saldo de 663 escolas reformadas, a contratação de 3,6 mil professores efetivos, a criação de 6,5 mil vagas por concurso público para docentes e funções administrativas, o pa-



FOTOS: JOÃO BITA

TRIBUNA - Isaltino Nascimento festejou crescimento da economia pernambucana

gamento do Piso Nacional do Magistério – Pernambuco foi o primeiro a adotar o sistema -, a implantação do modelo de gestão que garante o 14º salário para os profissionais que atingirem metas, entre outras ações.

Uma mudança estrutural na segurança surgiu com o Programa Pacto pela Vida, lançado em maio de 2007. De acordo com Isaltino, dos 137 projetos previstos no plano estadual direcio-

nado ao setor, que integra várias Secretarias e segmentos da sociedade, 106 estão em execução. “Os resultados mostram avanços, como a redução de 7% no índice de homicídios, de 13,5 % nos crimes contra a mulher, de 55% nas extorsões por seqüestros, além do aumento do percentual de prisões em flagrante, da apreensão de armas de fogo e do combate ao crime organizado, a partir de inves-

timentos em inteligência policial”, pontuou.

De acordo com o parlamentar, para ampliar e modernizar a malha rodoviária estão em andamento várias ações, inclusive um acordo com a Paraíba, a fim de assegurar a construção ou pavimentação de 14 estradas que ligam os dois Estados. A parceria com uma empresa chinesa vai garantir a viabilização dos ramais que contemplam Pernambuco

com a Ferrovia Transnordestina.

O Programa Minha Casa recebeu R\$ 245 milhões em investimentos, resultando na entrega de 4.357 moradias populares e mais de oito mil estão sendo construídas. Investimentos em infra-estrutura possibilitaram a construção da maior obra de distribuição de água do Nordeste, o Sistema Pirapama, que vai pôr fim no racionamento de água no Recife, Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes. A conclusão da linha de transmissão de energia do Sistema Jucazinho deixou de fora do racionamento 95% da população de Caruaru. A inauguração da Adutora do Oeste e o início da construção das obras de Transposição do Rio São Francisco beneficiarão 113 municípios.

AGRADECIMENTOS – Isaltino agradeceu aos “parlamentares que, independentemente da posição política, colocaram o interesse público acima de qualquer questão”. O deputado saudou a nova composição da Mesa Diretora, os parlamentares eleitos prefeitos e registrou saudades do deputado João Negromonte, que faleceu em novembro.

Atuação de servidores e assessores ganha destaque

Os deputados Sebastião Rufino e Mavíael Cavalcanti, ambos do DEM, Alberto Feitosa (PR) e Raimundo Pimentel (PSDB) agradeceram e saudaram os servidores, a Assistência Legislativa, a Mesa Diretora e demais setores da Casa, desejando feliz Natal e prosperidade em 2009. “O convívio foi muito harmonioso entre os parlamentares. Em vários momentos, houve discordância de idéias, entretanto, todos trabalharam pelo bem comum de Pernambuco e do Brasil”, observou Rufino.

Feitosa comentou a satisfação de fazer parte do Legislativo Estadual e agradeceu a oportunidade. “É

um grande aprendizado”, avaliou. O parlamentar assumiu a vaga deixada, em 2007, pelo secretário estadual de Agricultura e Reforma Agrária, Ângelo Ferreira. Mavíael destacou a atuação da bancada feminina. “As parlamentares tiveram participação ativa nas reuniões plenárias e nas Comissões temáticas.”

Pimentel despediu-se da Mesa Diretora e falou da alegria de atuar por dois biênios. “Procurei exercer a função corretamente”, disse o tucano, que ocupa a Segunda-Secretaria até fevereiro de 2009. Na gestão anterior, Pimentel assumiu a Segunda Vice-Presidência. O parlamentar citou,

ainda, os avanços da Casa, nos últimos dois anos, sob o comando do presidente do Poder, deputado Guilherme Uchoa (PDT). Entre os exemplos, a expansão da Assembleia na TV, que está chegando ao Interior do Estado; o pagamento da URV, uma antiga reivindicação dos funcionários; e a aprovação do Regimento Interno da Casa, que vai incorporar medidas modernas ao procedimento legislativo.

“Demos nossa modesta contribuição e me orgulho de ter feito parte do grupo”, disse, desejando sorte a Antônio Moraes (PSDB), que assumirá a 2ª Secretaria, no próximo dia 2 de fevereiro.



TRABALHO - Sebastião Rufino foi o primeiro a agradecer e desejar boas festas a todos

País contará com 126 Unidades de Pronto Atendimento

Pimentel comemorou investimento de R\$ 193 milhões do Governo Federal

O investimento do Governo Federal de R\$ 193 milhões na instalação de 126 Unidades de Pronto Atendimento (UPA), em todo o País, foi tema do pronunciamento do deputado Raimundo Pimentel (PSDB), ontem, na reunião plenária. O lançamento do programa federal foi anunciado pelo ministro da Saúde, José Gomes Temporão, no último dia 18, no Rio de Janeiro.

“A iniciativa, sem dúvida, desafogará o atendimento nas emergências, beneficiando a população que tanto sofre”, comentou. O tucano informou ainda que, nas unidades implantadas, cerca de 99% dos casos são solucionados ou encaminhados para a especialidade médica. A primeira UPA foi inaugurada em maio de 2007, na favela da Maré, no Rio de Janeiro.

O parlamentar também explicou que as unidades funcionarão como um modelo intermediário entre postos de saúde e hospitais, prestando assistência médica 24 horas. A previsão é



FOTOS: JOÃO BITA

SAÚDE - Para o tucano, iniciativa desafogará grandes emergências e beneficiará população

que, em 2010, todo o Brasil conte com UPAs. Pernambuco será contemplado com aproximadamente R\$ 21,5 milhões para investir no setor.

De acordo com o Ministério da Saúde, serão financiados pela União procedimentos de baixa e média complexidades e a construção de três tipos de unidades. Os Estados, entretanto,

vão custear a contratação e a remuneração de profissionais. Os municípios que pretendem aderir às UPAs devem ter o serviço de Samu habilitado ou estar em processo de aprovação do projeto. Entre os requisitos, a cidade deve se comprometer a atingir, no mínimo, 50% de cobertura do Programa Saúde da Família na abrangência de cada UPA,

no prazo máximo de dois anos.

A implantação das novas UPAs privilegiará principalmente regiões metropolitanas com, no mínimo, 50 mil habitantes; locais onde exista uma Rede Samu implantada; municípios em que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) seja baixo e o atendimento hospitalar precário.

Trânsito

Republicano usa tribuna e cobra respeito à Lei Seca

Devido aos constantes acidentes de trânsito no Estado, o deputado Alberto Feitosa (PR) fez um apelo, ontem, à sociedade pernambucana. O parlamentar cobrou mais responsabilidade aos motoristas, no sentido de evitar o consumo de bebida alcoólica, antes de dirigir.

Na ocasião, o republicano também citou o episódio, no último dia 13, em Boa Viagem, em que o motorista Alisson Jerrar Zaccaria provocou uma batida contra o veículo da técnica de Enfermagem Aurinete Gomes. A enfermeira morreu e duas pessoas ficaram feridas. Alisson tinha saído de uma boate e estava alcooli-

zado. O motorista foi autuado em flagrante por homicídio doloso.

“A conscientização é fundamental para melhorar a eficácia da Lei Seca e reduzir o número de vítimas nos acidentes de trânsito”, argumentou.

Feitosa lembrou que, na última quinta-feira (18), a presidente da Comissão de Cidadania, deputada Terezinha Nunes (PS-DB); o deputado Pedro Eurico (PSDB), além de integrantes da Comissão de Saúde da Casa, foram ao Hospital Real Português para verificar o estado de saúde do empresário Alisson Zaccaria.

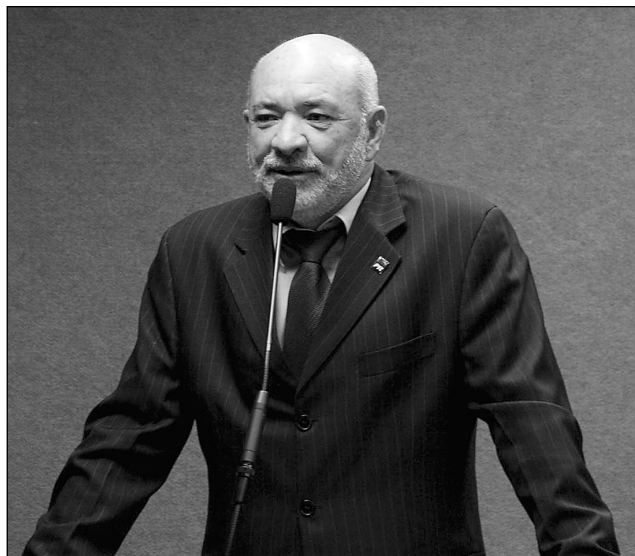
Motoristas devem evitar consumo de bebida alcoólica

Agreste

São Caetano e Cachoeirinha amargam falta de água

A falta de água nos municípios de São Caetano e Cachoeirinha, no Agreste pernambucano, continua preocupando. A afirmação foi feita, ontem, pelo deputado Esmeraldo Santos (PR). O republicano informou que cerca de 80% da população das localidades não recebem o produto.

Para minimizar a crise, foram disponibilizados dois caminhões-pipa, a fim de abastecer os municípios de Calçados e Lajedo. O abastecimento seria feito com água de poço, mas uma determinação exige que o produto distribuído seja tratado. “A



ESMERALDO - Mais uma solicitação ao Poder Executivo

população está sendo prejudicada, pois a Compesa não fornece o serviço”, declarou.

O republicano explicou que o sistema de abastecimento de água de São Caetano foi construído quando a população somava cerca de oito mil habitantes, hoje, são 40 mil.

“Faço novamente um apelo para o governador Eduardo Campos e para o secretário de Recursos Hídricos e presidente da Compesa, João Bosco de Almeida, para que agilizem uma solução. Acredito que abastecimento é tão importante quanto segurança pública e saúde”, pontuou.



MORTE - Feitosa lembrou acidente em Boa Viagem

Lei

LEI Nº 13.706, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2008.

EMENTA: Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de placa de identificação em estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços, localizados no Estado de Pernambuco.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que tendo em vista o disposto nos §§ 6º e 8º do artigo 23, da Constituição do Estado, o Poder Legislativo decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam obrigados os estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços, estabelecidos no Estado de Pernambuco, a expor placa com as seguintes informações:

- I – Razão Social e Nome Fantasia;
- II – Número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- III – Número da Inscrição Municipal e Estadual;
- IV – Especificação da atividade;
- V – Endereço completo;
- VI – Telefone(s).

Parágrafo Único. A placa de que trata este artigo, deverá ser exposta ao público, de forma fixa, devendo estar situada na frente do estabelecimento, em local de fácil visibilidade, cujo tamanho deverá ser de, no mínimo, 1,40m² X 1,20m², e o tamanho da fonte das informações nela expostas não poderá ser inferior a 15cm.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.078, de 19 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e ainda:

- I) Notificação de advertência para sanar a irregularidade no prazo de 30 (trinta) dias, na primeira infração;
- II) Multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais), se decorrido o prazo previsto no inciso I, persistir a irregularidade;
- III) Multa prevista no inciso II, cobrada em dobro, nas reincidências subsequentes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

**Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco,
em 22 de dezembro de 2008.**

GUILHERME UCHÔA
Presidente

**O PROJETO QUE ORIGINOU ESTA LEI É DE
AUTORIA DO DEPUTADO IZAIAS RÉGIS.**

Resoluções

Resolução Nº 905

EMENTA: Altera o Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

RESOLVE:

**TÍTULO I
DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º A Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, constituída por Deputados eleitos diretamente pelo povo pernambucano, exerce o Poder Legislativo Estadual, na forma do previsto neste Regimento, observadas as disposições constitucionais.

Art. 2º O Presidente é o representante do Poder Legislativo, cabendo-lhe legitimidade para sua defesa institucional, para responder pelos seus trabalhos e pela manutenção da ordem, no cumprimento das atribuições constitucionais da Assembleia.

Art. 3º O Palácio Joaquim Nabuco, localizado na Cidade do Recife, capital do Estado, sede da Assembleia, é o recinto das reuniões legislativas, sendo vedada à realização de atos alheios a sua competência, sem prévia autorização do Presidente.

§1º A Assembleia poderá ceder, a entidades públicas ou privadas, espaços para manifestações cívicas e culturais.

§2º A Assembleia poderá reunir-se em outro local da cidade ou do Estado:

I – por decisão da Mesa Diretora, em virtude de força maior ou casos fortuitos, devidamente comprovados;

II - por aprovação de dois terços dos membros da Assembleia, em face de motivo relevante ou de interesse social.

§3º Fica assegurado o acesso ao público às reuniões da Assembleia, salvo nos casos previstos neste Regimento.

Art. 4º As deliberações de matérias em tramitação na Assembleia Legislativa, serão tomadas por maioria simples de votos, presente, pelo menos, a maioria absoluta dos seus membros, salvo os casos em que se exigir quorum específico.

Art. 5º Os documentos oficiais, proposições em tramitação e deliberações da Assembleia serão publicados no Diário do Poder Legislativo, obedecidas às normas regimentais.

Art. 6º Salvo disposição em contrário, os prazos previstos neste Regimento serão contados levando em consideração apenas os dias em que houver reunião ordinária plenária, observando-se sempre o período estabelecido para a legislatura.

Art. 7º Computar-se-ão os prazos excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo Único. Na hipótese prevista no caput deste artigo, considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil, dentro da legislatura, se o termo inicial ou final coincidir com feriado ou dia em que:

- I - não haja expediente na Assembleia;
- II - seja facultativo o expediente.

Art. 8º No caso de ausência de regra específica, a contagem dos prazos previstos neste Regimento observará como termo inicial:

- I – a data da publicação na imprensa oficial dos atos que dela dependam;
- II – da data de ciência do ato, comprovada em ata;
- III - do efetivo recebimento de documento protocolizado, por meio físico e eletrônico.

**CAPÍTULO II
DAS ATRIBUIÇÕES DA ASSEMBLÉIA**

Art. 9º Compete, exclusivamente, à Assembleia, na forma prevista na Constituição do Estado de Pernambuco:

- I - eleger sua Mesa Diretora e constituir suas Comissões;

II - elaborar e votar o seu Regimento Interno;

III - dispor sobre sua organização, funcionamento, segurança interna, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e a iniciativa de lei para a fixação da respectiva remuneração, observando os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

IV - propor projetos de lei que crie ou extingam cargos, empregos ou funções nos seus serviços e fixe os respectivos vencimentos;

V - dar posse ao Governador e ao Vice-Governador do Estado, conhecer-lhes da renúncia e apreciar seus pedidos de licença;

VI - fixar os subsídios dos Deputados, do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado, por lei de sua iniciativa, em conformidade com o que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil;

VII - julgar as contas das autoridades públicas cuja competência lhe tenha sido deferida pelas normas constitucionais e legais;

VIII - apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de Governo;

IX - proceder à tomada de contas das autoridades públicas cuja competência lhe tenha sido deferida pelas normas constitucionais e legais;

X - autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processos contra o Governador e o Vice-Governador, relativos a crime de responsabilidade, ou contra os Secretários de Estado, nos crimes conexos aos do Chefe do Poder Executivo;

XI - deliberar, por maioria absoluta, sobre a exoneração do Procurador Geral de Justiça, antes do término do seu mandato, na forma prevista em lei complementar;

XII - autorizar o Governador do Estado e o Vice-Governador, quando do exercício do cargo de Governador, a ausentarem-se do Estado por mais de quinze dias;

XIII - aprovar ou suspender a intervenção nos Municípios, salvo quando decorrente de decisão judicial;

XIV - aprovar, por maioria absoluta, a escolha dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado;

XV - solicitar, por maioria absoluta, intervenção federal para assegurar o cumprimento da Constituição da República Federativa do Brasil e da Constituição do Estado de Pernambuco, bem como o livre exercício de suas atribuições;

XVI - apreciar, por maioria absoluta, os vetos apostos pelo Governador;

XVII - sustar, mediante decreto legislativo, os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa;

XVIII - fiscalizar a execução do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais;

XIX - dispor sobre os sistemas de assistência e previdência social de seus membros;

XX - requisitar, por solicitação de Deputado ou Comissão, informações e cópias autenticadas de documentos referentes a despesas realizadas por qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária;

XXI - emendar a Constituição do Estado de Pernambuco, promulgar lei nos casos de silêncio do Governador, expedir decretos legislativos e resoluções;

XXII - autorizar referendo e convocar plebiscito;

XXIII - propor ação direta de inconstitucionalidade, ação direta de constitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental, através da Mesa Diretora;

XXV - aprovar a indicação de pessoas para ocupar cargos ou funções públicas, nos casos previstos em norma constitucional ou legal;

XXVI - mudar, temporariamente, sua sede, mediante autorização de dois terços dos seus membros;

XXVI - receber e apreciar pedido de renúncia de Deputado;

XXVII – declarar ou decidir sobre a perda de mandato de Deputado, na forma e nos casos previstos no Código de Ética Parlamentar;

XXVIII - ordenar a sustação de contrato impugnado pelo Tribunal de Contas;

XXIX - autorizar, previamente, operações financeiras externas de interesse do Estado;

XXX - apreciar o relatório e a prestação de contas de interventor em Município, remetidos por intermédio do Governador;

XXXI - prover, por concurso público de provas ou de provas e títulos, os cargos vagos e criados por lei, necessários à realização de suas atividades, salvo os de confiança, assim definidos em lei;

XXXII - fiscalizar o cumprimento das normas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

XXXIII – encaminhar pedido de informação aos membros da Mesa Diretora no sentido de requisitar informações sobre atos administrativos e financeiros da Assembleia, observado o disposto no Art. 13, §3º da Constituição do Estado.

Art. 10. Cabe à Assembleia, com a sanção do Governador, legislar sobre as matérias da competência do Estado, e especialmente:

I - plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais;

II - dívida pública estadual e autorização de abertura de operações de crédito;

III - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas e matéria financeira;

IV - autorização para alienação, cessão e arrendamento de bens imóveis do Estado e recebimento de doações com encargos;

V - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções, na Administração Pública, fixando-lhes a remuneração;

VI - criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, através de lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, dependendo de consulta prévia, mediante plebiscito às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei;

VII – criação e extinção das Secretarias de Estado.

Parágrafo Único. Compete, ainda, à Assembleia, legislar, em caráter concorrente ou supletivo, sobre as matérias previstas na Constituição da República Federativa do Brasil e na Constituição do Estado de Pernambuco.

**CAPÍTULO III
DA LEGISLATURA E DAS SESSÕES**

Art. 11. A legislatura terá a duração de quatro anos.

Art. 12. Em cada legislatura, serão realizadas sessões preparatórias e legislativas ordinárias, além de sessões legislativas extraordinárias, convocadas na forma regimental.

**Seção I
Das Sessões Preparatórias**

Art. 13. As sessões preparatórias serão realizadas antes do início da primeira e da terceira sessões legislativas ordinárias.

Art. 14. As sessões preparatórias serão destinadas à solenidade de posse dos Deputados diplomados e à eleição da Mesa Diretora.

§1º A solenidade de posse dos Deputados será realizada no dia primeiro de fevereiro.

§2º Após a posse dos Deputados, realizar-se-á, no primeiro dia útil subsequente, às quinze horas, a eleição da Mesa Diretora.

§3º A data e o horário de que trata o §2º deste artigo poderão ser antecipados, através de requerimento subscrito pela maioria absoluta dos Deputados empossados, respeitando-se os prazos para inscrição dos candidatos e possíveis impugnações previstas neste Regimento Interno.

§4º No segundo biênio, a eleição da Mesa Diretora será realizada entre os dias primeiro de dezembro do segundo ano da legislatura e primeiro de fevereiro do ano subsequente.

§5º A eleição da Comissão de Ética Parlamentar dar-se-á em reunião realizada dez dias após a posse dos membros da Mesa Diretora.

**Seção II
Das Sessões Legislativas Ordinárias**

Art. 15. As sessões legislativas ordinárias serão realizadas independente de convocação, nos períodos de primeiro de fevereiro a trinta de junho e de primeiro de agosto a vinte e um de dezembro.

§1º As reuniões de abertura e de encerramento das sessões legislativas ordinárias serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§2º As sessões legislativas ordinárias não serão interrompidas sem a votação do plano plurianual ou encerradas sem a votação do projeto de lei das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual.

**Seção III
Das Sessões Legislativas Extraordinárias**

Art. 16. A Assembleia reunir-se-á em sessão extraordinária, nos períodos de recesso, quando convocada:

I – pelo seu Presidente para compromisso e posse do Governador e do Vice-Governador;

II – em caso de urgência ou interesse público relevante:

a) pelo Governador ou pelo seu Presidente, com a aprovação da maioria de seus membros;

b) pela maioria de seus membros.

Parágrafo Único. A sessão legislativa extraordinária somente se encerrará quando concluídos os trabalhos que motivaram a sua convocação, ou finalizado o período de recesso parlamentar.

PODER LEGISLATIVO

Mesa Diretora: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; 1º Vice-Presidente, Deputado Izaias Régis; 2º Vice-Presidente, Deputado Ciro Coelho; 1º Secretário, Deputado João Fernando Coutinho; 2º Secretário, Deputado Raimundo Pimentel; 3º Secretário, Deputado Sérgio Leite; 4º Secretário, Deputado Henrique Queiroz. **Procuradoria Geral,** Ismar Teixeira Cabral (procurador-geral); **Superintendência Geral,** Paulo César Menezes Teixeira (Superintendente-Geral); **Assistência Legislativa,** Ana Olímpia Celso de M. Severo (Assistente-Chefe); **Superintendência Administrativa,** Adriana Alves Araújo (Superintendente); **Superintendência de Recursos Humanos,** Karla de Fátima Mendes Vieira (Superintendente); **Superintendência de Modernização Institucional e Tecnológica,** Bráulio José de Lira C. Torres; **Superintendência de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira,** Marcelo Cabral e Silva (Superintendente); **Cerimonial,** Francklin Bezerra Santos (Assistente de Cerimonial); **Assistência de Saúde e Medicina Ocupacional,** Aldo Mota (Assistente-Médico); **Assistência de Segurança Legislativa,** Coronel Ricardo Ferreira de Lima (Coordenador-Chefe); **Escola do Legislativo,** Jurandir Bezerra Lins (Assistente-Educacional); **Assistência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo,** Cynthia Barreto (Assistente-Chefe); **Auditagem,** Gildo Dantas Correia de Góis (Auditor-chefe); **Assistência de Comunicação Social,** Cláudia Lucena (Assistente de Comunicação Social); **Chefe de Departamento de Imprensa,** Marconi Glauco; **Editora:** Andréa Tavares; **Redatores:** Antônio Azevedo, Fernanda Rodrigues, Isabelle Costa Lima, Larissa Rodrigues, Renata Varjal, Sandra Salisvânia e Yanna Araújo; **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Carlos Oliveira, João Bitta, Moisés Barbosa e Rinaldo Marques; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior; **Chefe de Departamento de Rádio:** Ana Lúcia Lins; **Repórteres:** Carolina Flores, Felipe Marques, Rosângela Almeida e Verônica Barros; **Operadores de Som:** Aristides Pandelis Frangakis e Alcidézio Ramos; **Estagiários:** Carolina Mafra, Renata Santana e Talita Arruda; **Chefe do Departamento de TV,** Antônio Magalhães; **Gerente de Produção de TV,** Natália Câmara; **Reportagem:** Ana Cláudia Braga, Felipe Marques, Mara Amorim; **Produção:** Kiki Marinho, Solange Mendonça; **Apresentação:** Mônica Alcântara. **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217.2211. **Nosso E-mail:** dimprensa@alepe.pe.gov.br

Nosso endereço na Internet <http://www.alepe.pe.gov.br>



Art. 17. Nos casos da alínea “a” do inciso II do art. 16 deste Regimento, o Presidente da Assembléia, antes da instalação, fará publicar edital de convocação dos Deputados para apreciação da solicitação de convocação extraordinária.

§1º A apreciação da solicitação de convocação extraordinária será realizada no prazo máximo de setenta e duas horas contados do seu recebimento.

§2º Aprovada a solicitação, o Presidente da Assembléia instalará a convocação extraordinária no primeiro dia útil subseqüente.

Art. 18. No caso da alínea “b” do inciso II do art. 16 deste Regimento, a sessão legislativa extraordinária será instalada após a publicação do edital de sua convocação.

Art. 19. Na sessão extraordinária, a Assembléia Legislativa deliberará exclusivamente sobre as matérias constantes da pauta da convocação, vedado o pagamento de parcela indenizatória em razão da convocação.

§1º As matérias constantes da pauta de convocação extraordinária observarão na sua tramitação o regime de urgência.

§2º Ao término do período de sessão extraordinária, não tendo sido esgotada a pauta, as matérias em tramitação, entrarão no período ordinário dos trabalhos legislativos.

CAPÍTULO IV DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ASSEMBLÉIA

Art. 20. A estrutura organizacional da Assembléia é composta pelas seguintes órgãos:

I - Plenário, órgão deliberativo supremo;
II - Mesa Diretora, órgão diretivo, responsável pelos trabalhos administrativos e legislativos;
III - Comissões, de caráter técnico-legislativo;
IV – Lideranças Parlamentares.

Parágrafo Único. Os serviços administrativos, financeiros e contábeis e a segurança interna da Assembléia serão regidos por regulamentos próprios.

TÍTULO II DO MANDATO PARLAMENTAR E DA POSSE

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21. O mandato do Deputado se inicia com a posse.

Art. 22. O prazo de posse do Deputado, no início de cada legislatura, será de trinta dias, prorrogável, nos casos de comprovação de doença, força maior ou caso fortuito, por igual período, contado a partir da data do encerramento do prazo regimental de posse.

§1º O diplomado ou procurador devidamente constituído deverá protocolar o pedido de prorrogação na Assistência Legislativa antes do vencimento do prazo regimental de posse.

§2º O pedido de prorrogação, após lido no expediente da reunião imediatamente subseqüente, será publicado no Diário Oficial do Poder Legislativo.

§3º A prorrogação de que trata o caput deste artigo deverá ser deliberada pelo Plenário, no prazo de dois dias.

§4º No caso de a Assembléia Legislativa estar no período de recesso parlamentar, a deliberação de que trata o parágrafo anterior competirá à Mesa Diretora.

§5º No caso de pedido de prorrogação por motivo de doença, deverá ser anexado o laudo da Junta Médica da Assistência de Saúde e Medicina Ocupacional da Assembléia.

Art. 23. O Suplente terá o prazo, improrrogável, de trinta dias, contados da sua convocação, para prestar compromisso e tomar posse.

§1º No período de recesso parlamentar, o Suplente prestará compromisso e tomará posse perante a Mesa Diretora, reunida especialmente para este fim.

§2º Prestado o compromisso em uma convocação, o Suplente será dispensado de fazê-lo em convocações subseqüentes.

CAPÍTULO II DA POSSE

Seção I
Dos Atos Preliminares

Art. 24. O Deputado diplomado deverá apresentar à Mesa Diretora, através da Assistência Legislativa, pessoalmente ou por intermédio de seu Partido, até o dia trinta e um de janeiro do ano de instalação da legislatura, o original ou cópia devidamente autenticada do diploma expedido pela Justiça Eleitoral, juntamente com a comunicação de seu nome parlamentar, legenda partidária e declaração de bens.

§1º O nome parlamentar será composto de no máximo três elementos.

§2º Ocorrendo coincidência entre nomes parlamentares, terá prioridade o Deputado que já exerceu o maior número de mandatos na Assembléia Legislativa ou, em caso de empate com base neste critério, o mais votado nas últimas eleições para Deputado.

§3º A Mesa Diretora poderá vetar a indicação de cognome que atente contra a moral e os bons costumes.

Art. 25. A Mesa Diretora organizará a relação nominal dos Deputados diplomados, em ordem alfabética de seus nomes parlamentares, indicando as respectivas legendas partidárias que será publicada e utilizada para verificação de quorum, elaboração de lista de votação e registro de presença dos Deputados, nas reuniões plenárias.

Seção II

Da Solenidade e do Rito de Posse

Art. 26. A posse do Deputado dar-se-á mediante prestação de compromisso e assinatura do termo de posse, na forma prevista neste Regimento.

Art. 27. No primeiro ano da legislatura, os Deputados diplomados reunir-se-ão, às quinze horas do dia primeiro de fevereiro, na sede da Assembléia, para a solenidade de posse.

§1º Assumirá a direção dos trabalhos, entre os reeleitos, em ordem sucessiva, o Deputado:

I - que haja exercido, mais recentemente, em caráter efetivo, a Presidência;

II - que haja exercido mais recentemente, em caráter efetivo, as Vice-Presidências ou Secretarias, obedecida à ordem sucessiva da denominação da legislatura anterior;

III - com maior número de mandatos exercidos.

§2º Na hipótese prevista no inciso III do parágrafo anterior, havendo empate, assumirá a direção dos trabalhos o Deputado mais votado nas últimas eleições.

§3º Aberta, a reunião, o Presidente convidará dois Deputados para ocupar os lugares de Primeiro e Segundo Secretários e, em seguida, proclamará os nomes dos Deputados diplomados, constantes da relação nominal prevista neste Regimento.

§4º Os Deputados que ocuparão os lugares de Primeiro e Segundo Secretários deverão ser escolhidos, sucessivamente, entre os que:

I – hajam exercido mais recentemente, em caráter efetivo, as Vice-Presidências ou Secretárias, obedecida à ordem sucessiva da denominação da legislatura anterior;

II – tenham obtido maior votação nas últimas eleições.

§5º As dúvidas atinentes à relação nominal serão encaminhadas para apreciação do Presidente da reunião.

Art. 28. O ritual de prestação do compromisso e assinatura do termo de posse observará as seguintes formalidades:

I - o Presidente proferirá o compromisso solene de posse, estando todos os presentes de pé:

“PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A DESTE ESTADO, RESPEITAR AS LEIS, PROMOVER O BEM COLETIVO E EXERCER O MEU MANDATO SOB A INSPIRAÇÃO DAS TRADIÇÕES DE LEALDADE, BRAVURA E PATRIOTISMO DO POVO PERNAMBUCANO”;

II - em seguida, o Presidente fará a chamada nominal dos Deputados e, cada um, novamente de pé, dirá: “ASSIM O PROMETO”;

III - prestado o compromisso, o Deputado firmará o termo de posse, lavrado em livro próprio.

Art. 29. No ato da posse, será vedada a representação do Deputado diplomado através de procurador.

Parágrafo Único. Na hipótese de não comparecimento do Deputado diplomado, o compromisso e a posse serão formalizados, em data posterior, perante o Plenário, observado o prazo regimental de posse.

CAPÍTULO III DA AUSÊNCIA, DO AFASTAMENTO E DA LICENÇA

Art. 30. A ausência do Deputado, até o limite máximo de cinco reuniões ordinárias plenárias mensais, será autorizada pelo Presidente da Assembléia.

Parágrafo Único. No caso de número de ausências superior ao previsto no caput deste artigo, o Deputado deverá apresentar pedido de licença, na forma regimental.

Art. 31. O Deputado poderá afastar-se do exercício do mandato, na forma do previsto no art. 11, I, da Constituição do Estado de Pernambuco, devendo apresentar comunicação escrita à Mesa Diretora quando da investidura e ao reassumir o exercício do mandato.

Parágrafo Único. A comunicação escrita a que se refere o caput deste artigo deverá ser acompanhada do respectivo ato de nomeação ou desvinculação, conforme o caso, devidamente publicados na imprensa oficial.

Art. 32. O Deputado poderá licenciar-se por motivo de:

I - participação em missão diplomática ou cultural, em congresso, conferência ou curso de natureza técnica ou científica;

II - tratamento de enfermidade;

III - interesse particular;

IV - incorporação às forças armadas ou auxiliares, por convocação;

V - maternidade ou paternidade natural ou adotiva;

VI - enfermidade, devidamente comprovada, de cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente até primeiro grau.

§1º A licença, por maternidade natural, é de cento e oitenta dias e, por paternidade, de cinco dias, contados, em ambos os casos, da data do nascimento da criança.

§2º A licença por maternidade ou paternidade adotiva, por período igual ao estabelecido no §1º deste artigo, contado a partir da data de adoção, será concedida, exclusivamente, se a adoção ocorrer até nove meses do nascimento da criança.

§3º O Deputado aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos, fica autorizado a tomar posse e entrar em exercício do cargo, solicitando o imediato afastamento dele, para dar continuidade ao mandato.

Art. 33. A concessão de licença observará os seguintes procedimentos:

I - o Deputado formulará o pedido ao Presidente da Mesa Diretora, sendo incluído no Expediente da primeira reunião ordinária subseqüente e remetido à publicação;

II - o pedido de licença poderá ser formulado por procurador, se o interessado estiver impedido de fazê-lo, por motivo de saúde, devidamente comprovado;

III - ao pedido de licença para tratamento de saúde deverá ser anexado, obrigatoriamente, laudo da Junta Médica da Assistência de Saúde e Medicina Ocupacional da Assembléia;

IV – se o Deputado adoecer fora da cidade do Recife, a enfermidade poderá ser atestada por qualquer médico, com a finalidade de instruir o pedido de licença, dependendo de homologação pela Junta Médica da Assistência de Saúde e Medicina Ocupacional da Assembléia;

V - no caso de pedido para licença, por período compreendido entre seis e cento e vinte dias, a concessão será de competência da Mesa Diretora, baixando-se o ato respectivo;

VI - em se tratando de pedido para licença, por período superior a cento e vinte dias, a Mesa Diretora, no prazo de duas reuniões ordinárias plenárias, emitirá parecer, elaborando projeto de resolução, incluído na Ordem do Dia da primeira reunião plenária;

VII - as despesas decorrentes com tratamento médico dos senhores deputados serão ressarcidas pela Assembléia Legislativa mediante autorização da Mesa Diretora, desde que devidamente acompanhadas de laudo da Junta Médica da Assistência de Saúde e Medicina Ocupacional e que não tenham cobertura pelo plano de saúde do Parlamentar requerente.

Art. 34. O Deputado licenciado para missão cultural apresentará relatório resumido das atividades exercidas, no prazo de dez reuniões ordinárias plenárias, contado da data em que reassumir o exercício do mandato.

Art. 35. Para se ausentar do território nacional, o Deputado deverá, previamente, encaminhar comunicação ao Presidente da Assembléia, indicando a natureza do afastamento e a duração prevista.

CAPÍTULO IV DA VACÂNCIA, DA RENÚNCIA E DA SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DO MANDATO

Seção I
Da Vacância

Art. 36. Na Assembléia, as vagas verificar-se-ão em virtude de:

I - falecimento;

II - renúncia;

III - perda do mandato, na forma prevista no Código de Ética Parlamentar.

Seção II

Da Renúncia

Art. 37. A renúncia ao mandato independerá de aprovação e se tornará efetiva e irretirável, após a sua publicação.

§1º A comunicação de renúncia será dirigida à Mesa Diretora, em documento escrito, com firma reconhecida, e será lida no Expediente da primeira reunião ordinária e encaminhada para publicação no Diário do Poder Legislativo.

§2º No caso de a comunicação de renúncia ocorrer no período de recesso, a sua leitura será feita perante a Mesa Diretora, em reunião especialmente convocada, no prazo de um dia, encaminhada posteriormente para publicação no Diário do Poder Legislativo.

§3º A comunicação de renúncia de Deputado contra o qual for oferecida representação à Comissão de Ética Parlamentar, obedecerá ao previsto no Código de Ética Parlamentar da Assembléia.

Art. 38. Considerar-se-á renúncia o descumprimento do prazo regimental de posse pelo Deputado ou pelo Suplente convocado.

Seção III

Da Suspensão Do Exercício Do Mandato

Recife, 23 de dezembro de 2008

Art. 39. A suspensão do exercício do mandato ocorrerá por incapacidade civil absoluta, decorrente de decisão judicial de interdição.

CAPÍTULO V DA CONVOCAÇÃO DO SUPLENTE

Art. 40. O Presidente da Mesa Diretora convocará o Suplente de Deputado, no prazo de duas reuniões ordinárias plenárias, nos casos de:

I - vaga;

II - investidura do titular nas funções definidas no art. 11, I, da Constituição do Estado de Pernambuco;

III - autorização de licença para tratamento de saúde ou para tratar de interesse particular com prazo original superior a cento e vinte dias, vedada a soma de períodos para esse efeito.

§1º A convocação do Suplente estender-se-á por todo o período de afastamento ou licença, incluídas as eventuais prorrogações, exceto quando o Deputado licenciado reassumir o mandato antes do seu término.

§2º O Suplente, quando convocado em caráter temporário, não poderá ser eleito para cargo na Mesa Diretora ou para compor a Comissão de Ética Parlamentar.

CAPÍTULO VI DO SUBSÍDIO E DA AJUDA DE CUSTO

Art. 41. O subsídio, remuneração mensal correspondente à efetiva participação do Deputado nas reuniões da Assembléia, é devido desde a posse, ao Deputado.

Art. 42. O subsídio dos Deputados será fixado através de projeto de lei de iniciativa da Mesa Diretora, obedecido o previsto na Constituição do Estado de Pernambuco;

Art. 43. Considera-se ajuda de custo a compensação de despesas imprescindíveis ao comparecimento à sessão legislativa ordinária.

Art. 44. O pagamento da ajuda de custo, no valor do subsídio, será feito em duas parcelas, no início e no final de cada sessão legislativa ordinária.

Art. 45. Somente receberá a segunda parcela da ajuda de custo o Deputado que houver comparecido a dois terços das reuniões legislativas ordinárias.

Art. 46. O Deputado, investido nas funções previstas no art. 11, I, da Constituição do Estado de Pernambuco, poderá optar pelo subsídio mensal ou pelos vencimentos do cargo que vier a ocupar.

Art. 47. Perderá o direito ao subsídio, o Deputado licenciado para tratar de interesse particular.

Art. 48. Nos casos de licença para tratamento de saúde ou desempenho de missão oficial ou cultural, o Deputado fará jus à percepção do subsídio mensal.

Art. 49. A suspensão do exercício do mandato por incapacidade civil absoluta, decorrente de decisão judicial de interdição, não sustará o direito à percepção do subsídio, enquanto durar o mandato.

Art. 50. O Deputado que, sem justificativa, estiver ausente de reunião ordinária, deixará de perceber um trinta avos do subsídio mensal e, no caso de ter comparecido à reunião, não se fizer presente, sem justificativa, à votação da Ordem do Dia, deixará de perceber um sessenta avos do subsídio mensal.

Art. 51. O suplente, quando convocado, receberá a partir da posse, a remuneração mensal que perceber o Deputado em exercício.

Parágrafo Único. Por ocasião da posse, será paga ao suplente uma parcela de ajuda de custo.

Art. 52. É vedado o pagamento de parcela indenizatória em razão de convocação extraordinária.

TÍTULO III DAS BANCADAS, BLOCOS PARLAMENTARES E LIDERANÇAS

CAPÍTULO I DAS BANCADAS E DOS BLOCOS PARLAMENTARES

Art. 53. Denomina-se bancada a representação de um partido ou bloco parlamentar.

Art. 54. Entende-se por bloco parlamentar a reunião das representações de dois ou mais partidos, por deliberação das respectivas bancadas, para atuação sob liderança comum.

§1º O bloco parlamentar terá, no que couber, o tratamento dispensado por este Regimento à organizações partidárias com representação na Assembléia.

§2º As lideranças dos Partidos que se coligarem em bloco parlamentar perdem suas atribuições e prerrogativas regimentais, que serão transferidas à liderança do bloco.

§3º O bloco parlamentar tem existência circunscrita à Legislatura, devendo o ato de sua criação e as alterações posteriores serem apresentadas à Mesa para registro e publicação no Diário do Poder Legislativo.

§4º Dissolvido o bloco parlamentar, ou modificado o quantitativo da representação que o integrara, em virtude da desvinculação do Partido, será revista a composição das Comissões, mediante

provocação do Partido ou bloco parlamentar, para o fim de redistribuição de lugares e cargos, consoante o princípio da proporcionalidade partidária.

§5º A agremiação integrante do bloco parlamentar não poderá fazer parte de outro, concomitantemente.

CAPÍTULO II DOS LÍDERES E VICE-LÍDERES

Art. 55. Os Líderes exercem a representação:

I - de Bancada;
II - do Governo;
III – da Oposição;
IV – do Bloco Parlamentar.

Art. 56. As prerrogativas dos Líderes, sem prejuízo de outras atribuições regimentais, são:

I - fazer uso da palavra, em Plenário, na forma regimental;

II - encaminhar a votação de qualquer proposição sujeita a deliberação, em Plenário;

III - indicar à Mesa Diretora os membros da Bancada para constituir Comissões, ou a qualquer tempo substituí-los, na forma regimental.

Parágrafo Único. A prerrogativa prevista no inciso III deste artigo será exercida pelos Líderes do Governo e da Oposição.

Art. 57. A escolha dos Líderes e Vice-Líderes de Bancada, feita pelos Deputados com assento nesta Assembléia Legislativa, será comunicada à Mesa Diretora através de documento subscrito pela maioria absoluta dos integrantes da representação, no início da primeira e da terceira sessão legislativa, ou sempre que houver substituição ou constituição de bloco parlamentar.

§1º Compete, ao Chefe do Poder Executivo, indicar à Mesa Diretora o Líder do Governo e a este a escolha de seus Vice-Líderes.

§2º O Líder da Oposição será indicado pela maioria absoluta dos Líderes das Bancadas de Oposição, na Assembléia e indicará seus Vice-Líderes.

§3º Cada bancada poderá indicar dois Vice-Líderes, no caso de a representação partidária ser integrada por número igual ou superior a cinco Deputados.

§4º No caso de não ser atingido o limite previsto no parágrafo anterior, a proporção será de um Vice-Líder, para fração inferior a este número, até o mínimo de três Deputados.

Art. 58. Os Líderes e Vice-Líderes terão percentuais de acréscimo na estrutura de seus gabinetes, no que se refere à lotação de pessoal, na forma seguinte:

I - Bancada com até dois Deputados, (40%) quarenta por cento para o Líder;

II - Bancada integrada por três a quatro Deputados, (50%) cinqüenta por cento para o Líder e (40%) quarenta por cento para o Vice-Líder;

III - Bancada integrada por cinco a doze Deputados, (50%) cinqüenta por cento para o Líder, (40%) quarenta por cento para os dois Vice-Líderes;

IV - Bancada integrada por treze a dezesseis Deputados, (60%) sessenta por cento para o Líder, (40%) quarenta por cento para os dois Vice-Líderes;

V - Bancada Integrada por número superior a dezesseis Deputados, (70%) setenta por cento para o Líder, (50%) cinqüenta por cento para os dois Vice-Líderes.

Parágrafo Único. Os Líderes e Vice-Líderes do Governo e da Oposição terão acréscimo na estrutura de seus gabinetes, no que se refere à lotação de pessoal, na forma seguinte:

I - Bancada com vinte e cinco ou mais Deputados: (70%) setenta por cento para o Líder e (50%) cinqüenta por cento para os dois Vice-Líderes;

II - Bancada com menos de vinte e cinco Deputados: (50%) cinqüenta por cento para o Líder e (40%) quarenta por cento para os dois Vice-Líderes.

Art. 59. Os Líderes permanecerão no exercício de suas funções até que nova indicação à Mesa Diretora venha a ser feita na forma regimental.

Art. 60. Os Líderes serão substituídos nas suas faltas, impedimentos ou ausências pelos respectivos Vice-Líderes.

TÍTULO IV DA MESA DIRETORA

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 61. A Mesa Diretora da Assembléia é composta por:

I - Presidente;
II - Primeiro Vice-Presidente;
III - Segundo Vice-Presidente;
IV -Primeiro Secretário;
V - Segundo Secretário;
VI - Terceiro Secretário;
VII - Quarto Secretário.

Parágrafo Único. Os membros da Mesa Diretora terão percentuais de acréscimo na estrutura de seus gabinetes, no que se refere à lotação de pessoal, na forma seguinte:

I - O Presidente (100%) cem por cento;
II - Os Primeiro e Segundo Vice-Presidentes (70%) setenta por cento;
III - Primeiro-Secretário (90%) noventa por cento;
IV - Os Segundo, Terceiro e Quarto Secretários (70%) setenta por cento.

Art. 62. É vedado aos membros da Mesa Diretora:

I - ocupar as funções de Líder e de Vice-Líder;
II - integrar a Comissão de Ética Parlamentar.

Parágrafo Único. Aos membros da Mesa Diretora, excetuados o Presidente e o Primeiro Secretário, é assegurado o direito de participar, no mínimo, de 3 (três) comissões técnicas permanentes, vedando-se-lhes a presidência delas e votar naqueles colegiados técnicos, nas proposições, cuja natureza forem submetidas à Mesa Diretora.

CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS

Art. 63. Compete, privativamente, à Mesa Diretora, além de outras atribuições previstas neste Regimento:

I - elaborar projeto de resolução:

a) regulamentando os serviços administrativos, a economia interna, os serviços financeiros e contábeis, as ações de segurança interna da Assembléia;

b) fixando diretrizes e normas para a divulgação das atividades da Assembléia;

c) concedendo licença a Deputado, por período superior a cento e vinte dias, na forma regimental;

d) denominando os prédios e espaços físicos da Assembléia;

II - apresentar Projeto de Lei para:

a) criar ou extinguir cargos nos serviços administrativos da Assembléia;

b) estabelecer os vencimentos dos servidores da Assembléia;

c) fixar os subsídios dos Deputados;

III – deliberar, originariamente, sobre pedidos de aposentadoria e disponibilidade dos servidores da Assembléia e, em grau de recurso, acerca de decisões do Presidente ou do Primeiro Secretário sobre os requerimentos funcionais;

IV - coordenar os serviços administrativos e de segurança interna da Assembléia;

V - adotar as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

VI - encaminhar a proposta orçamentária da Assembléia ao Poder Executivo, bem como as solicitações de créditos adicionais;

VII - fazer publicar, mensalmente, os balancetes do movimento contábil da Assembléia;

VIII - encaminhar ao Tribunal de Contas, no prazo prescrito em lei, a prestação de contas da Assembléia;

IX - determinar a abertura de sindicâncias ou instaurar inquéritos administrativos;

X - adotar medidas para promover, valorizar e resguardar a imagem do Poder Legislativo;

XI - propor ação direta de inconstitucionalidade, por iniciativa própria ou a requerimento de Deputado, Comissão, cidadão ou entidade;

XII - autorizar licença de Deputado, por período de até cento e vinte dias, na forma regimental;

XIII - autorizar a prorrogação de prazo de posse de Deputado, observado o previsto neste Regimento;

XIV - declarar a perda de mandato de Deputado na forma e nos casos previstos no Código de Ética Parlamentar;

XV - providenciar a publicação dos Anais da Assembléia;

XVI - propor à Escola do Legislativo a realização de cursos e eventos para formação e desenvolvimento de recursos humanos;

XVII - solicitar, sempre que necessário, o pronunciamento da Procuradoria Geral da Assembléia;

XVIII - solicitar o cumprimento das recomendações formuladas às autoridades competentes, pelas Comissões Parlamentares de Inquérito, na forma do previsto neste Regimento.

§1º Nos casos previstos nos incisos IV, V, VI, VII, VIII, XV, XVI, XVII e XVIII, em se tratando de matéria urgente, o Presidente poderá decidir ad referendum da Mesa Diretora.

§2º O Presidente submeterá à Mesa Diretora, na reunião imediatamente subsequente, os atos por ele praticados em conformidade com o que dispõe o §1º deste artigo.

CAPÍTULO III DO PRESIDENTE E DOS VICE-PRESIDENTES

Art. 64. São atribuições do Presidente da Assembléia, sem prejuízo de outras previstas neste Regimento ou delas decorrentes:

I - zelar pelo prestígio e decoro da Assembléia, bem como pela liberdade e dignidade de seus membros, assegurando-lhes a imunidade e demais prerrogativas constitucionais;

II - substituir o Governador do Estado, na forma do previsto na Constituição do Estado de Pernambuco;

III - representar o Poder Legislativo em juízo;

IV – ordenar as despesas da Assembléia em conjunto com o Primeiro Secretário, obedecidos os limites das disponibilidades orçamentárias e dos créditos adicionais aprovados e fazer cumprir as normas relativas ao seu processamento;

V - assinar correspondência destinada à Presidência da República, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Tribunais Superiores, Tribunais Federais e Estaduais, Ministros de Estado, Governadores de Estados e Territórios, Assembléias Legislativas e representações diplomáticas;

VI - promulgar resoluções e assinar decretos legislativos, aprovados pelo Plenário, bem como os atos da Mesa Diretora, dando-lhes publicidade;

VII - autografar os projetos submetidos à sanção do Governador;

VIII - promulgar lei na forma prevista na Constituição do Estado de Pernambuco;

IX - justificar as ausências de Deputado, obedecido o previsto no art. 30 deste Regimento;

X - autorizar, por si ou mediante delegação, a realização de conferências, exposições, palestras, seminários e outros eventos, na sede da Assembléia e fixar-lhes data, local e horário;

XI - recepcionar autoridades em visita à Assembléia;

XII – nomear, promover, comissionar, exonerar e demitir servidores da Assembléia;

XIII - requisitar servidores de outros Poderes para prestar assessoramento aos Deputados e às Comissões, quando necessário;

XIV – supervisionar as ações de segurança interna da Assembléia.

Art. 65. Compete, também, ao Presidente, observado o previsto neste Regimento, no Código de Ética Parlamentar e na Constituição do Estado de Pernambuco:

I - quanto às reuniões plenárias:

a) definir a Ordem do Dia;

b) apresentar, em qualquer fase da reunião, comunicação de interesse público ou diretamente relacionada à Assembléia;

c) convocar, presidir, suspender e encerrar as reuniões plenárias, nos termos deste Regimento;

d) anunciar o número de Deputados presentes em Plenário;

e) manter a ordem e fazer observar as leis e este Regimento;

f) aplicar censura verbal a Deputado;

g) determinar ao Primeiro Secretário a leitura do Expediente e das Comunicações e ao Segundo Secretário a leitura da Ata da reunião anterior;

h) conceder a palavra aos Deputados;

i) advertir o orador, retirar-lhe a palavra ou suspender a reunião;

j) comunicar ao orador o encerramento do prazo para uso da palavra;

k) decidir sobre questões de ordem e reclamações;

l) submeter matérias à discussão e votação;

m) determinar a verificação de presença, sempre que julgar necessário ou a requerimento de Deputado;

n) determinar o não-apanhamento em notas taquigráficas de palavras, expressões, discursos, pronunciamentos ou apartes quando anti-regimentais, bem como sua posterior transformação em texto escrito.

II - quanto às reuniões da Mesa Diretora:

a) presidir e tomar parte nas deliberações, com direito a voto, e assinar os respectivos atos;

b) distribuir as matérias aos relatores, mediante sorteio, para emissão de parecer;

c) executar as decisões da Mesa Diretora quando tal incumbência não seja atribuída ou delegada a outros membros;

III - quanto à tramitação das proposições:

a) determinar a publicação e a distribuição às Comissões Permanentes e Temporárias;

b) deferir a retirada de proposição da Ordem do Dia;

c) declarar a prejudicialidade;

d) determinar o arquivamento ou o desarquivamento;

IV - quanto às votações:

a) dirigir as votações em reuniões plenárias e da Mesa Diretora;

b) votar no processo de chamada nominal com escrutínio secreto;

c) desempatar as votações nos processos de votação nominal e simbólico;

d) escolher, por sorteio, sete Deputados, entre os presentes à reunião, para nova votação, quando houver empate nas votações secretas;

e) anunciar o resultado das votações;

V - quanto às publicações:

a) fazer publicar, diariamente, as proposições em tramitação e as matérias administrativas;

b) determinar, quando necessário, a publicação de documentos oficiais e não-oficiais;

c) zelar pela não publicação de matérias que infrinjam as normas do Código de Ética Parlamentar;

d) divulgar as decisões das reuniões da Mesa Diretora, das Comissões e dos Presidentes das Comissões;

VI - quanto às Comissões:

a) designar seus membros titulares e suplentes, na forma regimental, ou declarar a perda de lugar;

b) convocar e presidir as reuniões dos Presidentes das Comissões Parlamentares;

c) julgar recurso contra decisão de Presidente de Comissão, em questão de ordem.

§1º O Presidente poderá submeter à apreciação do Plenário qualquer matéria que lhe caiba decidir em função de suas competências regimentais.

§2º Para tomar parte em discussão durante reunião plenária, o Presidente deixará a direção dos trabalhos até a conclusão do debate sobre a matéria que se propôs a discutir.

§3º O Presidente poderá delegar aos Vice-Presidentes atribuições que lhes sejam próprias.

Art. 66. O Presidente transmitirá o exercício do cargo, mediante termo lavrado em livro próprio, quando:

I – afastar-se do Estado, por mais de três dias, ou do Território Nacional, por qualquer período;

II - assumir a chefia do Poder Executivo.

Art. 67. Aos Vice-Presidentes, segundo a ordem de denominação, prevista no art. 61 deste Regimento, incumbe substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Parágrafo Único. Ausentes o Presidente e os Vice-Presidentes, os Secretários, obedecida à ordem sucessiva de denominação, assumirão os trabalhos.

CAPÍTULO IV DOS SECRETÁRIOS

Art. 68. São atribuições do Primeiro Secretário:

I - superintender os serviços administrativos da Assembléia e da Secretaria da Mesa Diretora, especialmente no que se relaciona a pessoal e a material;

II - assinar correspondências da Assembléia, relativas a assuntos de sua competência;

III - decidir, em primeira instância, recursos contra atos da Superintendência Geral da Assembléia;

IV - ordenar as despesas da Assembléia, em conjunto com o Presidente, obedecidos os limites das disponibilidades orçamentárias e dos créditos adicionais aprovados, e fazer cumprir as normas relativas ao seu processamento;

V – autorizar a ratificação, em conjunto com o Presidente, na forma prevista na legislação federal, dos procedimentos de dispensa e inexigibilidade de licitação;

VI – em conjunto com o Presidente, autorizar a homologação de procedimentos licitatórios e assinatura de convênios e contratos administrativos, bem como fiscalizar a execução dos contratos administrativos, prestando as informações que lhe forem solicitadas;

VI - fiscalizar as despesas e fazer cumprir as normas relativas ao seu processamento;

VII - dar visto, juntamente com os demais Secretários e os demais membros da Mesa Diretora, nos balancetes mensais do movimento contábil, bem como na prestação de contas no final de cada exercício financeiro;

VIII – designar servidores para exercer função gratificada, bem como lhes conceder licenças;

IX - proceder à leitura do Expediente e despachá-lo nas reuniões plenárias;

X - fazer a chamada nominal dos Deputados, por determinação do Presidente da Mesa Diretora, nas reuniões plenárias.

§1º O Primeiro Secretário poderá delegar aos demais Secretários atribuições que lhe sejam inerentes, ouvida a Mesa Diretora.

§2º O Primeiro Secretário poderá delegar ao Superintendente Geral atribuições que lhe sejam inerentes e digam respeito a matérias administrativas.

Art. 69. São atribuições do Segundo Secretário:

I - verificar o número de Deputados presentes nas reuniões plenárias;

II - fiscalizar as chamadas nominais dos Deputados nas reuniões plenárias;

III - acompanhar a redação das atas e proceder à sua leitura;

IV - redigir as atas das reuniões secretas;

V - observar a organização do livro de inscrição dos oradores, nas reuniões plenárias, fazendo cumprir a ordem cronológica e o critério de proporcionalidade das bancadas, observado o previsto neste Regimento;

VI - assinar correspondências relativas à aprovação de indicações e requerimentos, ressalvadas as de competência do Presidente da Assembléia;

VII - organizar e rubricar a folha de freqüência dos Deputados;

VIII - substituir o Primeiro Secretário em seus impedimentos e ausências.

Art. 70. Compete ao Terceiro Secretário:

I - auxiliar o Presidente nas ações de segurança interna da Assembléia;

II - receber Deputado para prestar compromisso perante a Mesa Diretora;

III - superintender as atividades desenvolvidas pela Secretaria da Mesa, notadamente os serviços de cadastro parlamentar;

IV - substituir o Segundo Secretário em seus impedimentos e ausências.

Art. 71. Compete ao Quarto Secretário:

I – Auxiliar o Primeiro-Secretário quanto às ações praticadas pela Gerência de Transportes da Assembléia;

II – auxiliar o Presidente na recepção de autoridades em visita à Assembléia;

III - substituir o Terceiro Secretário em seus impedimentos e ausências.

Art. 72. Os Secretários, integrando a Mesa Diretora dos Trabalhos, em reunião plenária, quando determinado pelo Presidente da Mesa Diretora, poderão fazer uso da palavra para:

I - chamada dos Deputados;

II - contagem de votos;

III - leitura de documento.

CAPÍTULO V DA ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA

Art. 73. A Mesa Diretora será eleita para mandato de dois anos, na forma do previsto na Constituição do Estado de Pernambuco e neste Regimento.

§1º As reuniões para eleição da Mesa Diretora serão realizadas nas datas previstas neste Regimento.

§2º Na eleição da Mesa Diretora, será observada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Assembléia.

§3º Serão proclamados eleitos para os cargos da Mesa Diretora os respectivos candidatos que obtiverem a maioria absoluta dos votos.

Art. 74. Observado o previsto na Constituição do Estado de Pernambuco, poderão ser candidatos aos cargos da Mesa Diretora todos os Deputados no exercício do mandato, excetuados os Suplentes convocados por motivo de licença de Deputado.

§1º O pedido de registro da candidatura será dirigido:

I – ao Presidente da Mesa Diretora dos trabalhos da reunião, e protocolizado na Assistência Legislativa, impreterivelmente, até duas horas antes do horário previsto para o início da reunião convocada para eleição no primeiro biênio;

II - ao Presidente da Mesa Diretora, e protocolizado na Assistência Legislativa, impreterivelmente, até às doze horas do dia da votação, na eleição realizada no segundo biênio.

§2º O registro da candidatura será efetivado mediante deferimento do Presidente da Mesa Diretora, que terá competência para analisar apenas o preenchimento dos requisitos formais da candidatura.

§3º Da decisão referida no §2º deste artigo, cabe recurso para o Plenário, que deverá ser protocolizado com antecedência mínima de uma hora do horário previsto para o início da votação.

§4º O recurso previsto no §3º deste artigo deverá ser decidido pelo Plenário antes de ser iniciado o processo de votação.

Art. 75. A reunião preparatória para eleição da Mesa Diretora, para o primeiro biênio da legislatura, será dirigida pela Mesa Diretora dos Trabalhos da solenidade de posse e, para o segundo biênio, por membros da Mesa Diretora eleita para o primeiro biênio.

§1º Os candidatos não poderão participar da direção dos trabalhos nas reuniões destinadas à eleição da Mesa Diretora.

§2º Os membros da Mesa Diretora, impedidos na forma do previsto no §1º deste artigo, serão substituídos observando-se as seguintes regras:

I – para eleição do primeiro biênio, será observada a regra do §1º do art. 27 deste Regimento;

II – para eleição do segundo biênio, por membros da Mesa Diretora ou, no impedimento destes, por qualquer Deputado presente, observado o previsto no inciso I do §2º deste artigo.

Art. 76. O Presidente abrirá a reunião e, sendo verificada a presença da maioria absoluta dos Deputados, proceder-se-á à eleição para os cargos da Mesa Diretora, em escrutínio único e secreto, observadas as seguintes formalidades:

I – colocação, em ordem alfabética dos nomes dos candidatos nas cédulas que deverão ser uniformes e devidamente rubricadas pelos membros da Mesa Diretora dos trabalhos da reunião;

II – retirada, individualmente, das cédulas pelos Deputados presentes;

III - votação, em cabine indevassável, assegurado o sigilo do voto;

IV - colocação das cédulas em uma própria.

§1º As cédulas, de formato uniforme, constituirão a própria sobrecarta e conterão:

I - os nomes dos candidatos inscritos, agrupados de acordo com os cargos a que concorrem;

II - um pequeno círculo ao lado do nome de cada candidato.

§2º No ato da votação, o Deputado deverá preencher integralmente, sendo admitida apenas a utilização de caneta esferográfica de cor preta, o círculo existente ao lado dos nomes dos candidatos por ele escolhidos, sob pena de ser considerado nulo o voto.

§3º As formalidades previstas neste artigo poderão ser substituídas, sempre que possível, pela coleta de votos através de urna eletrônica, requisitada ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Art. 77. Na apuração, observar-se-ão os seguintes procedimentos:

I - o Presidente convidará dois Deputados de bancadas diferentes para atuar como observadores e, em seguida, determinará a retirada das cédulas da urna, colocando-as sobre a Mesa Diretora dos trabalhos da reunião;

II - por determinação do Presidente, os Secretários farão a contagem das cédulas retiradas, confirmando as rubricas e conferindo o número de cédulas com o de votantes;

III - concluída a conferência a que se refere o inciso II deste artigo, os Secretários abrirão as cédulas, anunciando o seu conteúdo, sendo computados, simultaneamente, os votos para todos os cargos da Mesa Diretora;

IV - no caso de não ser obtida a maioria absoluta para qualquer cargo, far-se-á novo escrutínio entre os dois candidatos mais votados para esse cargo no primeiro escrutínio;

V - no segundo escrutínio, a eleição será por maioria simples e, no caso de empate, será eleito, entre os dois candidatos, o que tiver obtido maior votação nas últimas eleições para Deputado;

VI - ao término de toda a apuração, o Presidente dos trabalhos anunciará, em seqüência, os eleitos para todos os cargos da Mesa Diretora que serão imediatamente empossados.

Parágrafo Único. Na apuração eletrônica, a contagem dos votos será feita com o apoio de um técnico especializado em informática, observando-se o disposto nos incisos IV, V e VI, deste artigo.

Art. 78. A nulidade da votação, mediante justificativa devidamente fundamentada e comprovada, poderá ser suscitada por qualquer Deputado, quanto:

I - à votação, antes de iniciada a contagem dos votos;

II - ao voto, na abertura de cada sobrecarta.

Parágrafo Único. A Mesa Diretora dos trabalhos da reunião decidirá, de imediato, sobre a nulidade suscitada, cabendo, ato contínuo desta decisão, recurso ao Plenário.

CAPÍTULO VI DO MANDATO EM CARGOS DA MESA DIRETORA

Art. 79. No caso de ocorrer vaga em cargo da Mesa Diretora, até sessenta dias antes do término do respectivo mandato, será convocada eleição para o seu preenchimento, no prazo de cinco

reuniões ordinárias plenárias, observados os procedimentos estabelecidos neste Regimento para eleição da Mesa Diretora.

Art. 80. O mandato nos cargos da Mesa Diretora se extinguir-se-á, no dia trinta e um de janeiro do segundo e do quarto ano da legislatura ou por motivo de:

I - afastamento do Deputado nas hipóteses previstas no art. 11, I, da Constituição do Estado de Pernambuco;

II - renúncia;

III – falecimento;

IV - suspensão do exercício do mandato;

V - perda temporária e definitiva do mandato;

VI - ausência, sem justificativa, a cinco reuniões ordinárias consecutivas da Mesa Diretora ou a doze alternadas, em um ano de legislatura.

Parágrafo Único. No caso previsto no inciso VI deste artigo, será assegurada ao Deputado ampla defesa.

Art. 81. O exercício do mandato em cargo da Mesa Diretora será suspenso, temporariamente, durante a tramitação de processo disciplinar em que o Deputado estiver incurso.

Parágrafo Único. Após a instauração do processo disciplinar em que estiver incurso Deputado ocupante de cargo na Mesa Diretora, proceder-se-á da forma que se segue:

I - no caso de vaga no cargo de Presidente, assumirá o Primeiro Vice-Presidente;

II - no caso de vaga no cargo de Primeiro Vice-Presidente, assumirá o Segundo Vice-Presidente, permanecendo vago este último cargo;

III - no caso de vaga nos cargos de Secretário, a substituição obedecerá à ordem dos cargos, permanecendo vaga a Quarta Secretária com suas atribuições acumuladas pelo titular da Terceira Secretária.

CAPÍTULO VII DAS REUNIÕES DA MESA DIRETORA

Art. 82. A Mesa Diretora reunir-se-á:

I – ordinariamente, uma vez por semana, para deliberar sobre assuntos de sua competência;

II – extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente ou por dois terços dos seus membros;

§1º As atas das reuniões ordinárias e extraordinárias da Mesa Diretora serão lidas nas reuniões imediatamente subseqüentes e, após aprovadas, deverão ser publicadas.

§2º O disposto no §1º não se aplica na última reunião da Mesa Diretora em cada biênio, cujas atas serão lidas e aprovadas na mesma reunião e publicadas logo a seguir.

§3º Qualquer Deputado poderá assistir, sem direito a voto, às reuniões ordinárias e extraordinárias da Mesa Diretora.

Art. 83. As reuniões ordinárias da Mesa Diretora só poderão deixar de ser realizadas:

I – por falta de quorum;

II – por decisão, devidamente justificada, da maioria absoluta de seus membros.

Art. 84. As deliberações da Mesa Diretora serão formalizadas em atos assinados pelo seu Presidente ou através de proposições legislativas subscritas por todos os membros presentes à reunião deliberativa correspondente.

Parágrafo Único. Das decisões da Mesa Diretora, caberá recurso ao Plenário, no prazo de cinco reuniões ordinárias plenárias, subscrito por um quarto dos membros da Assembléia.

TÍTULO V DAS COMISSÕES PARLAMENTARES

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 85. As Comissões Parlamentares Permanentes integram a estrutura institucional da Assembléia com as seguintes finalidades:

I - apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao seu exame e sobre eles deliberar;

II - exercer o acompanhamento dos planos e programas governamentais;

III - proceder à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, efetividade na aplicação das subvenções e renúncia de receitas, no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação.

Art. 86. A Assembléia poderá, por motivo relevante, constituir Comissões de caráter temporário, visando atender a finalidades especiais, de investigação ou de representação.

Art. 87. As Comissões Parlamentares serão constituídas por Deputados, no efetivo exercício do mandato, observando-se as

Recife, 23 de dezembro de 2008

normas previstas neste Regimento, e, tanto quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária.

§1º Qualquer Deputado poderá assistir às reuniões das Comissões e participar do debate das matérias em discussão, sem direito a voto.

§2º Para cada Comissão Permanente serão convocados, no mínimo, um servidor do Grupo Ocupacional Agente de Assessoramento e de Gerência Superior – Nível Técnico Científico, do quadro efetivo da Assembléia Legislativa, sem que essa providência implique, necessariamente, em aumento de despesa.

Art. 88. Poderão participar dos trabalhos das Comissões Parlamentares, excetuadas as Comissões de Representação, técnicos de reconhecida competência ou representantes de entidades idôneas, com legítimo interesse no esclarecimento da matéria em apreciação, desde que essa providência não implique em aumento de despesa pública.

Parágrafo Único. A credencial será outorgada ao técnico pelo Presidente da Comissão, de ofício, a requerimento de Deputado ou de entidade interessada, ouvidos, neste caso, os membros da Comissão.

Art. 89. As reuniões das Comissões serão públicas, salvo nos casos previstos neste Regimento, e observarão, no que lhes for aplicável, as normas previstas para as reuniões plenárias.

§1º Não será permitida a realização de reunião no horário destinado às reuniões plenárias, salvo as realizadas por autorização do Presidente da Assembléia.

§2º O autor ou relator de proposição não poderá presidir a reunião de Comissão no momento em que se estiver debatendo a matéria de sua autoria ou relatoria.

Art. 90. Os prazos para uso da palavra nas reuniões das Comissões são:

I - quinze minutos, para o relator, na apresentação de parecer e na réplica;
II - dez minutos, para todos os membros da Comissão na discussão e votação de pareceres;
III - cinco minutos, para os demais Deputados presentes, na discussão das matérias.

Art. 91. As Comissões Parlamentares Permanentes e Temporárias poderão, sempre que necessário, solicitar pronunciamento da Procuradoria Geral da Assembléia.

CAPÍTULO II DAS COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES

Art. 92. As Comissões Parlamentares Permanentes da Assembléia são:

I - Constituição, Legislação e Justiça;
II - Finanças, Orçamento e Tributação;
III - Administração Pública;
IV - Negócios Municipais;
V - Educação, Cultura, Esporte e Lazer;
VI - Meio Ambiente;
VII - Agricultura, Pecuária e Política Rural;
VIII - Saúde e Assistência Social;
IX - Ciência, Tecnologia e Informática;
X - Cidadania e Direitos Humanos;
XI - Desenvolvimento Econômico e Turismo;
XII - Assuntos Internacionais;
XIII - Defesa dos Direitos da Mulher;
XIV - Ética Parlamentar;
XV - Redação Final.

Seção I Das Competências

Art. 93. No cumprimento das suas finalidades e atribuições, respeitadas as matérias e áreas que lhes são específicas, compete às Comissões Parlamentares Permanentes:

I - emitir parecer sobre as proposições que lhes forem distribuídas, opinando pela aprovação ou rejeição, total ou parcial, ou pelo arquivamento e, quando for o caso, formular emendas, subemendas ou substitutivos;

II – apresentar, mediante deliberação da maioria de seus membros, proposições legislativas, observado o previsto na Constituição do Estado de Pernambuco e neste Regimento;

III – requisitar, por intermédio de seu Presidente, diligências sobre matéria em apreciação e informações a órgãos e entidades estaduais;

IV - realizar audiências públicas;

V - apreciar e emitir parecer sobre programas de obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

VI - propor a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, elaborando o respectivo projeto de decreto legislativo;

VII - convocar, por deliberação da maioria dos seus membros, autoridades públicas para prestarem esclarecimentos sobre matérias previamente especificadas;

VIII - encaminhar, através do Presidente da Mesa Diretora, pedidos de informação ao Governador do Estado, aos Secretários de Estado, ao Corregedor Geral de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça, ao Procurador Geral do Estado, ao Chefe da Defensoria Pública e aos dirigentes da Administração Direta, Indireta ou Fundacional do Estado;

IX - solicitar audiência ou colaboração de órgãos ou entidades da administração pública e da sociedade civil, para elucidação de matéria sujeita a seu pronunciamento;

X – solicitar depoimentos de qualquer autoridade ou cidadão;

XI - receber petições, reclamações ou representações contra atos ou omissões de autoridades ou entidades públicas;

XII - fiscalizar os atos que envolvam gastos públicos de órgãos da administração direta ou entidades da administração indireta;

XIII - solicitar ao Ministério Público a quebra de sigilo bancário ou fiscal;

XIV - promover estudos, pesquisas e investigações sobre problemas de interesse público, podendo promover conferências, exposições, palestras ou seminários e cursos em articulação com a Escola do Legislativo;

XV - elaborar proposições ligadas ao estudo de problemas de interesse público;

XVI – solicitar ao Tribunal de Contas do Estado a realização de inspeções e auditorias, bem como requisitar informações sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas.

Art. 94. A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça exercerá, com exclusividade, as competências previstas no art. 93, para manifestar-se quanto aos seguintes assuntos:

I - constitucionalidade, legalidade e juridicidade de todas as proposições submetidas à apreciação da Assembléia Legislativa, com exceção das seguintes:

a) projetos da Lei Orçamentária Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual, bem como, Revisão do Plano Plurianual;

b) Projeto de Resolução de licença de Deputados;

II – alterações do Regimento Interno;

III - autorização de licença ao Governador ou ao Vice-Governador para ausências do Estado por período superior a quinze dias ou interrupção do exercício de suas funções;

IV - constitucionalidade, legalidade ou juridicidade de questões submetidas à sua apreciação pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, nos termos do art. 95, VI, deste Regimento.

Parágrafo Único. Serão, ainda, submetidas à apreciação da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, quanto ao mérito, as matérias relacionadas a:

I - exercício dos poderes estaduais;

II - organização judiciária;

III - Ministério Público;

IV – Tribunal de Contas;

V - Defensoria Pública;

VI - Polícias Civil, Militar e Corpo de Bombeiros Militar, excetuada a fixação dos respectivos efetivos;

VII - ajustes, convenções e litígios;

VIII - intervenção municipal;

IX - autorização para alienação, cessão, arrendamento de bens imóveis do Estado e recebimento de doações com encargos;

X - atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa.

Art. 95. A Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, exercerá, com exclusividade, as competências previstas no art. 93, para:

I - emitir parecer sobre:

a) projetos de lei relativos a:

- plano plurianual;
- diretrizes orçamentárias;
- orçamento anual;
- revisão do plano plurianual;

b) relatórios internos elaborados por força da Lei de Responsabilidade Fiscal;

II - acompanhar e fiscalizar a execução do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual;

III – opinar sobre as contas prestadas por autoridades públicas, nos casos previstos nas normais constitucionais e legais pertinentes;

IV – emitir parecer prévio referente às contas de autoridades públicas, nos casos previstos nas normas constitucionais e legais pertinentes;

V – apresentar projeto de lei fixando os subsídios, do Governador, do Vice-Governador, e dos Secretários de Estado, observado o previsto na Constituição do Estado de Pernambuco;

VI – solicitar pronunciamento da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça acerca de dúvidas quanto à constitucionalidade, legalidade ou juridicidade, surgidas na apreciação de matérias de sua competência exclusiva.

Parágrafo Único. Compete também à Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação emitir parecer de redação final sobre os Projetos de Lei relativos ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual.

Art. 96. Compete, ainda, à Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação opinar, conjuntamente com outras Comissões, sobre:

I – proposições que envolvam matéria tributária ou financeira, incluindo incentivos financeiros ou fiscais, subsídios, isenções, reduções de base de cálculo, concessões de créditos presumidos, créditos adicionais, anistias, remissões ou quaisquer outras renúncias fiscais;

II - convênios que impliquem direta ou indiretamente responsabilidade financeira para o Estado;

III – contratos internacionais a serem celebrados pelo Estado.

Parágrafo Único. Os Projetos de Leis de abertura de créditos adicionais, também serão distribuídos à Comissão de Administração Pública, para emissão de Parecer.

Art. 97. A Comissão de Administração Pública exercerá as competências previstas no art. 93, quando relacionadas às seguintes matérias ou áreas correlatas:

I - estrutura administrativa do executivo estadual;

II - programas de privatização;

III - criação, transformação ou extinção de cargos, carreiras, funções e regime jurídico do funcionalismo bem como fixação de suas remunerações;

IV - fixação de subsídios;

V - política de pessoal e desenvolvimento de recursos humanos;

VI - política de previdência e assistência social relativas ao servidor e seus dependentes;

VII - fixação do efetivo das Polícias Civil e Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e respectivas organizações;

VIII - obras públicas;

IX - delegação de serviços públicos;

X – segurança pública.

Art. 98. A Comissão de Negócios Municipais exercerá as competências previstas no art. 93, quando relacionadas às seguintes matérias ou áreas correlatas:

I - região metropolitana;
II - infra-estrutura urbana;
III - criação, incorporação, fusão e desmembramento de Município;
IV - anexação e retificação territorial do município;
V - convênios dos Municípios com o Estado;
VI - situações adversas e de calamidade pública;
VII - intervenção municipal;
VIII – outros assuntos de relevante interesse municipal.

Art. 99. A Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer exercerá as competências previstas no art. 93, quando relacionadas às seguintes matérias ou áreas correlatas:

I - educação:

a) aplicação dos recursos vinculados à educação;

b) regime de colaboração do Estado com os Municípios;

c) formulação e acompanhamento da Política Estadual de Educação;

d) indicadores educacionais do Estado;

e) apreciação e acompanhamento do Plano Estadual de Educação, em articulação com o Conselho Estadual de Educação.

II - cultura:

a) preservação do patrimônio histórico, cultural e artístico;

b) produção artística e cultural;

c) aplicação de recursos vinculados à cultura;

d) garantia do direito à informação e à comunicação às pessoas portadoras de deficiência visual e auditiva;

e) entidades representativas da produção cultural;

f) formulação e implementação da Política Estadual de Cultura;

g) fixação de datas comemorativas;

III - esporte e lazer:

a) práticas esportivas formais e não formais;

b) atividades de lazer ativo e contemplativo;

c) prática de educação física, esporte e lazer para pessoas portadoras de deficiências;

d) destinação de recursos públicos para promoção de atividades de lazer, recreação, esporte escolar e não profissional;

e) formulação e acompanhamento da Política Estadual do Esporte e Lazer.

Art. 100. A Comissão de Meio Ambiente exercerá as competências previstas no art. 93, quando relacionadas às seguintes matérias ou áreas correlatas:

I - Política Estadual do Meio Ambiente;

II - criação, ampliação, manutenção, recuperação, proteção e defesa de reservas biológicas ou recursos naturais;

III - qualidade ambiental, resíduos industriais, substâncias químicas, certificação ambiental e poluição do ar;

IV - educação ambiental.

Art. 101. A Comissão de Agricultura e Política Rural exercerá as competências previstas no art. 93, quando relacionadas às seguintes matérias ou áreas correlatas:

I - uso do solo e dos recursos naturais;
II - agropecuária, silvicultura, caça, pesca, vigilância e defesa sanitária, animal ou vegetal;
III - armazenamento, escoamento e comercialização da produção agrícola e pecuária;
IV - crédito, assistência técnica, pesquisa e extensão rural;
V - irrigação e eletrificação rural;
VI - habitação para o trabalhador rural;
VII - núcleos de profissionalização específica;
VIII - cooperativas agropecuárias, associações rurais, entidades sindicais e propriedade familiar;
IX - implementação e acompanhamento da Política Agrícola e Fundiária Estadual;
X - produção de alimentos.

Art. 102. A Comissão de Saúde e Assistência Social exercerá as competências previstas no art. 93, quando relacionadas às seguintes matérias ou áreas correlatas:

I - implementação do sistema único de saúde, assegurando a descentralização, regionalização, a hierarquização dos serviços, a integralidade das ações e o controle social;

II - comportamento dos indicadores de saúde, na perspectiva da elevação da qualidade de vida e da melhoria do perfil epidemiológico da população;

III - formulação e implementação da Política Estadual de Saúde, em articulação com os Conselhos e a Conferência Estadual de Saúde;

IV - aplicação dos recursos destinados à saúde;

V - formulação e implementação de políticas de assistência social.

Art. 103. A Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática exercerá as competências previstas no art. 93, quando relacionadas às seguintes matérias ou áreas correlatas:

I - política científica e tecnológica, visando assegurar a formação de recursos humanos, a pesquisa básica e aplicada, a autonomia e a capacitação tecnológicas, a difusão de conhecimentos e o bem-estar da população;

II - acompanhamento das políticas, programas e projetos estaduais de ciência, tecnologia e informática.

Art. 104. A Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo exercerá as competências previstas no art. 93, quando relacionadas às seguintes matérias ou áreas correlatas:

I - ordem econômica;
II - política industrial, comercial, agrícola e mineral;
III - propriedade industrial e sua proteção;
IV - política e sistema estadual de metrologia, normatização e qualidade industrial;
V - comércio interestadual e política de importação e exportação;
VI - política e sistema estadual de turismo, exploração das atividades e dos serviços turísticos;
VII - incentivos às empresas sediadas no Estado;
VIII - delegação de serviços públicos;
IX – programas de privatização.

Art. 105. A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos exercerá as competências previstas no art. 93, quando relacionadas às seguintes matérias ou áreas correlatas:

I - violência;
II - direitos do cidadão, da criança, do adolescente e do idoso;
III - discriminações raciais, étnicas, sociais e de opções sexuais;
IV - sistema penitenciário e direitos dos detentos;
V - direitos das comunidades indígenas;
VI - acompanhamento às vítimas de violência e a seus familiares;
VII - direitos do consumidor e do contribuinte;
VIII - segurança pública do Estado;
IX - proteção a testemunhas.

Art. 106. A Comissão de Assuntos Internacionais exercerá as competências previstas no art. 93, quando relacionadas às seguintes matérias ou áreas correlatas:

I – celebração de contratos e convênios entre o Estado e outros países;

II – investimentos de outros países no Estado;

III – instalação de empresas multinacionais no Estado;

IV – intercâmbio comercial e cultural entre o Estado e unidades administrativas de outros países;

V – atividades pertinentes ao mercado latino-americano;

VI – representação do Estado no Parlamento Latino Americano;

VII – atividades comerciais e culturais vinculadas ao Mercosul;

VIII – estreitamento do relacionamento entre a Assembléia Legislativa e as representações internacionais sediadas no Estado, inclusive Consulados;

IX - intercâmbio com instituições nacionais, internacionais e estrangeiras públicas e privadas.

Art.107. A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher exercerá as competências previstas no art. 93 quando relacionadas às seguintes matérias ou áreas correlatas:

I – Acompanhar a Política Estadual de Combate e Erradicação de Violência Doméstica e Sexista;

II - Acompanhar a Política Estadual de Emprego e Renda, no que diz respeito às mulheres;

III - Apresentar e apreciar proposições e ações que visem o combate e a prevenção ao tráfico de mulheres e ao turismo sexual de jovens e adolescente;

IV - promover ações, inclusive em parceria com outras instituições que visem estimular e garantir a elevação da escolaridade da mulher;

V - Promover ações, inclusive em parceria com outras instituições, que visem prevenir e assegurar a saúde sexual e reprodutiva das mulheres;

VI – Emitir pareceres e posições acerca de todas as questões que versem sobre os direitos humanos das mulheres.

Art. 108. A Comissão de Ética Parlamentar tem competências e atribuições específicas, na forma do previsto no Código de Ética Parlamentar.

Art. 109. À Comissão de Redação Final compete a elaboração do texto final das proposições aprovadas em Plenário, nos termos deste Regimento.

Seção II Da Composição

Art. 110. No prazo de cinco reuniões ordinárias plenárias, contado da data de posse dos membros da Mesa Diretora, na primeira e na terceira Sessões Legislativas Ordinárias, o Presidente da Assembléia providenciará a publicação do ato de constituição das Comissões Parlamentares Permanentes, observado, tanto quanto possível, o critério da proporcionalidade partidária.

§1º Os líderes partidários encaminharão as indicações dos representantes das respectivas bancadas aos Líderes do Governo ou da Oposição, conforme identificação política, ou, na ausência desta, ao Presidente da Assembléia no prazo de duas reuniões ordinárias plenárias da reunião de posse da Mesa Diretora.

§2º Os Líderes do Governo e da Oposição farão as indicações de seus representantes ao Presidente da Assembléia no prazo de quatro reuniões ordinárias plenárias após a posse da Mesa Diretora.

§3º No caso de não serem encaminhadas indicações, na forma do previsto nos §§1º e 2º, deste artigo, o Presidente da Mesa Diretora, de ofício, designará os membros titulares e suplentes das Comissões Permanentes, resguardando-se, sempre que possível, a proporcionalidade partidária.

§4º A composição da Comissão de Ética Parlamentar observará o disposto no Código de Ética Parlamentar.

§5º O suplente assumirá os trabalhos sempre que um membro titular representante de sua bancada esteja licenciado, impedido, ou ausente.

Art. 111. Ao Deputado será assegurado o direito de integrar ao menos uma Comissão Permanente, na condição de membro titular.

§1º Será vedada a participação, na qualidade de membro titular, em mais de três Comissões Permanentes e, na de suplente, em mais de quatro.

§2º O mandato de membro titular ou suplente, na Comissão de Ética Parlamentar, não será computado para efeito de observância dos limites estabelecidos no §1º deste artigo.

Art. 112. As Comissões de Constituição, Legislação e Justiça e de Finanças, Orçamento e Tributação serão constituídas de nove titulares, as Comissões de Administração Pública e de Ética Parlamentar de sete titulares e as demais de cinco titulares, sendo, em todas as Comissões, o número de suplentes igual ao de titulares.

Art. 113. O mandato dos membros das Comissões Permanentes tem a duração de duas sessões legislativas, ressalvado os casos previstos neste regimento.

Seção III Da Vacância

Art. 114. As vagas nas Comissões Permanentes verificar-se-ão em virtude de:

I – falecimento;

10

II - renúncia;	X - conceder vista das proposições;
III - perda de lugar;	XI - assinar pareceres e convidar os demais membros a fazê-lo;
IV - perda do mandato parlamentar;	XII - solicitar, ao Presidente da Assembléia, designação de substitutos para membros da Comissão, no caso de vaga;
V - término do mandato na Comissão.	XIII - encaminhar à Mesa Diretora, para publicação, as atas, convocações extraordinárias e o relatório semestral das atividades da Comissão;

§1º A vacância se dará nos casos dos incisos I ao IV deste artigo.

§2º O Presidente da Mesa Diretora declarará a perda de lugar do Deputado na Comissão:

I - de ofício, por motivo de:

- a) desfiliação do partido a que pertence a vaga;
- apresentação de pedido de substituição pelo Líder, subscrito pela maioria dos Deputados do partido, mesmo que não ocorra a desfiliação.

II - mediante provocação do respectivo Presidente, em razão de ausência, sem justificativa, a cinco reuniões ordinárias consecutivas da Comissão ou a doze alternadas, em um ano de legislatura.

§3º No caso previsto no §2º, II, deste artigo, será assegurada ao Deputado ampla defesa.

§4º A renúncia de membro de Comissão independerá de aprovação e será efetiva e irretirável a partir da publicação.

§5º O Deputado que perder o lugar na Comissão, a ela não poderá retornar na mesma sessão legislativa.

§6º A ocorrência de vaga será publicada por determinação do Presidente da Mesa Diretora.

Art. 115. A vaga será preenchida por designação do Presidente da Mesa Diretora, de acordo com indicação do Líder da Bancada a que pertencer o lugar, no prazo de três reuniões ordinárias plenárias.

Parágrafo Único. Expirado o prazo previsto no caput deste artigo, o Presidente de ofício, designará parlamentar para preencher a vaga.

Art. 116. No caso de vacância do cargo de Presidente da Comissão até sessenta dias do término do respectivo mandato, far-se-á nova eleição para escolha do seu sucessor.

Parágrafo Único. O Vice-Presidente assumirá a Presidência da Comissão, quando do afastamento do Presidente em data posterior ao prazo estabelecido no caput deste artigo.

Seção IV Da Presidência e da Vice-Presidência

Art. 117. Os Presidentes e os Vice-Presidentes das Comissões serão eleitos em reunião realizada, no prazo de três reuniões ordinárias plenárias, após a publicação do ato constitutivo da Comissão.

§1º A reunião será convocada e presidida, no primeiro ano da legislatura, pelo membro mais votado nas últimas eleições para Deputado, dentre os titulares indicados.

§2º Para o segundo biênio da legislatura, dirigirá os trabalhos da eleição o Presidente ou o Vice-Presidente da Comissão Permanente na sessão legislativa anterior e, estando ambos impedidos ou ausentes, o Deputado mais votado nas últimas eleições.

§3º O Presidente e o Vice-Presidente serão escolhidos por maioria absoluta, só podendo a reunião ser realizada com a presença da totalidade dos seus membros.

§4º A eleição disciplinada neste artigo poderá ser dispensada se houver, antes do prazo previsto no caput, documento assinado pelo Presidente da Assembléia e pela unanimidade dos Líderes, indicando os nomes do Presidente e do Vice-Presidente da respectiva Comissão.

§5º O Deputado não poderá ocupar a Presidência ou a Vice-Presidência de mais de uma Comissão Permanente.

Art. 118. São competências dos Presidentes das Comissões Permanentes, observadas as normas regimentais:

I - estabelecer e fazer publicar data, horário e pauta das reuniões ordinárias das respectivas Comissões;

II - convocar as reuniões extraordinárias, de ofício ou mediante requerimento de um terço dos membros da Comissão;

III - presidir todas as reuniões da Comissão e nelas manter a ordem e a solenidade;

IV - designar relatores, obedecido o critério do sorteio;

V - conceder a palavra aos membros da Comissão ou aos Deputados presentes que a solicitarem;

VI - advertir o orador que se exaltar no decorrer dos debates, ou faltar com a consideração aos seus pares ou aos representantes do Poder Público;

VII - interromper o orador que estiver falando sobre matéria ou assunto vencido ou se desviar da matéria em debate;

VIII - submeter a voto as questões sujeitas à Comissão e proclamar o resultado da votação;

IX - preferir voto de desempate;

Diário Oficial do Estado de Pernambuco – Poder Legislativo

XI - assinar pareceres e convidar os demais membros a fazê-lo;	XII - solicitar, ao Presidente da Assembléia, designação de substitutos para membros da Comissão, no caso de vaga;
XIII - encaminhar à Mesa Diretora, para publicação, as atas, convocações extraordinárias e o relatório semestral das atividades da Comissão;	XIV - representar a Comissão nas relações com a Mesa Diretora, com as outras Comissões e com os Líderes;
XV - decidir sobre questões de ordem ou reclamações suscitadas na Comissão;	XVI - prestar informações à Mesa Diretora, sempre que solicitadas;
XVII - encaminhar ao Presidente da Mesa Diretora indicação de servidor para prestar assessoramento à Comissão;	XVIII - comunicar, ao Presidente da Mesa Diretora, as ausências dos Deputados, para o cumprimento do disposto no art. 114, §2º, inciso II deste Regimento.

§1º O Presidente da Comissão poderá assumir a função de relator, com direito a voto, exceto no caso previsto no §2º do art. 89 deste Regimento.

§2º O Presidente da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ou o Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação poderá solicitar aos Presidentes das demais Comissões Permanentes a indicação de Deputados para atuar como sub-relatores no caso de apreciação de matérias comuns.

Art. 119. O Presidente da Comissão será substituído, nos seus impedimentos e ausências, sucessivamente, pelo Vice-Presidente e pelo membro titular da Comissão mais votado nas últimas eleições para Deputado.

Seção V Dos Pareceres das Comissões

Art. 120. Parecer é o pronunciamento da Comissão sobre a matéria sujeita a seu estudo, emitido com a observância das normas fixadas nos parágrafos seguintes.

§1º O parecer constará de três partes:

I - relatório em que se fará a exposição da matéria em exame;

II - parecer do relator em termos sintéticos, com sua opinião sobre a conveniência da aprovação ou rejeição total ou parcial da matéria, ou necessidade de se lhe oferecerem substitutivo ou emendas, exceto nos casos previstos neste Regimento;

Seção VII Das Atas das Comissões

Art. 128. Das reuniões das Comissões lavrar-se-ão atas, que deverão ser obrigatoriamente publicadas no Diário do Poder Legislativo, consignando:

I - dia, hora e local da reunião;

II - nome dos membros presentes e dos ausentes, com referência expressa às faltas justificadas;

III - relação da matéria distribuída e nomes dos respectivos relatores;

IV - resumo do Expediente;

V - referências sucintas aos pareceres e deliberações.

Art. 129. As atas serão digitadas em folhas avulsas e encadernadas anualmente.

Art. 130. As atas das reuniões secretas serão lavradas por quem as tenha secretariado, nos termos deste Regimento e depois de assinadas e rubricadas pelo Presidente e Secretário, serão lacradas e recolhidas ao arquivo Assembléia, com a indicação do prazo pelo qual ficarão indisponíveis para consulta.

Art. 131. A ata da reunião anterior será sempre lida na reunião subsequente e dar-se-á por aprovada, independente de votação, se não impugnada, devendo o Presidente da Comissão assiná-la e rubricá-la em todas as folhas.

Art. 132. Na última reunião de cada Sessão Legislativa, ao concluir os trabalhos o Presidente da Comissão mandará lavrar a ata, que logo após será lida e aprovada com a presença de qualquer número do colegiado.

Art. 133. Para atender a finalidades especiais, relacionadas às suas atribuições, a Assembléia poderá constituir Comissões Temporárias:

I - de Representação;

II - Especiais;

III - de Inquérito.

Parágrafo Único.

Aplicar-se-ão às Comissões Parlamentares Temporárias, no que for cabível, as normas referentes às Comissões Permanentes.

Art. 134. As Comissões Temporárias serão criadas, por iniciativa da Mesa Diretora ou de Deputado, e serão consideradas extintas, no caso de:

I - cumprimento da finalidade que motivou a sua criação;

II - término da legislatura ou do prazo estabelecido para o seu funcionamento, incluídas as prorrogações autorizadas pelo Plenário.

Art. 142. Para efeito de contagem serão considerados favoráveis, os votos:

I - pelas conclusões;

II - com restrições;

III - em separado, não divergente das conclusões.

§1º Sempre que adotar parecer com restrições, é obrigado o membro da Comissão a anunciar em que consiste sua divergência.

§2º O voto pode ser ainda contrário.

Art. 123. Nenhuma proposição que dependa de Parecer será votada pela Assembléia sem pronunciamento das Comissões Técnicas Permanentes.

Art. 124. Na primeira reunião, após o recebimento das matérias, as Comissões escolherão, por sorteio o relator, podendo solicitar indicação de sub-relatores, na forma prevista no art. 118, §2º, deste Regimento.

Art. 125. Observado o disposto no art. 231 deste Regimento Interno, o relator apresentará o seu parecer nos seguintes prazos:

I - duas reuniões ordinárias plenárias, em regime de urgência;

II - cinco reuniões ordinárias plenárias, em regime de prioridade;

III - dez reuniões ordinárias plenárias, em regime de tramitação ordinária.

Parágrafo Único. Os prazos previstos neste artigo poderão ser prorrogados em função do que dispõe o Art. 127 deste Regimento.

Art. 126. Na primeira reunião ordinária após o vencimento dos prazos previstos no Art. 125 deste Regimento, o parecer será lido pelo relator ou, na sua ausência, por qualquer membro da Comissão designado pelo Presidente, sendo submetido imediatamente à discussão, observados os prazos para uso da palavra previstos neste Regimento Interno.

§1º Encerrada a discussão, seguir-se-á a votação do parecer, que, se aprovado em todos os seus termos, tornar-se-á parecer da Comissão, subscrito por todos os membros presentes.

§2º Recebendo alterações, com as quais concorda o relator, será concedido a este prazo até à reunião subsequente para adaptar o parecer ao decidido pelos membros da Comissão.

§3º Caso o relator não concorde com as alterações, o Presidente da Comissão designará como novo relator aquele que primeiro suscitar a discussão, devendo ser proferido parecer em idêntico prazo.

§4º Nos casos previstos nos §§2º e 3º deste artigo, quando tratar-se de matéria em regime de urgência, o parecer deverá ser redigido de imediato.

§5º O parecer não acolhido pela Comissão poderá constituir voto em separado.

§6º O voto em separado, divergente do parecer do relator, terá prioridade na votação e, desde que aprovado pela Comissão, integrará o seu parecer.

§7º Nos casos em que seja designado como relator da proposição um Deputado suplente, na reunião em que a proposição for colocada em pauta, estando completas as vagas destinadas à sua bancada, um dos membros titulares deverá dar assento ao suplente relator, durante a relatoria da matéria.

Art. 127. Será deferido, na Comissão, pedido de vista de proposição, observados os seguintes prazos:

I – duas reuniões ordinárias plenárias, em regime de prioridade;

II - três reuniões ordinárias plenárias, em regime de tramitação ordinária.

Parágrafo Único. Não se concedera vista de proposição de urgência.

Seção VII Das Atas das Comissões

Art. 128. Das reuniões das Comissões lavrar-se-ão atas, que deverão ser obrigatoriamente publicadas no Diário do Poder Legislativo, consignando:

I - dia, hora e local da reunião;

II - nome dos membros presentes e dos ausentes, com referência expressa às faltas justificadas;

III - relação da matéria distribuída e nomes dos respectivos relatores;

IV - resumo do Expediente;

V - referências sucintas aos pareceres e deliberações.

Art. 129. As atas serão digitadas em folhas avulsas e encadernadas anualmente.

Art. 130. As atas das reuniões secretas serão lavradas por quem as tenha secretariado, nos termos deste Regimento e depois de assinadas e rubricadas pelo Presidente e Secretário, serão lacradas e recolhidas ao arquivo Assembléia, com a indicação do prazo pelo qual ficarão indisponíveis para consulta.

Art. 131. A ata da reunião anterior será sempre lida na reunião subsequente e dar-se-á por aprovada, independente de votação, se não impugnada, devendo o Presidente da Comissão assiná-la e rubricá-la em todas as folhas.

Art. 132. Na última reunião de cada Sessão Legislativa, ao concluir os trabalhos o Presidente da Comissão mandará lavrar a ata, que logo após será lida e aprovada com a presença de qualquer número do colegiado.

CAPÍTULO III DAS COMISSÕES PARLAMENTARES TEMPORÁRIAS

Art. 133. Para atender a finalidades especiais, relacionadas às suas atribuições, a Assembléia poderá constituir Comissões Temporárias:

I - de Representação;

II - Especiais;

III - de Inquérito.

Parágrafo Único. Aplicar-se-ão às Comissões Parlamentares Temporárias, no que for cabível, as normas referentes às Comissões Permanentes.

Art. 134. As Comissões Temporárias serão criadas, por iniciativa da Mesa Diretora ou de Deputado, e serão consideradas extintas, no caso de:

I - cumprimento da finalidade que motivou a sua criação;

II - término da legislatura ou do prazo estabelecido para o seu funcionamento, incluídas as prorrogações autorizadas pelo Plenário.

Recife, 23 de dezembro de 2008

Art. 135. O Presidente, o Vice-Presidente e o relator das Comissões Parlamentares Especiais e de Inquérito serão eleitos, por maioria simples, na reunião de instalação da Comissão, que será presidida pelo membro da Comissão mais votado nas últimas eleições.

§1º Será vedado, ao autor do requerimento para criação da Comissão Especial ou de Inquérito, exercer a função de relator.

§2º No caso de afastamento, impedimento ou renúncia de Presidente das Comissões de que trata este artigo, será realizada eleição, na primeira reunião subsequente à efetivação da vaga, para seu preenchimento.

Art. 136. As Comissões Temporárias serão consideradas extintas, caso não se instalem no prazo de dez reuniões ordinárias plenárias, contado da designação dos seus membros.

Art. 137. O trabalho das Comissões Temporárias será concluído com a apresentação de relatório final, que poderá incluir proposições, que deverão tramitar na forma regimental.

Seção I Das Comissões Parlamentares de Representação

Art. 138. As Comissões Parlamentares de Representação serão constituídas com a finalidade de representar a Assembléia em atos externos.

§1º A Comissão de Representação será criada mediante requerimento de iniciativa de:

I - Mesa;

II – dos Líderes do Governo e da Oposição;

III - de Deputado, aprovado em Plenário.

§2º Caberá ao Presidente da Mesa Diretora, designar os membros das Comissões de Representação e indicar o seu Presidente.

§3º Na composição da Comissão de Representação, será observado o limite mínimo de três membros, sendo vedada a designação de suplentes.

Seção II Das Comissões Parlamentares Especiais

Art. 139. As Comissões Parlamentares Especiais poderão ser constituídas com a finalidade de apreciar matérias relevantes ou de interesse público, relacionadas com as atribuições da Assembléia, através de requerimento, submetido à aprovação do Plenário, de iniciativa:

I - da Mesa Diretora;

II - de qualquer Deputado, com a subscrição de um quarto dos Deputados.

§1º As Comissões Parlamentares Especiais serão constituídas por cinco titulares, podendo ter igual número de suplentes.

§2º No caso de Comissão Parlamentar Especial criada por iniciativa de Deputado, será obrigatoriamente incluído entre os titulares o autor do requerimento, desde que não haja qualquer impedimento.

§3º Não será permitido o funcionamento simultâneo de mais de cinco Comissões Parlamentares Especiais, salvo por deliberação da maioria absoluta dos membros da Assembléia.

Art. 140. O requerimento para criação de Comissão Especial indicará prazo e plano de funcionamento, observado o prazo máximo inicial de noventa dias.

§1º O prazo de funcionamento das Comissões Especiais poderá ser prorrogado, pelo Plenário, no máximo, por sessenta dias.

§2º O requerimento para prorrogação incluirá, obrigatoriamente, a apresentação de relatório parcial circunstanciado.

Art. 141. Aprovado o requerimento, os Líderes indicarão, no prazo de cinco reuniões ordinárias plenárias, os nomes para compor a Comissão e, expirado este prazo, o Presidente da Mesa Diretora baixará o respectivo ato de criação da Comissão, designando os seus membros e providenciando sua imediata publicação.

Parágrafo Único. Na designação dos membros da Comissão será observado, tanto quanto possível, o critério da proporcionalidade partidária.

Seção III Das Comissões Parlamentares De Inquérito

Art. 142. A Assembléia poderá instituir Comissões Parlamentares de Inquérito, por prazo certo, para apuração de fato determinado.

§1º O requerimento será subscrito por um terço dos Deputados e conterà a indicação do fato determinado a ser investigado, a justificativa de sua relevância e o prazo de funcionamento da Comissão.

§2º O funcionamento da Comissão poderá ser prorrogado mediante requerimento da maioria absoluta de seus membros, apresentado até o prazo final de encerramento e submetido ao Plenário, sendo proibido ultrapassar a legislatura em que se deu sua instalação.

§3º A prorrogação prevista no parágrafo anterior terá início a partir da decisão do Plenário.

§4º Não será permitido o funcionamento simultâneo de mais de cinco Comissões Parlamentares de Inquérito, salvo por deliberação da maioria absoluta dos membros da Assembléia.

Recife, 23 de dezembro de 2008

§5º As Comissões Parlamentares de Inquérito serão constituídas por nove membros titulares e por igual número de suplentes.

Art. 143. Recebido o requerimento, o Presidente da Assembléia o encaminhará à publicação.

§1º Estando o requerimento de acordo com as formalidades regimentais, o Presidente da Assembléia o deferirá e determinará a publicação do respectivo ato, dando ciência às lideranças partidárias para que indiquem seus representantes, no prazo de cinco reuniões ordinárias plenárias.

§2º Expirado o prazo de cinco reuniões ordinárias plenárias sem que ocorra a indicação a que se refere o parágrafo anterior, caberá ao Presidente da Assembléia designar os membros da Comissão, observado, tanto quanto possível, o critério da proporcionalidade.

§3º Se o requerimento estiver em desacordo com as exigências regimentais, o Presidente devolvê-lo-á ao autor, cabendo desta decisão recurso para o Plenário, no prazo de cinco reuniões ordinárias plenárias, ouvida previamente a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

Art. 144. No cumprimento das suas finalidades, as Comissões Parlamentares de Inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, observados a legislação específica, este Regimento e, subsidiariamente, o Código do Processo Penal, sendo-lhes facultado:

I - convocar pessoas para testemunhar, sob pena de condução coercitiva, no caso de não comparecimento;

II – promover acareações;

III – determinar a realização de diligências, perícias e elaboração de laudos ou pareceres técnicos;

IV - requisitar informações e documentos a particulares e a agentes ou órgãos públicos federais, estaduais e municipais;

V – determinar, mediante decisão devidamente fundamentada, a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de investigados, requisitando as respectivas informações aos agentes e órgãos públicos ou privados competentes;

VI – requerer judicialmente:

a) a busca e apreensão de documentos ou bens que se fizerem necessários ao andamento das investigações;

b) a decretação de indisponibilidade de bens;

c) a realização de interceptação telefônica;

VII - requerer a realização de inspeções e auditorias ao Tribunal de Contas do Estado;

VIII - requisitar colaboração de órgãos públicos, especialmente policiais, e de entidades privadas;

XIX - solicitar audiência de Deputados, Secretários de Estado, bem como tomar depoimentos de autoridades estaduais e municipais ou de cidadão;

X - deslocar-se a qualquer ponto do território nacional, para realização de investigação ou audiências públicas.

Art. 145. Além das competências definidas no art. 118 deste Regimento, serão atribuições do Presidente de Comissão Parlamentar de Inquérito:

I - solicitar à Mesa Diretora a disponibilização de recursos e condições necessários ao cumprimento das finalidades da Comissão;

II - requisitar servidores da Assembléia e, em caráter transitório e por tempo determinado, servidores ou técnicos especializados de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública;

III - incumbir membros da Comissão ou servidores à disposição de realizar sindicâncias ou diligências;

IV – credenciar técnicos para colaborar com os trabalhos da Comissão, na forma prevista no art. 88 deste Regimento.

Art. 146. Os trabalhos das Comissões Parlamentares de Inquérito serão concluídos com a votação do relatório final, na Comissão.

§1º O prazo para apresentação do relatório final será fixado no ato de constituição das Comissões Parlamentares de Inquérito, prorrogável, mediante Requerimento.

§2º No período de recesso parlamentar, os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito poderão ser suspensos, mediante solicitação justificada de membro da Comissão, subscrito pela maioria absoluta dos seus membros e comunicado ao Presidente da Assembléia para efeito de publicação.

§3º Será vedada a divulgação parcial dos fatos apurados até a aprovação do relatório final, na Comissão.

§4º A violação do sigilo por membro da Comissão deverá ser submetida à apreciação da Comissão de Ética Parlamentar ou à Mesa Diretora, se o infrator for servidor público ou técnico à disposição.

Art. 147. Ao término dos trabalhos, a Comissão Parlamentar de Inquérito apresentará relatório final, incluídas as conclusões, que será encaminhado ao Presidente da Assembléia, que deverá publicá-lo no prazo de até cinco reuniões ordinárias plenárias.

§1º A Comissão Parlamentar de Inquérito, após a publicação do relatório final, poderá encaminhá-lo:

I - à Mesa Diretora, oferecendo, conforme o caso, a proposição legislativa pertinente, que será incluída na Ordem do Dia, no prazo de cinco reuniões ordinárias plenárias;

II - ao Ministério Público, com cópia da documentação e indicação das provas a serem produzidas, para que promova a responsabilidade civil ou criminal, por infrações apuradas ou adote outras medidas decorrentes de suas funções institucionais;

III - ao Poder Executivo para as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo, quando necessário;

IV - à Comissão Permanente que tenha maior pertinência com a matéria, à qual incumbirá fiscalizar o atendimento ao previsto no inciso III deste artigo;

V - aos órgãos públicos responsáveis pela fiscalização dos fatos apurados.

§2º Nos casos previstos nos incisos II, III e V deste artigo, o encaminhamento caberá ao Presidente da Assembléia.

TÍTULO VI DO PLENÁRIO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 148. O Plenário é integrado pela totalidade dos Deputados, em efetivo exercício do mandato, cabendo a direção dos seus trabalhos ao Presidente da Assembléia.

Art. 149. Compete ao Presidente, em Plenário, em conformidade com este Regimento e com o Código de Ética Parlamentar, observar o cumprimento das seguintes normas:

I - durante a reunião, além dos Deputados somente poderão estar presentes no recinto do Plenário os servidores da Assembléia com atividade ou função diretamente relacionada aos trabalhos da reunião;

II - nas sessões solenes, quando permitido o ingresso de autoridades no recinto do Plenário, os convites serão feitos de maneira a assegurar, tanto aos convidados como aos Deputados, lugares determinados;

III - ao público será franqueado o acesso às galerias circundantes para assistir às reuniões, mantida sua incomunicabilidade com o recinto do Plenário;

IV - o uso da palavra será concedido pelo Presidente, cabendo-lhe fazer cumprir os prazos regimentais;

V - excetuados o Presidente e os Secretários, quando na Mesa Diretora dos Trabalhos, os Deputados farão uso da palavra na Tribuna, podendo, excepcionalmente, o orador ser autorizado a permanecer sentado;

VI - o orador ou aparteante deverá posicionar-se de frente para a Mesa Diretora;

VII - nos pronunciamentos, o orador dirigirá a palavra ao Presidente ou aos Deputados, utilizando o tratamento Excelência ou Senhor (a) Presidente, e Senhor (a) Deputado (a);

VIII - ao discutir proposição, o Deputado não poderá desviar-se da questão em debate ou falar sobre matéria vencida;

IX - no início de cada votação, o Deputado deverá permanecer sentado.

§1º No caso de Deputado que, no uso da palavra, deixar de observar as normas regimentais, caberá ao Presidente:

I - impedir ou suspender o uso da palavra;

II - formular advertência;

III - sustar os registros taquigráficos.

§2º O Presidente convidará a retirar-se do Plenário o Deputado responsável por perturbação da ordem.

Art. 150. O Presidente da Assembléia poderá suspender ou encerrar as reuniões, por motivo de:

I - perturbação da ordem;

II - tumulto grave;

III - manifestação indevida das galerias;

IV - falecimento de Chefe de Poder, Ministro ou Secretário de Estado e, entre os eleitos pelo Estado de Pernambuco, de Senadores, Deputados Federais ou Estaduais;

V - quorum inferior a um quinto dos membros da Assembléia;

VI - acordo das lideranças presentes à reunião.

CAPÍTULO II DO USO DA PALAVRA

Art. 151. Em Plenário, o Deputado poderá usar da palavra, nos seguintes casos:

I - exposição de assunto de livre escolha, no Pequeno Expediente e no Grande Expediente;

II – discussão, pelos Líderes, de assunto de interesse de suas bancadas, na Comunicação de Lideranças;

III - discussão de assuntos relevantes para a atividade parlamentar ou partidária, na Explicação Pessoal;

IV - apresentação e discussão de proposição, na Ordem do Dia;

V – aparte;

VI - adiamento da discussão, mediante justificativa;

VII - formulação de questão de ordem;

VIII - encaminhamento de votação, pelos Líderes, mediante justificativa;

IX - leitura e discussão de parecer em Plenário ou de votos no âmbito das Comissões reunidas em Plenário;

X - reclamações ou recursos.

§1º O Deputado poderá entregar à Mesa Diretora dos Trabalhos, texto de discurso proferido, em documento físico e eletrônico, que constará da ata da reunião, para efeito de publicação.

§2º Os discursos não lidos poderão ser transcritos nos Anais mediante solicitação por escrito e devidamente deferido pelo Presidente da Mesa Diretora dos Trabalhos.

Seção I Do Tempo do Uso da Palavra

Art. 152. O Deputado fará uso da palavra, observando os seguintes prazos:

I - cinco minutos, no Pequeno Expediente e quinze minutos, no Grande Expediente, para a exposição de assuntos de livre escolha;

II – cinco minutos para cada Líder, na Comunicação de Lideranças, para a discussão de assuntos de interesses de suas Bancadas;

III - quinze minutos, para discussão de projetos e três minutos, para as demais hipóteses previstas nos incisos V a X do artigo anterior, deste Regimento;

IV – cinco minutos, para a discussão de assuntos relevantes para a atividade parlamentar ou partidária, na Explicação Pessoal.

Parágrafo Único. O tempo de uso de palavra será reduzido, no caso de aparte, pelo período utilizado para este fim.

Seção II Da Inscrição de Oradores

Art. 153. A inscrição de oradores, registrada em livro próprio, observará a ordem cronológica, assegurada a divisão do tempo, de acordo com o critério de proporcionalidade das Bancadas.

Parágrafo Único. Os Líderes da Bancada do Governo e da Oposição encaminharão a relação dos oradores inscritos à Assistência Legislativa até uma hora antes do início da reunião plenária.

Art. 154. A palavra será concedida, pelo Presidente, observada a ordem de inscrição.

§1º O orador poderá ceder a ordem de inscrição ou seu tempo, no todo ou em parte, a outro Deputado, inscrito ou não, manifestando a cessão, oralmente, ou mediante registro em livro próprio.

§2º Na ausência do orador inscrito, poderá representá-lo, no ato da cessão ou permuta, o Líder da sua Bancada.

§3º Na discussão, será facultado ao autor da proposição, o uso da Tribuna, em primeiro lugar, e, ao relator, em segundo.

§4º Será vedado o pedido para uso da palavra quando houver orador na Tribuna, exceto para encaminhar questão de ordem.

Art. 155. O Presidente solicitará ao orador a interrupção do pronunciamento, nos seguintes casos:

I - comunicação relevante;

II - tumulto grave no recinto, nas galerias ou no edifício da Assembléia;

III - encerramento do tempo destinado ao orador.

Seção III Da Questão de Ordem

Art. 156. Considera-se questão de ordem toda dúvida suscitada quanto à aplicação das normas regimentais ou constitucionais.

Art. 157. As questões de ordem serão formuladas com a indicação precisa das disposições que se pretende elucidar, cabendo ao Presidente decidir imediatamente.

§1º Da decisão que apreciar a questão de ordem caberá recurso ao Plenário, na mesma reunião, desde que formulado por um quinto dos membros da Assembléia.

§2º Recebido o recurso, o Presidente o submeterá, ato contínuo, à deliberação do Plenário.

Seção IV Do Aparte

Art. 158. O aparte será solicitado ao orador e poderá por este ser concedido quando objetivar indagações ou esclarecimentos relativos à matéria em debate.

§1º Não caberá aparte nos casos de:

I - pronunciamento do Presidente;

II - encaminhamento de votação;

III - parecer oral, proferido em Plenário;

IV - tempo destinado ao Pequeno Expediente.

§2º O aparteante deverá permanecer diante do microfone, não podendo ser interrompido por outro Deputado.

§3º Os apartes subordinam-se às disposições relativas aos debates em tudo que lhes for aplicável.

CAPÍTULO III DAS REUNIÕES PLENÁRIAS

Art. 159. As reuniões plenárias da Assembléia serão:

I - preparatórias, quando realizadas antes do início da primeira e da terceira sessões legislativas ordinárias, destinando-se a dar posse aos Deputados e a eleger os Membros da Mesa Diretora;

II - ordinárias, quando realizadas nos horários e períodos fixados regimentalmente e independente de convocação;

III - extraordinárias, quando realizadas em dias ou horários diversos dos prefixados para as reuniões preparatórias e ordinárias, por convocação:

a) do Presidente;

b) dos Líderes do Governo e da Oposição;

c) de um terço dos membros da Assembléia ou de Líderes cujas bancadas correspondam a este quorum;

IV - especiais, quando destinadas a ouvir autoridade, para prestar esclarecimentos ou informar sobre matéria de competência da Assembléia;

V - solenes, quando destinadas a comemorações ou homenagens, instalação e encerramento da legislatura ou posse do Governador e Vice-Governador.

Parágrafo Único. As reuniões da Assembléia serão públicas, podendo, excepcionalmente, ser secretas, por iniciativa do Presidente ou a requerimento de Deputado, aprovados por maioria absoluta, diante de motivo de segurança ou preservação do decoro parlamentar.

Seção I Das Reuniões Ordinárias

Art. 160. As reuniões ordinárias serão realizadas de segunda a quinta-feira, com início às quatorze horas e trinta minutos e duração de quatro horas.

§1º O horário das reuniões ordinárias poderá ser modificado pelo Presidente da Assembléia, ouvidas as lideranças, ou por decisão da Mesa Diretora.

§2º O tempo da reunião é prorrogável, pelo prazo máximo de duas horas, a requerimento de Deputado, apresentado à Mesa Diretora até cinco minutos do encerramento da reunião e será votado pelo processo simbólico, não sendo permitidos discussão ou encaminhamento de votação.

Art. 161. A reunião ordinária será dividida em seis partes:

I - Expediente Inicial;
II - Pequeno Expediente;
III - Grande Expediente;
IV – Ordem do Dia;
V - Comunicação de Lideranças;
VI - Explicação Pessoal.

Parágrafo Único. Poderá haver alterações na seqüência da pauta das reuniões definidas neste artigo, mediante acordo entre os Líderes do Governo e da Oposição.

Art. 162. No início das reuniões plenárias, os membros da Mesa Diretora e os Deputados ocuparão os seus lugares.

§1º Estando ausentes todos os membros efetivos da Mesa Diretora, assumirá a Presidência dos Trabalhos, o Deputado, entre os presentes, com maior votação nas últimas eleições estaduais que convidará dois Deputados, presentes em Plenário, para substituir o Primeiro e o Segundo Secretário.

§2º No caso de ausência, apenas dos Secretários, o Presidente convidará dois Deputados presentes para assumirem, na Mesa Diretora dos Trabalhos da reunião, as cadeiras da Primeira e da Segunda Secretaria.

Art. 163. No horário regimental, a reunião será declarada aberta pelo Presidente se verificado o quorum de um quinto dos membros da Assembléia.

§1º Não se verificando o quorum regimental, o Presidente aguardará durante quinze minutos;

§2º Persistindo a falta de quorum, o Presidente declarará encerrada a reunião, lavrando-se o competente termo, despachará os documentos e determinará sua publicação.

Subseção I Do Expediente Inicial
<p>Art. 164. O Expediente Inicial, com duração de até dez minutos, será destinado à leitura da Ata e dos documentos recebidos pela Mesa Diretora.</p>
<p>Art. 165. Verificado o quorum, o Presidente determinará:</p>
<p>I - ao Segundo Secretário, a leitura da ata da reunião anterior, que será considerada aprovada, desde que não haja impugnação;</p>
<p>II - ao Primeiro Secretário, a leitura da súmula dos documentos dirigidos à Assembléia Legislativa, que será publicada no Diário do Poder Legislativo.</p>

§1º O Deputado que pretender retificar a ata, apresentará à Mesa Diretora declaração oral ou escrita e, no caso de ser julgada procedente, a ata poderá ser imediatamente corrigida ou ser, a alteração, inserida na ata da reunião subsequente.

§2º Não se dará publicidade a informações e documentos de caráter reservado, sendo adotados os seguintes procedimentos:

I - as informações e documentos reservados, quando solicitados por Comissões, serão entregues aos respectivos Presidentes;

II - no caso de solicitação por Deputados, as informações e documentos reservados serão lidos para estes pelo Presidente da Assembléia.

III - cumpridas as formalidades previstas nos incisos I e II deste artigo, as informações e documentos serão arquivados.

Subseção II Do Pequeno Expediente
<p>Art. 166. O Pequeno Expediente, com duração máxima de trinta minutos, será destinado ao uso da palavra, por no máximo cinco oradores previamente inscritos, na forma regimental, sendo vedados:</p>
<p>I - apartes;</p>
<p>II - questões de ordem;</p>
<p>III – requerimentos de verificação de presença.</p>

§1º No Pequeno Expediente, o orador fará uso da palavra uma única vez.

§2º Será cancelada a inscrição de orador ausente do Plenário, na ocasião em que for chamado para fazer seu pronunciamento.

§3º Nas reuniões ordinárias realizadas nas quintas-feiras, será admitida a inscrição de, no máximo, dez oradores.

Art. 167. Não havendo oradores inscritos, ou esgotado o tempo do Pequeno Expediente, será dado início ao Grande Expediente.

Subseção III Do Grande Expediente
<p>Art. 168. O Grande Expediente, com até oitenta minutos de duração, será destinado ao uso da palavra por, no máximo, cinco oradores, previamente inscritos na forma regimental.</p>
<p>Parágrafo Único. Por decisão do Presidente da Mesa Diretora ou a requerimento de Deputado, aprovado, em Plenário, o Grande Expediente poderá ser destinado a palestras, debates ou datas comemorativas, obrigatoriamente às quintas-feiras.</p>

Subseção IV Da Comunicação de Lideranças
<p>Art. 169. Na Comunicação de Lideranças, os Líderes inscritos poderão fazer uso da palavra, por cinco minutos, para tratar de assunto de interesse de suas Bancadas, sendo vedado aparte.</p>
Subseção V Da Ordem do Dia

Art. 170. A Ordem do Dia, definida pelo Presidente da Assembléia, será destinada à discussão e à votação de proposições sujeitas à deliberação do Plenário, na forma regimental.

§1º A Ordem do Dia será publicada e disponibilizada, no sistema de informática da Assembléia via Internet, com antecedência de até quatro horas do início da reunião plenária e conterà:

I – o conteúdo resumido da matéria e a discussão a que está sujeita;
II - o número da proposição;
III - a iniciativa da proposição;
IV - o regime de tramitação;
V - as emendas, subemendas e substitutivos, relacionados por grupos, de acordo com os respectivos pareceres;
VI - a relação das Comissões, com suas conclusões;
VII - outras informações pertinentes;
VIII - a página e a data da publicação das matérias.

§2º Declarada aberta a Ordem do Dia, será facultado ao Deputado, solicitar verificação de quorum, vedada questão de ordem que não seja pertinente às matérias em discussão e votação.

§3º Uma vez solicitada a verificação de quorum, o requerente não poderá se ausentar do recinto do Plenário, sob pena de não se proceder à verificação solicitada.

Art. 171. Não existindo quorum para votação, o Presidente mencionará a discussão de outra matéria na Ordem do Dia.

§1º Verificado o quorum será dado início à votação das matérias com discussão encerrada, interrompendo-se o orador que estiver debatendo matéria em discussão, se necessário.

§2º Encerrada a votação, o Presidente anunciará a próxima matéria em discussão, concedendo a palavra ao Deputado inscrito e, no caso de não haver inscrição, a discussão será encerrada.

§3º Esgotada a pauta destinada à Ordem do Dia, não havendo orador inscrito ou persistindo a falta de quorum para votação, o Presidente declarará suspensa a votação, determinando a inclusão das matérias, na Ordem do Dia da reunião ordinária subsequente, observada a seqüência prevista no art. 172 deste Regimento.

Art. 172. A Ordem do Dia observará:

I - a seguinte ordem regimental de regime de tramitação:

a) urgência;

b) prioridade;

c) ordinária;

II - a seguinte ordem de processo de análise legislativa:

a) votação em único turno;

b) votação adiada em segundo turno;

c) votação em segundo turno;

d) votação adiada em primeiro turno;

e) votação em primeiro turno;

f) discussões adiadas em único turno;

g) discussões adiadas em segundo turno;

h) discussões adiadas em primeiro turno;

i) discussões únicas;

j) discussões em segundo turno;

k) discussões em primeiro turno;

III – a seguinte seqüência, dentro de cada grupo de matérias na Ordem do Dia:

a) vetos;

b) pareceres de redação final;

c) proposta de emenda à Constituição;

d) projetos de:

1. lei complementar;

2. lei ordinária;

3. decreto legislativo;

4. resolução;

e) indicações;

f) requerimentos.

§1º Da Ordem do Dia das reuniões ordinárias, poderão constar até quatro proposições em regime de urgência e, em regime de prioridade, até seis proposições.

§2º A seqüência estabelecida nos incisos I a III deste artigo somente será alterada ou interrompida, no caso de:

I - preferência;

II - adiamento;

III - retirada da matéria da Ordem do Dia.

§3º Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias, do orçamento anual e de revisão do plano plurianual terão prioridade, entre as demais matérias, na Ordem do Dia, observadas as disposições constitucionais.

Art. 173. Esgotado o tempo destinado à Ordem do Dia, o Presidente despachará os requerimentos que independam de deliberação do Plenário e dará início à Explicação Pessoal, que ocupará o tempo restante da reunião.

Subseção VI Da Explicação Pessoal
--

Art. 174. Esgotada a Ordem do Dia, seguir-se-á a Explicação Pessoal, pelo tempo restante da reunião.

Parágrafo Único. Na Explicação Pessoal, será dada a palavra aos Deputados que a solicitarem, pelo prazo de cinco minutos, sem direito

a apartes, mediante prévia inscrição feita em livro próprio no dia em que se realizar a reunião.

Seção II Das Reuniões Extraordinárias
<p>Art. 175. A Assembléia poderá reunir-se extraordinariamente, por convocação, na forma do previsto neste Regimento, para apreciação de matéria relevante ou acumulada, devidamente especificada no ato da convocação, assegurada comunicação a todos os Deputados.</p>
<p>Parágrafo Único. As reuniões extraordinárias terão a mesma duração das reuniões ordinárias, sendo o tempo utilizado integralmente para apreciação do objeto da convocação.</p>
Seção III Das Reuniões Especiais

Art. 176. As reuniões especiais serão realizadas em horário determinado pelo Presidente e com duração de duas horas, prorrogáveis por deliberação do Plenário, na forma do previsto neste Regimento.

Art. 177. As autoridades comparecerão perante o Plenário da Assembléia por:

I – convocação ou convite, para prestar informações sobre assuntos previamente definidos, a requerimento de Deputado ou Comissão;

II - iniciativa própria, para prestar esclarecimentos sobre matéria legislativa ou de investigação, mediante entendimento com a Mesa Diretora que convocará reunião especial e dará ciência do seu dia e hora.

§1º O requerimento previsto no inciso I deste artigo explicitará o objeto da convocação, ficando sujeito à deliberação do Plenário.

§2º Aprovada a convocação, no prazo de três reuniões ordinárias plenárias, o Presidente da Assembléia fará a comunicação à autoridade, através de expediente, indicando as informações pretendidas, a data e horário da reunião.

Art. 178. Na reunião a que comparecer, a autoridade fará inicialmente uma exposição do objetivo de seu comparecimento, respondendo, em seguida, às questões formuladas por qualquer Deputado.

Parágrafo Único. É facultado ao autor da convocação, após as respostas da autoridade, se manifestar durante dez minutos, sendo concedido o mesmo tempo ao convocado, para esclarecimentos.

Seção IV Das Reuniões Solenes
<p>Art. 179. Nas reuniões solenes, a ordem dos trabalhos será estabelecida pelo Presidente, excetuada a reunião para posse do Governador e do Vice-Governador que observará normas específicas, definidas em resolução própria.</p>
<p>Parágrafo Único. As Reuniões Solenes serão realizadas uma vez na semana, salvo na entrega das Medalhas e do Título Honorífico de Cidadão Pernambucano, sendo promovidas em horário diferente do horário regimental das reuniões ordinárias.</p>
Seção V Das Reuniões Secretas

Art. 180. Nas reuniões secretas, permanecerão no recinto, exclusivamente, os Deputados, observado o disposto neste Regimento, e as seguintes normas:

I - iniciada a reunião, o Plenário deliberará, no prazo de até sessenta minutos, sobre a manutenção da discussão, em caráter secreto, podendo, nesse período, cada Deputado se pronunciar pelo prazo de dez minutos;

II - será permitido ao Deputado consolidar seus pronunciamentos em texto escrito para ser anexado à ata com os demais documentos da reunião, cabendo ao Plenário decidir quanto à publicação dos debates e matérias;

III - a violação do sigilo sobre as discussões implicará comunicação à Comissão de Ética Parlamentar para os procedimentos previstos no Código de Ética Parlamentar.

Seção VI Das Atas
<p>Art. 181. De cada reunião da Assembléia lavrar-se-á Ata resumida com os nomes dos Deputados presentes e dos ausentes, bem assim exposição sucinta dos trabalhos, a fim de ser lida na reunião seguinte, e, depois de aprovada, publicada no Diário do Poder Legislativo.</p>
<p>§1º Não havendo reunião por falta de quorum, lavrar-se-á Termo e nele serão mencionados, além do expediente despachado, os nomes dos Deputados presentes e dos que deixaram de comparecer.</p>
<p>§2º A Ata da última reunião de cada sessão legislativa ordinária ou de convocação extraordinária, bem como de eleição da Mesa Diretora será lida e submetida ao Plenário com qualquer número, antes do seu encerramento.</p>

Art. 182. Além da Ata mencionada no artigo anterior, haverá a Ata impressa dos trabalhos, que conterà todas as ocorrências da reunião com os discursos completos, taquigrafados e revisados para inserção nos Anais da Assembléia.

Art. 183. Nas reuniões secretas, caberá ao Segundo Secretário lavrar a Ata, que será, de imediato, lida, aprovada, assinada pela Mesa Diretora, lacrada e arquivada, somente podendo ser aberta por deliberação de dois terços da Assembléia.

TÍTULO VII DAS PROPOSIÇÕES E DA TRAMITAÇÃO
CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 184. As proposições submetidas à deliberação da Assembléia serão apresentadas sob a forma de:

I - proposta de Emenda à Constituição;

II - projeto de lei;

a) complementar;

b) ordinária;

c) delegada;

III - projeto de resolução;

IV - projeto de decreto legislativo;

V - indicação;

VI – requerimento;

VII – emenda, subemenda e substitutivo.

Art. 185. As proposições serão protocolizadas na Assistência Legislativa, ou apresentadas diretamente ao Presidente observado:

I - prazo de entrada:
a) propostas de emenda à Constituição e projetos de lei, até o dia vinte de novembro;
b) demais proposições, até o dia 15 de dezembro.

II - forma de apresentação, que se dará necessariamente por meio de documento físico, devidamente assinado, acompanhado de inserção no sistema de informática da Assembléia com cópia digital, em linguagem compatível com o referido sistema de informática.

§1º A numeração das proposições será feita de modo seqüencial, respeitando-se a ordem de entrada pelo dia e horário fixados no sistema de informática.

§2º A apresentação da proposição poderá ser individual ou coletiva, sendo considerados autores todos os seus signatários.

§3º O(s) Autor (es) deverá (ão) justificar a proposição por escrito.

Art. 186. O Presidente poderá recusar liminarmente proposições:

I - que não atendam ao previsto no art. 185 deste Regimento;

II - manifestamente alheias à competência da Assembléia;

III - destinadas a delegar a outro Poder atribuição privativa do Poder Legislativo;

IV - redigidas de forma que não esclareçam suficientemente a natureza da matéria a ser apreciada;

V - que contenham expressões ofensivas a pessoas ou instituições;

VI - com dispositivos que não apresentem relação com o enunciado da ementa;

VII - que, fazendo menção a contratos ou concessões, não apresentem, na íntegra, documento comprobatório de seu teor;

VIII – manifestamente inconstitucionais ou anti-regimentais.

Parágrafo Único. A proposição recusada será devolvida ao seu autor, cabendo recurso ao Plenário no prazo de cinco reuniões ordinárias plenárias, ouvida a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

Art. 187. Consideram-se prejudicadas, no curso da tramitação:

I – a proposição considerada idêntica ou com a mesma finalidade de outra já aprovada ou rejeitada e não renovada, por maioria absoluta, na mesma sessão legislativa;

II – com a aprovação do substitutivo:

a) a proposição principal;

b) as emendas e subemendas apresentadas acessoriamente à proposição principal;

III – com a rejeição do substitutivo, as emendas e subemendas apresentadas acessoriamente a ele;

IV – com a rejeição da proposição principal, as emendas e subemendas apresentadas acessoriamente a ela.

Art. 188. A retirada de proposição, em qualquer fase do seu andamento, será requerida pelo Autor ao Presidente da Assembléia Legislativa, que, tendo obtido as informações necessárias, deferirá, ou não, o pedido, com recurso ao Plenário.

§1º Se a proposição já tiver pareceres favoráveis de todas as Comissões competentes para opinar sobre o seu mérito, ou se ainda estiver pendente do pronunciamento de qualquer delas, somente ao Plenário cumpre deliberar.

§2º No caso de iniciativa coletiva, a retirada será feita a requerimento de, pelo menos, metade mais um dos subscritores da proposição.

§3º A proposição de Comissão ou da Mesa Diretora só poderá ser retirada a requerimento de seu Presidente, com prévia autorização do colegiado.

§4º A proposição retirada na forma deste artigo não pode ser reapresentada na mesma sessão legislativa, salvo deliberação do Plenário.

§5º Às proposições de iniciativa do Governador do Estado, do Tribunal de Justiça do Estado, do Ministério Público Estadual, do Tribunal de Contas do Estado, da Defensoria Pública, ou de cidadãos, aplicar-se-ão as mesmas regras.

§6º As proposições retiradas serão devidamente arquivadas no setor competente.

Art. 189. Ao término da legislatura, serão arquivadas as proposições que não tiverem sua tramitação concluída.

§1º A proposição poderá ser desarquivada a requerimento do autor ou de um quinto dos membros da Assembléia, dentro de cento e oitenta dias do início da primeira sessão legislativa ordinária da legislatura subsequente.

§2º A proposição desarquivada retomará sua tramitação da fase em que parou, aproveitando-se todos os atos já praticados.

CAPÍTULO II DO PROCESSO LEGISLATIVO

Art. 190. O processo legislativo compreende a elaboração de:

I - emendas à Constituição;
II - lei complementares;
III – lei ordinárias;
IV – lei delegadas;
V - decretos legislativos;
VI – resoluções;
VII – indicações;
VIII – requerimentos.

Seção I Das Propostas de Emenda à Constituição

Art. 191. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Assembléia Legislativa;

II - do Governador do Estado;

III - de iniciativa popular, subscrita por, no mínimo, um por cento do eleitorado estadual, distribuído, pelo menos, em um quinto dos Municípios existentes no Estado, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles;

IV - de mais da metade das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se, cada uma, pela maioria simples dos seus membros.

§1º As propostas de iniciativa das Câmaras Municipais serão encaminhadas através de Resoluções.

§2º As propostas de emenda constitucional obedecerão a regime de tramitação especial, na forma do disposto neste Regimento.

§3º A Constituição Estadual não poderá ser emendada no período de intervenção federal, de estado de defesa ou de sítio.

§4º A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou prejudicada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa ordinária.

Seção II Dos Projetos de Lei Complementar e Ordinária

Art. 192. Os Projetos de Lei são destinados a regular matérias que dependam da aprovação da Assembléia Legislativa, sujeitas à sanção do Governador do Estado.

Art. 193. Os projetos de lei complementar, destinados a regular as matérias previstas na Constituição do Estado de Pernambuco, serão aprovados pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa, em votação nominal, aplicando-se à sua tramitação as normas regimentais aplicáveis aos projetos de lei ordinária.

Art. 194. Os projetos de lei complementar ou ordinária poderão ser de iniciativa:

I - de Deputado ou Comissão Parlamentar;
II - do Governador;
III - do Tribunal de Justiça;
IV - do Tribunal de Contas;
V - do Procurador-Geral da Justiça;
VI – da Defensoria Pública; e
VII – popular.

§1º Será privativa do Governador do Estado a iniciativa de lei que disponha sobre as matérias previstas na Constituição do Estado de Pernambuco.

§2º A iniciativa popular de lei será admitida nos termos deste Regimento.

§3º É da competência exclusiva da Assembléia Legislativa, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas, do Ministério Público e da Defensoria Pública a iniciativa de lei que disponha sobre a criação e extinção de cargos de suas Secretarias e serviços auxiliares e a fixação dos respectivos vencimentos.

Art. 195. Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual observarão os prazos previstos no art. 124, §1º, I a IV, da Constituição do Estado de Pernambuco, e terão preferência absoluta para discussão e votação, observado o disposto neste Regimento.

Art. 196. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa.

Art. 197. O projeto de lei aprovado será enviado ao Governador do Estado, que aquiescendo, o sancionará.

§1º Se o Governador do Estado considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, comunicando, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa, os motivos do veto.

§2º A tramitação do veto na Assembléia Legislativa observará o disposto neste Regimento.

Seção III Das Leis Delegadas

Art. 198. As leis delegadas serão elaboradas pelo Governador do Estado, que deverá solicitar a delegação à Assembléia Legislativa.

§1º Não serão objeto de delegação:

I - os atos de competência exclusiva da Assembléia Legislativa;

II - a matéria reservada à Lei Complementar;

III - a legislação sobre planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamento.

§2º A delegação terá a forma de resolução da Assembléia Legislativa, que especificará seu conteúdo e os termos do seu exercício.

§3º Se a resolução determinar a votação da matéria pela Assembléia, esta será feita em um único turno, vedada a apresentação de emendas e substitutivos.

Seção IV Dos Projetos de Resolução

Art. 199. Os projetos de resolução, de iniciativa de Deputado, de Comissão ou da Mesa Diretora, têm eficácia de lei ordinária e dispõem sobre as matérias de competência exclusiva da Assembléia, especialmente:

I – adoção de conclusões e recomendações constantes de relatório final de Comissão Parlamentar de Inquérito, desde que inseridas no âmbito da competência exclusiva da Assembléia;

II – suspensão temporária do exercício do mandato, na forma prevista no Código de Ética Parlamentar;

III - perda de mandato mediante decisão do Plenário, na forma prevista no Código de Ética Parlamentar;

IV – sustação do andamento de processo criminal em que o Parlamentar figure como réu;

V - prisão de Deputado;

VI - concessão de licença a Deputado, por prazo superior a cento e vinte dias, ou por menor período, para o desempenho de missão cultural ou diplomática no exterior;

VII - autorização para incorporação de Deputado às forças armadas, em caso de guerra, mesmo sendo militar;

VIII - alteração do Regimento Interno;

IX - autorização ao Governador e Vice-Governador para se ausentarem do Território de Pernambuco, nos casos previstos na Constituição do Estado;

X - concessão de título de “Cidadão do Estado de Pernambuco” e de comendas;

XI - assuntos administrativos e relativos à economia e à segurança interna;

XII - aprovação de indicação ou escolha de pessoas para ocupar cargos ou funções públicas, nos casos previstos em norma constitucional ou legal;

XIII - delegação de competência legislativa, nos termos previstos na Constituição do Estado de Pernambuco.

Parágrafo Único. Os Projetos de Resolução, aprovados pelo Plenário em um só turno, serão promulgados pelo Presidente da Assembléia Legislativa.

Seção V Dos Projetos de Decreto Legislativo

Art. 200. Os projetos de decreto legislativo, de iniciativa de Deputado, Comissão ou da Mesa Diretora, destinam-se a regular matérias de exclusiva competência da Assembléia, bem como a sustar atos praticados pelo Poder Executivo, que exorbitem o seu poder regulamentador ou os limites da delegação legislativa.

Parágrafo Único. Os projetos de decreto legislativo, aprovados pelo Plenário em um só turno, serão promulgados pelo Presidente da Assembléia.

CAPÍTULO III DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Seção I Da Lei de Iniciativa Popular

Art. 201. A sociedade civil, através de entidades ou cidadãos, poderá apresentar à Assembléia proposta de emenda à Constituição e projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado estadual distribuído pelo menos por um quinto dos Municípios do Estado, com não menos de três décimos dos eleitores de cada um deles, obedecidas as seguintes normas:

I - a assinatura de eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral, sendo as listas organizadas por Município, em formulário padronizado, disponibilizado pela Mesa Diretora;

II - ao projeto será anexado o documento hábil da Justiça Eleitoral quanto ao contingente de eleitores alistados em cada Município do Estado, admitindo-se os dados referentes ao ano anterior, se não disponíveis outros mais recentes;

III – o projeto deverá ser necessariamente acompanhado de cópia digital compatível com o sistema de informática da Assembléia;

IV - o projeto, protocolado na Assistência Legislativa, será encaminhado ao Presidente que o distribuirá:

a) preliminarmente, à Comissão de Redação para adequá-lo, se necessário, às normas lingüísticas e às técnicas legislativas;

b) às demais Comissões competentes para apreciação da matéria versada na proposição, após publicação;

V - na discussão, em Comissões ou Plenário, poderá usar da palavra o primeiro signatário do Projeto e, no caso de discussões simultâneas, serão convidados outros signatários, observada a ordem de assinatura.

Seção II Das Petições, Representações e outras formas de participação

Art. 202. As petições, reclamações ou representações de pessoa física ou jurídica contra ato ou omissão das autoridades e entidades públicas serão protocoladas na Assistência Legislativa e encaminhadas à Mesa Diretora, desde que:

I - encaminhadas por escrito, vedado o anonimato;

II - envolvam matéria de competência da Assembléia.

Art. 203. A participação da sociedade civil poderá, ainda, ser exercida através de:

I - pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais, de associações e sindicatos e demais instituições representativas;

II - sugestões para os trabalhos das Comissões ou iniciativas dos parlamentares.

Parágrafo Único. A contribuição da sociedade civil será analisada pelas Comissões, observadas a pertinência temática e as normas regimentais para apresentação e tramitação de proposições.

CAPÍTULO IV DAS EMENDAS, SUBEMENDAS E SUBSTITUTIVOS

Art 204. As proposições legislativas poderão receber proposições acessórias, que consistirão em emendas, subemendas e substitutivos, com o objetivo de alterar o seu texto no todo ou em parte.

Art. 205. Caberá aos Deputados, aos autores previstos em norma constitucional, ou à Comissão Permanente a que a proposição legislativa for distribuída, a apresentação de emendas, subemendas e substitutivos.

Parágrafo Único. No segundo turno, as emendas às proposições, em regime de urgência, poderão ser apresentadas exclusivamente:

I – por Comissão Permanente, aprovadas pela maioria absoluta dos seus membros;

II – por um terço dos Deputados;

III – pelo autor da proposição.

Art. 206. Poderão ser apresentadas emendas das seguintes espécies:

I – substitutivas, para suceder qualquer parte do texto de uma proposição, sem a intenção de substituí-la no seu todo;

II - supressivas, para eliminar qualquer parte do texto de uma proposição;

III - aditivas, para acrescentar qualquer parte ao texto de uma proposição;

IV - modificativas, para alterar qualquer parte do texto de uma proposição, sem a intenção de substituí-la no seu todo;

V - de redação, para corrigir falhas de redação ou de técnica legislativa.

Art. 207. As subemendas são proposições acessórias às emendas e poderão ser apresentadas:

I – por Comissão, em seu parecer;

II – por um terço dos Deputados;

III – pelo autor.

Parágrafo Único. Aplicam-se às subemendas as denominações previstas nos incisos do Art. 206 deste Regimento.

Art. 208. Os autores previstos em norma constitucional, os Deputados e as Comissões Permanentes a que a proposição legislativa for distribuída, poderão apresentar substitutivo com o objetivo de oferecer texto alternativo à proposição no seu todo.

Parágrafo Único. O substitutivo será numerado de acordo com a seqüência de sua apresentação.

Art. 209. A apresentação de emendas, subemendas e substitutivos observará os seguintes prazos:

I - no primeiro turno:

a) em regime de urgência, cinco reuniões ordinárias plenárias;

b) em regime de prioridade, sete reuniões ordinárias plenárias;

c) com tramitação ordinária, dez reuniões ordinárias plenárias.

II - no segundo turno, o prazo de apresentação de emendas, subemendas e substitutivos será o correspondente ao interstício entre as discussões.

Parágrafo Único. Nos projetos que tenham interstício dispensado, o prazo de emendas, em segundo turno, iniciará logo após a sua aprovação em primeiro turno e se encerrará antes do início da ordem do dia em que a matéria estiver em discussão em segundo turno.

Art. 210. As emendas, subemendas e substitutivos, salvo quando apresentadas por Comissão, serão entregues ao Presidente da Mesa Diretora, diretamente, ou protocoladas na Assistência Legislativa.

Art. 211. Não serão recebidas emendas, subemendas e substitutivos:

I - fora dos prazos regimentais, salvo se apresentadas pelas Comissões em seus pareceres;

II - que não apresentem relação direta com o texto da proposição respectiva;

III – de iniciativa parlamentar que impliquem aumento da despesa prevista, no caso de projetos:

a) de iniciativa do Governador, excetuando-se o previsto no art. 19, §3º, da Constituição do Estado de Pernambuco;

b) sobre organização dos serviços administrativos da Assembléia, dos Tribunais e do Ministério Público.

CAPÍTULO V DAS INDICAÇÕES, DOS REQUERIMENTOS E DOS PEDIDOS DE INFORMAÇÃO.

Art. 212. As indicações e requerimentos dispensam o parecer das Comissões.

Art. 213. As indicações, de iniciativa de Deputado ou de Comissão, encaminham sugestões ou apelos:

I – aos Poderes Executivo e Judiciário, para providências, prática de ato administrativo ou envio de proposição, no âmbito de suas competências privativas;

II – ao Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública, para providências, prática de ato administrativo ou envio de proposição, no âmbito de suas competências privativas;

III - à Comissão ou à Mesa Diretora, para elaboração de Projeto ou outras providências, relacionados a matéria de competência da Assembléia.

Art. 214. Os requerimentos, escritos ou verbais, são proposições de iniciativa dos Deputados, de Comissões Parlamentares, que encaminham solicitações relativas a providências de competência exclusiva da Assembléia.

Parágrafo Único. Os requerimentos de pedidos de informações têm por finalidade solicitar esclarecimentos sobre fatos relacionados a matérias legislativas, em tramitação, ou sujeitas à fiscalização da Assembléia.

Art. 215. Serão apresentados e sujeitos à deliberação do Plenário os requerimentos relativos a:

I - criação de Comissões de Representação e Especiais;

II - regime de urgência;

III - realização de reuniões extraordinárias, secretas, solenes e especiais;

IV - convocação de autoridades;

V - prorrogação de tempo de reunião;

VI - processo de votação;

VII – preferência de votação;

VIII - encerramento de discussão;

IX - retirada de proposição, emenda, subemenda ou substitutivo, que tenha recebido parecer favorável de Comissão Permanente;

X - destaque;

XI - adiamento de discussão;

XII - voto de aplausos, congratulações, de pesar e de protesto;

XIII - audiência de Comissão sobre proposição em tramitação na Assembléia Legislativa;

XIV - transcrição de matérias nos Anais da Assembléia.

Parágrafo Único. Os requerimentos previstos nos incisos V, VI, VII, VIII, X e XI, desde que subscritos pela maioria absoluta dos Deputados, dispensarão publicação e serão deferidos pelo Presidente da reunião.

Art. 216. Serão despachados pelo Presidente, os requerimentos relativos a:

I - pedido de informações;

II - inclusão de proposição na Ordem do Dia;

III - retirada de proposição, na forma regimental.

Parágrafo Único. O pedido de informação será encaminhado pelo Presidente da Assembléia, até setenta e duas (72) horas de sua publicação, à autoridade competente, através de ofício protocolado, cuja data de entrega contará para os efeitos previstos no §3º, do Art. 13, da Constituição do Estado.

Art. 217. No caso de requerimentos que dependam de apoioamento parlamentar, será exigido número de assinaturas correspondente:

I - à maioria absoluta dos membros da Assembléia, para convocação de sessão extraordinária e dispensa de interstício;

II - a um terço dos Deputados para:

a) proposta de emenda à Constituição;

b) criação de Comissões Parlamentares de Inquérito;

c) tramitação de matéria em regime de prioridade;

d) a um terço dos Deputados ou Líderes partidários representativos desse número, para convocação de reunião extraordinária;

III - a um quarto dos Deputados para criação de Comissões Parlamentares Especiais;

IV - a um quinto dos Deputados para:

a) tramitação de matéria em regime de urgência;

b) encerramento de discussão;

c) desarquivamento de proposições da legislatura anterior.

§1º As assinaturas previstas neste artigo não poderão ser retiradas após a publicação da proposição.

§2º Os demais requerimentos independem de apoioamento, observado o previsto no parágrafo único do art. 215.

Art. 218. Os requerimentos verbais serão formulados em reunião plenária, apreciados pelo Presidente, e poderão versar sobre:

I - permissão para uso da palavra;

II - posse de Deputado;

III - leitura, pelo Primeiro Secretário, de qualquer matéria sujeita ao conhecimento do Plenário;

IV - retirada, pelo autor, de proposição, constante da Ordem do Dia, exceto as que tenham parecer favorável;

V - verificação de votação, na forma do previsto no art. 242, III, deste Regimento;

VI - informação sobre a ordem dos trabalhos ou sobre a Ordem do Dia;

VII - verificação de presença;

VIII - solicitação para formular questão de ordem.

CAPÍTULO VI DA TRAMITAÇÃO

Seção I Da Distribuição das Matérias

Art. 219. As proposições recebidas pelo Presidente, através da Assistência Legislativa, serão numeradas, datadas, despachadas e publicadas.

Parágrafo Único. No caso de apresentação de mais de uma proposição da mesma espécie para regular matéria idêntica ou correlata, na mesma Reunião Ordinária Plenária, todas serão numeradas, publicadas e submetidas à tramitação conjunta.

Art. 220. Quando qualquer proposição for distribuída a mais de uma Comissão, cada qual dará seu parecer separadamente, observadas as seguintes regras:

I – será ouvida em primeiro lugar a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça;

II – após o pronunciamento da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, caso não tenha sido rejeitada na forma do §1º deste artigo, a proposição será apreciada, quanto ao mérito, pelas demais Comissões competentes.

§1º O parecer contrário da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, com fundamento na inconstitucionalidade, ilegalidade ou antijuridicidade da proposição, aprovado pela unanimidade de seus membros, será terminativo.

§2º Não sendo atingido o quorum previsto no §1º deste artigo, a matéria será submetida ao Plenário, para deliberação.

§3º Encerrada a apreciação conclusiva de que trata o §1º deste artigo, poderá ser interposto recurso para o Plenário, subscrito pela maioria absoluta dos Membros da Assembléia Legislativa, no prazo de cinco reuniões ordinárias plenárias, contados da publicação do parecer.

§4º Apreciado o parecer contrário da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, pelo Plenário, observar-se o seguinte:

I – aprovado o parecer, ter-se-á por rejeitada a proposição, determinando o Presidente da Assembléia seu imediato arquivamento;

II – rejeitado o parecer, a proposição seguirá o trâmite regimental.

§5º Encerrado o prazo previsto no §3º deste artigo sem interposição de recurso ou improvido este, a proposição será arquivada.

§6º No caso de ser provido o recurso, a proposição terá sua tramitação retomada.

Art. 221. As Comissões poderão solicitar parecer de outra Comissão sobre aspecto relativo a matéria sob sua apreciação, através de requerimento à Mesa Diretora, indicando a questão que deverá ser esclarecida.

Art. 222. No caso de a Comissão se julgar incompetente para apreciar determinada matéria, a proposição será devolvida à Mesa Diretora, anexando-se justificativa, aprovada pela maioria absoluta dos seus membros.

Art. 223. Os regimes de tramitação das proposições são:

Seção II Dos Regimes de Tramitação

I - urgência;

II - prioridade;

III - ordinário.

Parágrafo Único. O regime de tramitação da proposição principal estender-se-á às proposições acessórias.

Subseção I Do Regime de Urgência

Art. 224. As proposições em regime de urgência têm suas tramitações abreviadas, não se dispensando:

I – publicação e disponibilização das proposições principal e acessórias por meio físico e eletrônico;

II – pareceres das Comissões Parlamentares;

III – quorum para deliberação.

Art. 225. Tramitarão em regime de urgência as proposições relativas a:

I – transferência temporária da sede do Governo;

II - intervenção nos Municípios ou modificação das condições de intervenção em vigor;

III - autorização para o Governador ou Vice-Governador ausentarem-se do Estado por mais de quinze dias.

Parágrafo Único. Não podem tramitar em regime de urgência as seguintes proposições:

I - propostas de emenda à Constituição;

II – projetos de resolução para alteração do Regimento Interno;

III – projetos de Código.

Art. 226. A urgência somente poderá ser requerida:

I - pelo Governador do Estado, para as proposições de sua iniciativa, dispensada a deliberação do Plenário;

II - por um quinto dos membros da Assembléia, sujeito à deliberação do Plenário;

III – pela maioria absoluta dos membros da Assembléia, dispensada deliberação do Plenário;

IV – pelos Líderes do Governo e da Oposição, com a anuência da maioria dos demais Líderes.

§1º Atendidas as normas regimentais, o Presidente determinará a publicação e inclusão, na Ordem do Dia, do requerimento de urgência, no prazo de cinco reuniões ordinárias plenárias.

§2º Decorrido o prazo previsto no parágrafo anterior, o requerimento passará, automaticamente, a figurar na Ordem do Dia.

§3º Aprovado o requerimento de urgência, o Presidente da Assembléia comunicará, no prazo de uma reunião ordinária plenária, aos Presidentes das Comissões em que a matéria estiver tramitando, para o cumprimento do prazo estabelecido no art. 231, I, deste Regimento, que será contado a partir da aprovação da urgência.

§4º O prazo previsto no parágrafo anterior não correrá nos períodos de recesso da Assembléia.

§5º A retirada do requerimento de urgência, bem como a extinção do regime de urgência, atenderão às regras contidas no Art. 188 deste Regimento.

Subseção II Do Regime de Prioridade

Art. 227. A prioridade é o privilégio que se dá a uma proposição, a fim de que tenham tramitação rápida, figurando abaixo das que estejam em regime de urgência.

Art. 228. As proposições serão incluídas na Ordem do Dia da primeira reunião ordinária posterior à aprovação do requerimento de prioridade, sucedendo as matérias em regime de urgência.

Art. 229. Terá regime de prioridade, a tramitação de proposições relacionadas a:

I - fixação dos subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado;

II - julgamento das contas do Governador;

III - suspensão, no todo ou em parte, da execução de lei declaradas inconstitucionais por decisão, transitada em julgado, do Tribunal de Justiça, quando limitada ao texto da Constituição do Estado de Pernambuco;

IV - denúncia contra o Governador, o Vice-Governador e Secretários de Estado.

Art. 230. Outras proposições, além das previstas no art. 229 deste Regimento, poderão tramitar em regime de prioridade, mediante aprovação, por votação nominal, da maioria absoluta dos Deputados, em requerimento formulado:

I - pela Mesa Diretora;

II - por Comissão a que houver sido distribuída a proposição;

III – por um terço dos Deputados;

IV – Líderes do Governo e da Oposição, com a anuência dos demais Líderes.

Seção III Dos Prazos de Tramitação das Proposições

Art. 231. As proposições serão apreciadas pelas Comissões

Permanentes nos seguintes prazos, contados a partir do primeiro dia útil imediatamente subsequente ao vencimento dos prazos para apresentação de emendas, subemendas e substitutivos:

I - cinco reuniões ordinárias plenárias, em regime de urgência;

II - sete reuniões ordinárias plenárias, em regime de prioridade;

III - dez reuniões ordinárias plenárias, em regime de tramitação ordinária.

§1º As emendas, subemendas e substitutivos oferecidos por Comissão serão apreciados pelas demais Comissões nos seguintes prazos, observado o disposto no §2º deste artigo:

I - três reuniões ordinárias plenárias, em regime de urgência;

II – cinco reuniões ordinárias plenárias, em regime de prioridade;

III - sete reuniões ordinárias plenárias, em regime de tramitação ordinária.

§2º Quando uma proposição for distribuída a mais de uma Comissão, os prazos deste artigo serão contados em dobro, sendo concedido, à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça a metade do tempo total, e, às demais, o restante, que será comum.

§3º Os prazos para emissão de parecer pelas Comissões, a pedido do Presidente ou relator de Comissão, aprovado pelo Plenário, poderão ser prorrogados por período de até cinco reuniões ordinárias plenárias, exceto se a matéria estiver em regime de urgência.

I - três reuniões ordinárias plenárias, em regime de urgência;

II – cinco reuniões ordinárias plenárias, em regime de prioridade;

III - sete reuniões ordinárias plenárias, em regime ordinário.

§2º Quando uma proposição for distribuída a mais de uma Comissão, os prazos deste artigo serão contados em dobro, sendo concedido, à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça a metade do tempo total, e, às demais, o restante, que será comum.

§3º Os prazos para emissão de parecer pelas Comissões, a pedido do Presidente ou relator de Comissão, aprovado pelo Plenário, poderão ser prorrogados por período de até cinco reuniões ordinárias plenárias, exceto se a matéria estiver em regime de urgência.

Seção IV Da Tramitação Conjunta

Art. 232. Estando em curso mais de uma proposição da mesma espécie para regular matéria idêntica ou correlata, a tramitação poderá ser conjunta, por deliberação da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, cabendo recurso ao Plenário, no prazo de cinco reuniões ordinárias plenárias.

Parágrafo Único. A tramitação conjunta só será possível antes de a matéria ser incluída na Ordem do Dia.

Art. 233. Na tramitação conjunta, serão observadas as seguintes normas:

I - terá precedência a proposição mais antiga;

Recife, 23 de dezembro de 2008

II - o regime especial de tramitação conjunta estender-se-á às emendas, subemendas e substitutivos;

III - as proposições serão incluídas conjuntamente na Ordem do Dia.

Art. 234. A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, no exercício da sua competência, deverá apresentar substitutivo, quando entender existir a possibilidade de conciliar as disposições das proposições em tramitação conjunta.

TÍTULO VIII DOS DEBATES E DELIBERAÇÕES

CAPÍTULO I DOS TURNOS

Art. 235. A definição dos turnos de discussão e votação observará as seguintes normas:

I - os projetos de resolução, de decreto legislativo, os requerimentos e as indicações serão submetidos a turno único, salvo os projetos de resolução relacionados a alterações regimentais, que serão submetidos a dois turnos;

II - os projetos de lei serão submetidos a dois turnos, excetuados os relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual, à revisão do plano plurianual e a concessão de pensão especial, que serão submetidos a turno único;

III – as emendas, subemendas e substitutivos apresentados em primeiro turno, serão apreciadas em idêntico número de turnos a que estiver sujeita a proposição principal;

IV – as emendas, subemendas e substitutivos apresentadas em segundo turno, nele serão apreciados;

V – as propostas de emenda à Constituição serão apreciadas em dois turnos.

Parágrafo Único. As proposições sujeitas a dois turnos, não aprovadas no primeiro turno, serão consideradas rejeitadas, sendo dispensada a votação em segundo turno.

CAPÍTULO II DO INTERSTÍCIO

Art. 236. O interstício entre os turnos será de quatro reuniões ordinárias plenárias subseqüentes realizadas entre a aprovação da matéria e o início do turno seguinte.

Parágrafo Único. A dispensa do interstício será autorizada a requerimento da maioria absoluta dos Deputados ou mediante acordo escrito das lideranças do Governo e da Oposição, com a anuência dos demais Líderes.

CAPÍTULO III DO ADIAMENTO DA DISCUSSÃO

Art. 237. A discussão de proposição em regime ordinário ou de prioridade poderá ser adiada a requerimento de Deputado, aprovado em Plenário, desde que atendidas as seguintes normas:

I - ser apresentado antes de iniciada a discussão respectiva;

II - indicar o prazo de adiamento, observando o limite máximo de três reuniões ordinárias plenárias.

§1º No caso de ser apresentado mais de um requerimento propondo que se adie a discussão de uma mesma proposição, terá prioridade a votação do que propuser prazo mais longo e, se aprovado, serão considerados prejudicados os demais.

§2º Tendo sido adiada uma vez a discussão de uma matéria, o requerimento de novo adiamento deverá ser subscrito pela maioria absoluta dos Deputados ou pelos Líderes do Governo e Oposição, com a Anuência dos demais Líderes.

CAPÍTULO IV DO ENCERRAMENTO DA DISCUSSÃO

Art. 238. A discussão poderá ser encerrada nos seguintes casos:

I - ausência de orador;

II - decurso dos prazos regimentais;

III - mediante deliberação do Plenário, a requerimento de um terço dos Deputados, no caso de matéria discutida, no mínimo, em duas reuniões consecutivas.

Parágrafo Único. Em segunda discussão, o projeto será apreciado em reunião única, salvo deliberação contrária do Plenário.

CAPÍTULO V DA VOTAÇÃO

Art. 239. Encerrada a discussão, o Presidente anunciará o início da votação.

§1º A reunião não poderá ser encerrada durante o curso de uma votação.

§2º Iniciada a apuração não será permitida a modificação de voto.

§3º Concluída a apuração, o Presidente proclamará o resultado da votação.

Art. 240. As votações poderão ser:

I - abertas, pelo processo simbólico ou nominal;

II - secretas.

§1º Uma vez definido, o processo de votação não será modificado, tanto para as matérias principais como para as acessórias, salvo se não for verificado o quorum regimental, sendo, nesse caso, realizada a votação nominal.

§2º O Deputado poderá, na votação aberta, justificar o voto, por escrito, que deverá ser juntado aos assentamentos do procedimento legislativo.

§3º O Deputado poderá abster-se de tomar parte na votação mediante registro em ata.

§4º Não será permitida a abstenção no processo de votação secreta.

Art. 241. A votação das emendas e subemendas far-se-á:

I - uma a uma:

a) nos casos de emendas de iniciativa de Deputado;

b) quando existirem pareceres divergentes das Comissões;

II - em grupo:

a) no caso de emendas inseridas nos pareceres e aprovadas nas Comissões, salvo quando aprovado requerimento de destaque;

b) quando assim decidir o Plenário, a requerimento de qualquer Deputado.

§1º A votação dos substitutivos far-se-á sempre um a um, respeitando-se a ordem de apresentação.

§2º A aprovação de um substitutivo prejudicará a apreciação dos demais.

Seção I Da Votação Simbólica

Art. 242. A votação realizada pelo processo simbólico observará os seguintes procedimentos:

I - o Presidente, ao anunciar a votação, convidará os Deputados que aprovam a proposição a permanecerem sentados e proclamará o resultado manifesto dos votos;

II - no caso de dúvida quanto ao resultado proclamado, o Deputado poderá requerer, de imediato, verificação;

III - requerida a verificação, o Presidente solicitará aos Deputados que ocupem seus lugares e, logo em seguida, que levantem os que forem favoráveis à sua aprovação, procedendo-se à contagem dos votos por filas contíguas e sucessivas de poltronas do recinto, uma a uma, sendo o resultado anunciado, pelo Secretário, à medida que se fizer a verificação de cada fila;

IV - no caso de não ser verificado o quorum regimental, far-se-á votação nominal.

Seção II Da Votação Nominal

Art. 243. O processo nominal será utilizado:

I - nos casos em que seja exigido quorum qualificado para a aprovação de proposição;

II – mediante requerimento de qualquer Deputado, aprovado em Plenário pela maioria simples;

III – quando não houver constatação do quorum regimental na verificação de presença na votação realizada no processo simbólico;

IV - nos demais casos expressos neste Regimento.

Art. 244. Na votação nominal, serão observadas as seguintes normas:

I - o Primeiro Secretário procederá à chamada dos Deputados, observada a ordem constante da lista oficial de membros da Assembléia;

II - os Deputados, à medida que forem chamados, responderão "sim" ou "não", segundo sejam favoráveis ou contrários à matéria em votação, ou "abstenho-me", justificada a abstenção;

III - à medida que o Primeiro Secretário proceder à chamada, anotará as respostas e as repetirá em voz alta, devendo constar na ata a indicação dos nomes dos Deputados com voto contrário ou favorável, bem como daqueles que se abstiveram e a respectiva justificativa;

IV - encerrado o procedimento previsto nos incisos anteriores, proceder-se-á, ato contínuo, à chamada dos Deputados cuja ausência tenha sido verificada;

V - enquanto não for proclamado o resultado da votação pelo Presidente, a Mesa Diretora poderá autorizar registro de voto solicitado por Deputado;

VI - as reclamações quanto ao resultado da votação deverão ser feitas antes do anúncio da discussão ou votação de nova matéria.

Parágrafo Único. O Deputado que requereu a votação nominal deverá permanecer, obrigatoriamente, no recinto do Plenário.

Seção III Da Votação Secreta

Art. 245. A votação em escrutínio secreto, nos casos previstos na Constituição do Estado de Pernambuco, observará as seguintes normas:

I - as cédulas, de formato uniforme, devidamente rubricadas pelos membros da Mesa Diretora, constituirão a própria sobrecarta, conterão as expressões "sim" e "não" e, ao lado delas, um pequeno quadrado;

II – as cédulas serão colocadas em um recipiente próprio e retiradas, individualmente, pelos Deputados presentes;

III - os Deputados votarão em cabine indevassável e depositarão as cédulas em uma própria, às vistas do Plenário;

IV - no ato da votação, o Deputado deverá preencher integralmente o quadrado existente ao lado do voto escolhido, sendo admitida apenas a utilização de caneta esferográfica de cor preta, sob pena de nulidade;

V - concluída a apuração, as cédulas serão colocadas em envelopes lacrados e rubricados pelo Presidente e pelos Primeiro e Segundo Secretários, podendo ser incineradas após o prazo de trinta dias.

Parágrafo Único. As formalidades previstas neste artigo poderão ser substituídas, sempre que possível, pela coleta de votos através de urna eletrônica, requisitada ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Seção IV Do Encaminhamento

Art. 246. O encaminhamento de votação será feito por Líder de partido ou de bancada, com a finalidade de prestar esclarecimentos ou orientar seus liderados quanto à aprovação ou rejeição das matérias constantes da Ordem do Dia.

Parágrafo Único. O encaminhamento será requerido logo depois de anunciada a votação.

Seção V Do Destaque

Art. 247. O destaque poderá ser requerido com a finalidade de separar uma proposição de um grupo, ou parte do texto de uma proposição, para possibilitar sua votação isolada, em Plenário.

Parágrafo Único. O Requerimento deverá ser apresentado por escrito, antes de anunciada a votação, e será submetido, sem discussão, à apreciação do Plenário.

Seção VI Da Preferência

Art. 248. As proposições serão incluídas na Ordem do Dia de acordo com as seguintes regras:

I – os substitutivos terão preferência sobre as proposições originárias correspondentes e serão colocados em votação pela ordem cronológica decrescente de apreciação pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça;

II – no caso de rejeição dos substitutivos, passar-se-á à votação das respectivas proposições acessórias;

III – no caso de rejeição das proposições acessórias, passar-se-á à votação da proposição original;

IV – no caso de aprovação do substitutivo, as proposições principais e acessórias ficam prejudicadas;

V – as proposições principais e os substitutivos terão preferência sobre as respectivas emendas e subemendas;

VI – entre os grupos de proposições principais, terão preferência, na seguinte ordem:

a) as propostas de emenda à Constituição;

b) as proposições em regime de urgência;

c) as proposições em regime de prioridade;

d) as proposições em tramitação ordinária;

VII – as emendas, quanto à preferência, obedecerão a seguinte ordem:

a) substitutivas;

b) supressivas;

c) modificativas;

d) aditivas;

e) de redação;

VIII – as subemendas observarão a mesma ordem de preferência estabelecida no inciso anterior;

IX – as partes destacadas, na forma deste Regimento, terão preferência na votação.

Art. 249. Observado o disposto nos artigos 171, 172 e 248 deste Regimento, a preferência poderá ser requerida por Deputado.

§1º No caso de ser apresentado mais de um requerimento de preferência, serão numerados e apreciados de acordo com a ordem de apresentação.

§2º Nas proposições idênticas em seus fins, a admissão de um prejudicará as demais, tendo preferência a que houver sido apresentada em primeiro lugar.

Seção VII Da Redação Final

Art. 250. Encerrada a votação, as proposições serão enviadas à Comissão de Redação Final, para redação final, excetuados os projetos:

I – de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias, do orçamento anual e de revisão do plano plurianual;

II - de resolução, aprovados sem emendas, salvo os relativos a alterações regimentais.

Art. 251. A Comissão de Redação Final somente poderá apresentar emendas à proposição para, se necessário:

I - adequá-lo à norma lingüística e à técnica legislativa;

II - assegurar a clareza e a precisão do texto.

Art. 252. Aprovadas emendas à redação do texto da proposição, na Comissão, a nova redação será submetida ao Plenário, no prazo de uma reunião ordinária plenária.

TÍTULO IX DAS TRAMITAÇÕES ESPECIAIS

CAPÍTULO I DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. 253. A tramitação da Proposta de Emenda à Constituição observará às seguintes normas:

I - serão contados da data de publicação, os prazos de:

a) uma reunião ordinária plenária para encaminhamento da Proposta aos Deputados e à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça;

b) dez reuniões ordinárias plenárias, para apresentação de emendas, subemendas ou substitutivos, subscritos por um terço dos membros da Assembléia;

II - a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça terá o prazo de dez reuniões ordinárias plenárias para emissão de parecer, contado a partir do encerramento do prazo para apresentação de emendas, subemendas ou substitutivos;

III - a Proposta será apreciada em dois turnos, observado o prazo de três reuniões ordinárias plenárias para apresentação de emendas em segundo turno, prazo esse que poderá ser dispensado por deliberação da maioria absoluta dos Deputados;

IV - as emendas, subemendas ou substitutivos apresentados em segunda discussão serão apreciados pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça no prazo de três reuniões ordinárias plenárias;

V - a proposta de emenda constitucional será considerada aprovada se obtiver, nos dois turnos, número de votos favoráveis, correspondente a três quintos dos membros da Assembléia, em votação nominal;

VI - prazo de duas reuniões ordinárias plenárias, para redação final, contado da data de aprovação em Plenário;

VII - promulgação da emenda à Constituição pela Mesa Diretora, no prazo de duas reuniões, contado da data da aprovação da redação final em Plenário.

CAPÍTULO II DOS PROJETOS DE LEI DO PLANO PLURIANUAL, DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, DO ORÇAMENTO ANUAL E REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 254. Os projetos de lei das diretrizes orçamentárias, do plano plurianual, do orçamento anual e de revisão do plano plurianual, observarão os prazos previstos nas normais legais pertinentes, e obedecerão, no que lhes for aplicável às normas regimentais para tramitação dos demais projetos de lei, devendo a sua apreciação, na Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, observar as seguintes regras:

I – Prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da publicação, para o das diretrizes orçamentárias; de vinte dias úteis para o do plano plurianual e suas revisões e do orçamento anual para:

a) designação do relator e dos sub-relatores, pelo Presidente da Comissão;

b) apresentação de emendas, subemendas ou substitutivos que o Presidente fará publicar no Diário Oficial do Poder Legislativo;

II - encerrado o prazo previsto no inciso I, os relatores, em cinco dias úteis, emitirão parecer sobre todas as emendas, subemendas e substitutivos apresentados ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias, e em vinte dias úteis para as mesmas modalidades de alterações propostas ao plano plurianual e suas revisões e ao orçamento anual;

III – findo o prazo previsto no inciso II, os pareceres serão discutidos e votados na Comissão na reunião ordinária subsequente, inclusive as emendas, subemendas, e substitutivos apresentados pelos sub-

relatores, em seus pareceres, devendo ser imediatamente publicados;

IV – rejeitadas as proposições acessórias pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, caberá recurso ao Plenário, mediante requerimento de um terço dos Deputados, no prazo improrrogável de dois dias úteis, findo o qual, os pareceres serão necessariamente colocados na Ordem do Dia;

V – ao relator geral competirá a elaboração do parecer geral, onde serão consolidados os relatórios parciais, previamente apreciados pelo Colegiado.

§1º As proposições de que trata este artigo serão distribuídas pelo Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação em áreas temáticas, que ficarão a cargo dos respectivos sub-relatores, escolhidos dentre os membros da Comissão.

§2º Fazendo-se necessária, para fins de estrita observância das datas limites impostas na Constituição Estadual, fica facultada ao Presidente da Comissão de Finanças, orçamento e tributação, a modificação de prazos das etapas de tramitação das matérias orçamentárias no âmbito do Colegiado.

§3º As proposições acessórias deverão observar o previsto na Constituição do Estado de Pernambuco.

§4º Será vedada a concessão de vista de parecer emitido em projetos ou proposições acessórias a que se refere este artigo.

Art. 255. O pronunciamento da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação será conclusivo, exceto no caso de aprovação ou rejeição de emenda, subemenda ou substitutivo, que poderá ser submetido a Plenário, a requerimento de um terço dos Deputados, apresentado, no prazo de dois dias úteis, após a publicação dos pareceres.

§1º No caso previsto no caput deste artigo, as proposições acessórias objeto de recurso serão incluídas na Ordem do Dia, devendo ser apreciadas, no prazo improrrogável de dois dias.

§2º A hipótese prevista no §1º deste artigo, quando da apreciação pelo Plenário, poderá ser destacada na forma regimental.

§3º A Comissão poderá realizar audiências publicas para o debate e o aprimoramento dos projetos do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual, bem como para o cumprimento de suas atribuições no acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária e financeira.

§4º A redação final dos projetos, que incluirá a consolidação das proposições acessórias competirá, exclusivamente, à Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, observado o prazo de cinco dias úteis, contados da publicação a que se refere o art. 254, III, deste Regimento, salvo ocorrendo o previsto no parágrafo anterior, quando o prazo será computado a partir da apreciação em Plenário.

§5º Os Poderes e Órgãos estaduais disponibilizarão à Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação todas as informações e meios necessários para a elaboração da redação final dos projetos do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.

§6º Aprovado o parecer geral ou esgotado o prazo, para apreciação, o Presidente da Comissão encaminhará o projeto à Mesa Diretora, para publicação e inclusão, de imediato, na Ordem do Dia, em turno único.

Art. 256. Na Ordem do Dia em que figurem os projetos do plano plurianual, de revisão do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei do orçamento anual, estes terão prioridade sobre as demais matérias.

CAPÍTULO III DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 257. As contas anuais das autoridades públicas cuja competência para apreciação lhe tenha sido deferida pelas normas constitucionais e legais serão encaminhadas à Assembléia, nos prazos previstos nas normas legais pertinentes.

Art. 258. Recebida a prestação de contas, o Presidente da Assembléia, de imediato, dará conhecimento ao Plenário e a encaminhará ao Tribunal de Contas, para emissão de parecer prévio.

§1º O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas será divulgado pelo Presidente, e, de imediato, publicado e enviado à Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação.

§2º Os pedidos de informações, apresentados no prazo de dez reuniões ordinárias plenárias, contado da publicação referida no §1º deste artigo, serão publicados e remetidos à Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação.

§3º A Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, no prazo de trinta reuniões ordinárias plenárias, contado do encerramento do prazo previsto no §2º deste artigo, emitirá parecer, que concluirá por projeto de resolução.

§4º O projeto de resolução será submetido ao Plenário, no prazo de trinta reuniões ordinárias plenárias, contado de sua publicação, em turno único e votação nominal.

§5º Não sendo aprovada pelo Plenário a prestação de contas, no todo ou em parte, o processo será remetido à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, que, no prazo de trinta reuniões ordinárias plenárias, emitirá parecer, indicando as providências a serem tomadas pela Assembléia Legislativa.

Art. 259. O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado às contas dos interventores municipais somente deixará de

prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Assembléia, em votação secreta.

Art. 260. O parecer prévio relativo às contas do Tribunal de Contas será emitido pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, no prazo de vinte dias úteis contados do recebimento da prestação de contas enviada pelo Tribunal de Contas.

§1º Nos dez primeiros dias úteis, o parecer prévio relativo às contas do Tribunal de Contas ficará à disposição dos Deputados para análise.

§2º O parecer prévio da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação às contas do Tribunal de Contas será submetido ao Plenário, no prazo de dez dias úteis, contados da sua publicação.

CAPÍTULO IV DO VETO

Art. 261. O Governador do Estado, considerando o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, poderá vetá-lo, total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contado da data do recebimento para sanção.

Art. 262. Os projetos vetados pelo Governador do Estado, no todo ou em parte, serão devolvidos à Assembléia, no prazo de quarenta e oito horas, anexando a justificativa do veto.

§1º O veto será apreciado, pela Assembléia, no prazo de trinta dias, contado do seu recebimento, não correndo durante o recesso legislativo.

§2º Recebido o projeto em devolução, este será publicado no prazo de duas reuniões ordinárias plenárias, com os motivos do veto, devendo a Mesa Diretora distribuí-lo, para emissão de parecer, no prazo de cinco dias:

I - à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, se a alegação for de inconstitucionalidade;

II - às Comissões competentes, para examinar o mérito, se for considerado contrário ao interesse público.

§3º O veto será votado pelo Plenário em turno único, podendo ser rejeitado pela maioria absoluta dos membros da Assembléia.

§4º No caso de rejeição do veto, o projeto será enviado ao Governador para promulgação, no prazo de quarenta e oito horas, e, sendo mantido o veto, o Presidente da Assembléia determinará o arquivamento do projeto, dando ciência ao Governador do Estado.

§5º Não sendo cumprido o prazo previsto no parágrafo anterior, a lei será promulgada pelo Presidente da Assembléia, no prazo de quarenta e oito horas.

TÍTULO X DAS MATÉRIAS ESPECIAIS

CAPÍTULO I DA TOMADA DE CONTAS

Art. 263. Compete à Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação proceder à tomada de contas das autoridades públicas cuja competência para apreciação tenha sido deferida à Assembléia Legislativa pelas normas constitucionais e legais, no caso de não ser enviada a prestação de contas nos prazos previstos nas normas legais pertinentes.

§1º A Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação realizará a organização das contas do exercício, no prazo de sessenta dias, com assessoramento do Tribunal de Contas do Estado.

§2º No exercício de suas atribuições, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação poderá convocar os responsáveis pelos sistemas de controle interno e ordenadores de despesa, para comprovar as contas do exercício findo, de conformidade com a lei orçamentária e as alterações havidas em sua execução.

§3º No caso de ser enviada a prestação de contas, depois de iniciada a tomada de contas, terão continuidade as providências relativas ao processo preliminar de responsabilidade, nos termos da legislação específica vigente.

CAPÍTULO II DA AUTORIZAÇÃO PARA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO CRIMINAL CONTRA O GOVERNADOR E O VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

Art. 264. A solicitação do Presidente do Superior Tribunal de Justiça para instauração de processo contra o Governador e Vice-Governador do Estado, nas infrações penais comuns, será instruída com cópia integral dos autos da ação penal originária.

§1º O Presidente despachará a solicitação à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça que observará as seguintes normas:

I - o acusado ou seu defensor terá o prazo de dez reuniões ordinárias plenárias para apresentar defesa escrita e provas e, encerrado este prazo sem que tenha sido apresentada defesa, o Presidente da Comissão nomeará defensor dativo para oferecê-la no mesmo prazo;

II - apresentada a defesa, a Comissão procederá às diligências e à instrução probatória necessárias e emitirá parecer, no prazo de dez reuniões ordinárias plenárias, oferecendo projeto de resolução;

III - o parecer e o Projeto de Resolução serão lidos no Expediente, e publicados no Diário Oficial do Poder Legislativo;

IV – o Projeto de Resolução será incluído na ordem do dia, ficando sobrestadas as demais matérias em pauta até a sua votação.

§2º Aprovado o projeto de resolução, por dois terços dos Deputados, considerar-se-á autorizada a instauração do processo, sendo a decisão comunicada ao Superior Tribunal de Justiça, no prazo de duas reuniões ordinárias plenárias.

CAPÍTULO III DOS PROCESSOS NOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE

Art. 265. A denúncia por crimes de responsabilidade, atribuídos ao Governador, ao Vice-Governador e a Secretários de Estado será apresentada, por escrito, ao Presidente da Assembléia e submetida ao Plenário.

§1º Admitida, a denúncia, por dois terços dos Deputados, será constituído Tribunal Especial, para proceder ao julgamento da representação, com quinze membros, sendo sete Deputados eleitos, pelo Plenário, em escrutínio secreto e sete desembargadores, escolhidos mediante sorteio e presidido pelo Presidente do Tribunal de Justiça, que terá voto de desempate.

§2º O acusado ficará suspenso de suas funções, após a instauração do processo.

§3º No caso de o julgamento não estar concluído no prazo de cento e oitenta dias, cessará o afastamento, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

Art. 266. Aplica-se, no que couber, ao processo e julgamento do Procurador-Geral de Justiça e do Procurador-Geral do Estado, por crime de responsabilidade, o previsto no art. 265 deste Regimento.

CAPÍTULO IV DA ESCOLHA DE CONSELHEIROS DO TRIBUNAL DE CONTAS PELA ASSEMBLÉIA

Art. 267. A escolha de Conselheiros do Tribunal de Contas pela Assembléia observará os seguintes procedimentos:

I - no prazo de três reuniões ordinárias plenárias da comunicação de vacância do cargo de Conselheiro, o Presidente baixará ato, estabelecendo prazo de cinco reuniões ordinárias plenárias para inscrição de candidatos;

II - as inscrições serão realizadas através de requerimento assinado pelo candidato e subscrito por, no mínimo, dez Deputados, podendo, cada Deputado, subscrever, no máximo, dois requerimentos;

III - a cada requerimento será anexado o currículo do candidato;

IV - a Mesa Diretora encaminhará os requerimentos à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para emitir parecer, no prazo de dez reuniões ordinárias plenárias, contado do encerramento da inscrição, podendo convocar, neste prazo, os candidatos para audiência;

V - os requerimentos de inscrição, com parecer contrário da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, por maioria absoluta, não serão apreciados pelo Plenário;

VI - ao término do prazo previsto no inciso IV deste artigo, os nomes dos candidatos com parecer favorável ou sem parecer da Comissão, serão submetidos ao Plenário com quorum para aprovação da maioria absoluta dos Deputados;

VII - atingido o quorum para aprovação previsto no inciso IV deste artigo, o Presidente, de imediato, fará publicar ato de indicação do escolhido, encaminhando cópia ao Governador do Estado, para a respectiva nomeação;

VIII – no caso de não ser obtida a maioria absoluta, haverá um segundo escrutínio com os candidatos que tiverem as duas maiores votações;

IX - se nenhum dos candidatos obtiver a maioria absoluta dos votos, em segundo escrutínio, será aberto novo prazo de inscrição, na forma regimental.

CAPÍTULO V DAS INDICAÇÕES DO GOVERNADOR, SUJEITAS À APROVAÇÃO DA ASSEMBLÉIA.

Art. 268. Recebida a mensagem do Governador com a indicação de pessoas para ocupar cargos ou funções públicas, nos casos previstos em norma constitucional ou legal, o Presidente da Assembléia dará curso à seguinte tramitação:

I - leitura no Expediente, publicação, sob forma de projeto de resolução, assinado pelo Presidente da Assembléia e distribuição à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça para emitir parecer, no prazo de dez reuniões ordinárias plenárias;

II - No prazo previsto no inciso I deste artigo, a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça poderá convocar o indicado, para tratar de assuntos pertinentes ao cargo que irá ocupar ou requerer informações, para instrução do seu pronunciamento;

III - ao término do prazo previsto no inciso I deste artigo, inclusão, na Ordem do Dia, em turno único, devendo ser aprovado por maioria absoluta;

VI - no caso de aprovação, a resolução será encaminhada ao Governador;

V - no caso de rejeição, será solicitada ao Governador nova indicação.

CAPÍTULO VI DA ALTERAÇÃO DA DIVISÃO TERRITORIAL E ADMINISTRATIVA DO ESTADO

Art. 269. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por Lei Estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da Lei.

Art. 270. O projeto de lei poderá ser de iniciativa popular, observado o previsto no art. 201 deste Regimento, do Governador do Estado ou de qualquer Deputado ou Comissão, observando-se o seguinte procedimento na sua tramitação:

I - o projeto de lei será apreciado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça e, sendo emitido parecer favorável quanto à sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade, será enviado à Comissão de Negócios Municipais;

II – após a divulgação e publicação, na forma da lei federal, dos Estudos de Viabilidade Municipal, a Comissão de Negócios Municipais emitirá parecer sobre o mérito e, no caso de pronunciamento favorável, encaminhará requerimento, submetido ao Plenário no prazo cinco reuniões ordinárias plenárias, solicitando ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral a realização do plebiscito;

III - aprovado o requerimento, o Presidente da Assembléia, no prazo de duas reuniões ordinárias plenárias, solicitará ao Tribunal Regional Eleitoral as providências cabíveis para a realização do plebiscito;

IV - realizado o plebiscito, sendo o resultado favorável, o projeto de lei será submetido, no prazo de dez reuniões ordinárias plenárias, à apreciação do Plenário.

Parágrafo Único. Não compete à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça opinar sobre o mérito dos Projetos de que trata este artigo.

CAPÍTULO VII DA CONCESSÃO DO TÍTULO HONORÍFICO DE CIDADÃO PERNAMBUCANO

Art. 271. O Título Honorífico de Cidadão Pernambucano objetiva reconhecer e valorizar o trabalho de pessoas que, em qualquer área de atuação, desenvolveram atividades em prol do Estado de Pernambuco.

Art. 272. Poderá ser conferido, mediante proposta de qualquer Deputado, aprovada, em votação nominal, pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa, Título Honorífico de Cidadão Pernambucano a toda pessoa física imbuída de elevado espírito público, com relevantes serviços prestados ao Estado.

Art. 273. Cada Deputado poderá propor a concessão de até dois Títulos Honorífico de Cidadão Pernambucano por Sessão Legislativa.

Parágrafo Único. É ainda permitiida a apresentação de proposta de concessão de Título Honorífico de Cidadão Pernambucano, post mortem, em cada sessão legislativa.

Art. 274. A pessoa física, para a concessão do Título Honorífico de Cidadão Pernambucano, deverá atender aos seguintes requisitos:

I - ter residência e desenvolver atividades habituais no Estado de Pernambuco por período superior a cinco anos em qualquer tempo;

II – não ter sido condenado criminalmente ou responder a processo ou inquérito penal de qualquer natureza, devidamente comprovado através de certidões expedidas pelos seguintes órgãos:

a) Justiça Federal;

b) Justiça Estadual;

c) Justiça Militar;

d) Justiça Eleitoral;

e) Departamento de Polícia Federal - DPF;

f) Instituto de Identificação Tavares Buriel – IITB.

Art. 275. O projeto de resolução destinado à concessão de Título Honorífico de Cidadão Pernambucano deverá observar as seguintes regras quanto à sua apresentação e tramitação:

I – apresentação perante a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, acompanhado do seguinte:

a) comprovação da existência de residência fixa e do desenvolvimento de atividades habituais no Estado de Pernambuco pelo prazo estabelecido no art. 274, I, deste Regimento;

b) justificativa e currículo do indicado.

II – o Presidente do órgão colegiado referido no inciso I deste artigo deverá, em caráter prévio e sigiloso, solicitar as certidões previstas no art. 274, II, deste Regimento;

III – recebidas às certidões de que trata o inciso II deste artigo, caso o Presidente da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça verifique a existência de fator impeditivo à concessão do Título Honorífico de Cidadão Pernambucano, deverá cientificar o autor, para que este, no prazo de trinta dias, informe se pretende dar continuidade ao processamento do projeto de resolução;

IV – caso o autor informe não ter interesse no processamento, o Presidente da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça determinará o seu arquivamento;

Recife, 23 de dezembro de 2008

V – caso se verifique uma das hipóteses a seguir descritas, o Presidente da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça enviará o projeto de resolução ao Presidente da Assembléia para a devida autuação e publicação na imprensa oficial:

a) transcurso, sem manifestação, do prazo referido no inciso III deste artigo;

b) informação do autor de que possui interesse no processamento do projeto de resolução;

c) inexistência de qualquer fator impeditivo à concessão do Título Honorífico de Cidadão Pernambucano;

VI – cumpridas as formalidades mencionadas no inciso V deste artigo, o Presidente da Assembléia encaminhará o projeto de resolução para a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, a fim de que seja emitido parecer conclusivo quanto ao preenchimento das condições estabelecidas neste Regimento para a concessão do Título Honorífico de Cidadão Pernambucano, seguindo-se, a partir de então, o trâmite regimental, ouvida a Comissão de Defesa da Cidadania, quanto ao mérito.

Art. 276. O Presidente da Assembléia Legislativa, através de ofício, comunicará ao agraciado a concessão, dentro do prazo de cinco dias contados da publicação da respectiva resolução, informando-lhe sobre as providências pertinentes à formalização da entrega.

§1º O Título Honorífico de Cidadão Pernambucano deverá ser entregue dentro de no máximo de quatro anos, a partir da publicação da respectiva resolução, considerando-se automaticamente revogado no caso de inobservância deste prazo.

§2º Aquele que teve seu título revogado, na forma do disposto neste artigo, não poderá ser novamente indicado para o recebimento do Título Honorífico de Cidadão Pernambucano.

Art. 277. A entrega do Título Honorífico de Cidadão Pernambucano será feita pelo Presidente da Assembléia Legislativa ou seu substituto legal, em reunião solene convocada nos termos deste Regimento Interno, exclusivamente para este fim.

§1º A requerimento do agraciado, a entrega poderá ser feita perante a Mesa Diretora da Assembléia Legislativa.

§2º No caso de falecimento do agraciado, a entrega do Título Honorífico de Cidadão Pernambucano poderá ser feita à pessoa de sua família.

§3º Em caráter excepcional, por deliberação do Plenário, o Título poderá ser entregue fora do recinto do Plenário.

CAPÍTULO VIII DA MEDALHA LEÃO DO NORTE

Art. 278. A Medalha Leão do Norte, classe ouro, destina-se a agraciar pessoas físicas ou jurídicas que tenham se destacado, no âmbito do Estado de Pernambuco, em suas respectivas áreas de atuação.

§1º A Medalha Leão do Norte será concedida nos seguintes Méritos:

I - “Direitos Humanos Herbert de Souza”: para agraciar pessoas físicas ou jurídicas que tenham se destacado em defesa dos direitos humanos no Estado de Pernambuco;

II - “Esportivo”: para agraciar atletas que, representando o Estado de Pernambuco, se destacarem no cenário nacional ou internacional, bem como pessoas físicas ou jurídicas com relevantes serviços prestados ao desenvolvimento dos esportes no Estado de Pernambuco;

III – “Cultural Gilberto Freyre”: para agraciar pessoas físicas ou jurídicas que se destacarem no cenário artístico e cultural no Estado de Pernambuco;

IV - “Administrativo e Assistência Social Ministro Marcos Freire”: para agraciar pessoas físicas ou jurídicas que se destacarem com trabalhos de relevância e repercussão social, nas áreas de administração pública e assistência social, no âmbito do Estado de Pernambuco;

V - “Sanitário Josué de Castro”: para a agraciar pessoas físicas ou jurídicas que se destacarem na realização de investigações científicas de nutrição e de saúde pública, com soluções para o problema sobre a fome e a desnutrição, bem como, nos estudos e gestões que propiciem o avanço científico da medicina no Estado de Pernambuco;

VI – “Mulheres de Tejucupapo”: para a agraciar pessoas físicas, do sexo feminino, ou jurídicas, que tenham se destacado na defesa dos direitos da mulher no Estado de Pernambuco;

VII - “Zumbi dos Palmares”: para a agraciar pessoas físicas ou jurídicas que se destacarem na promoção e na defesa dos direitos dos afro-descendentes no Estado de Pernambuco;

VIII – “Ambiental Professor Roldão”, para a agraciar pessoas físicas ou jurídicas, que tenham se destacado na defesa do meio ambiente e do ecossistema;

IX – “Educatonal Paulo Freire”, para agraciar pessoas físicas ou jurídicas que se destacarem na área da educação.

§2º Somente poderá ser concedida, anualmente, apenas uma medalha de cada Mérito descrito neste artigo.

Art. 279. Os projetos de resolução de concessão da Medalha Leão do Norte, somente poderão conter o nome de uma pessoa a ser homenageada, devendo, ainda, conter, em suas justificativas, todos os dados históricos e curriculares da pessoa a ser condecorada.

Recife, 23 de dezembro de 2008

Parágrafo Único. Cada Deputado somente poderá apresentar, anualmente, um projeto de resolução com o objetivo de conceder a Medalha Leão do Norte e somente em um dos Méritos enumerados no Art. 278, deste Regimento.

Art. 280. Os projetos de resolução de concessão da Medalha Leão do Norte serão submetidos à prévia apreciação das seguintes comissões:

I - Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para exame dos aspectos constitucionais, legais e regimentais;

II - Comissões pertinentes para a apreciação meritória.

Parágrafo Único. As Comissões de que trata este artigo emitirão os pareceres respeitando a ordem cronológica de entrada de cada projeto e os prazos previstos neste Regimento Interno.

Art. 281. Observados os prazos regimentais, os projetos de resolução de concessão de Medalha Leão do Norte serão submetidos ao Plenário, obedecida a ordem cronológica de apresentação.

§1º Será considerado aprovado o projeto que obtiver em seu favor a maioria absoluta dos votos dos membros da Assembléia Legislativa.
§2º Aprovado um projeto, serão considerados prejudicados os demais apresentados com a mesma finalidade e Mérito previstos no Art. 278, deste Regimento, que não poderão ser reapresentados na mesma sessão legislativa.

Art. 282. A Medalha Leão do Norte, classe ouro, será cunhada em bronze, terá a cor de ouro e conterà, em uma das faces, a imagem frontal do Palácio Joaquim Nabuco para a Rua da Aurora, destacando-se as figuras das estátuas dos dois leões laterais, seguida, em alto relevo, do nome: "MEDALHA LEÃO DO NORTE". Na outra face, a Medalha terá, em destaque, o nome do respectivo Mérito e, ainda:

I - A imagem em alto relevo do Sociólogo Herbert José de Souza, para o Mérito "Direitos Humanos Herbert de Souza";

II – A imagem de um casal de atletas correndo, para o Mérito “Esportivo”;

III – A imagem em alto relevo do Sociólogo, Antropólogo e Escritor Gilberto de Mello Freyre, para o Mérito “Cultural Gilberto Freyre”;

IV – A imagem em alto relevo do Físico e Professor Catedrático Marcos de Barros Freire, para o Mérito “Administrativo e Assistência Social Ministro Marcos Freire”;

V - A imagem em alto relevo do Médico, Professor, Geógrafo e Sociólogo Josué de Castro, para o Mérito “Sanitário Josué de Castro”;

VI – A imagem de mulheres com paus e latas d’água nas mãos, simulando a defesa do seu território, lembrando as heroínas de Tejucupapo, no município de Goiana, para o Mérito "Mulheres de Tejucupapo”;

VII – A imagem de um escravo com correntes em punhos partidas ao meio, simbolizando a liberdade, para o Mérito “Zumbi dos Palmares”;

VIII - A imagem em alto relevo do Professor Roldão Siqueira Fontes, acompanhada de imagens representativas do pau-brasil, para o Mérito “Ambiental Professor Roldão”;

IX – A imagem em alto relevo do Educador Paulo Reglus Neves Freire, para o Mérito “Educatcional Paulo Freire”.

§1º Cada Medalha Leão do Norte será acompanhada de um Diploma, contendo no fundo a imagem do Plenário do Palácio Joaquim Nabuco, a identificação do respectivo Mérito, o nome do agraciado, o número da Resolução concessiva, o nome do Deputado autor do projeto que originou a concessão e as assinaturas do Presidente e dos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

§2º No verso do Diploma haverá o timbre da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco e um pequeno histórico ou um sucinto curriculum vitae, das figuras representativas, respectivamente de cada Mérito, previstos no Art 278, deste Regimento.

Art. 283. A Medalha Leão do Norte, referente a todos os Méritos, será entregue pelo Presidente da Assembléia Legislativa ou por seu substituto regimental, em uma única reunião solene, no mês de dezembro de cada ano, em dia a ser fixado pela Mesa Diretora em comum acordo com a maioria dos autores dos projetos de resolução aprovados.

§1º A Medalha Leão do Norte somente será entregue à pessoa do homenageado, salvo por motivo comprovado de enfermidade, em se tratando de pessoa física, e aos legítimos representantes, no caso de pessoas jurídicas.

§2º A requerimento do homenageado ou, em caso de falecimento do mesmo, de seus familiares, a entrega da Medalha Leão do Norte poderá ser feita em reunião da Mesa Diretora, previamente convocada para esse fim.

§3º Serão consideradas revogadas as Resoluções que, no prazo de quatro anos, a contar da sua publicação, não tenham atingido seus objetivos através da efetiva entrega da respectiva Medalha.

§4º A Medalha Leão do Norte não será entregue em ambiente fora do recinto da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, salvo por decisão da maioria absoluta dos Deputados.

CAPÍTULO IX DA ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO

Art. 284. O Regimento Interno poderá ser modificado ou reformado por meio de Projeto de Resolução de iniciativa de Deputado, da Mesa Diretora, de Comissão Permanente ou de Comissão Especial, para este fim criada, em virtude de deliberação da Assembléia.

§1º O projeto será publicado, distribuído em avulsos, e encaminhado à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, quando se tratar de modificação, com prazo de dez reuniões ordinária plenárias para apresentação de emendas.

§2º Decorrido o prazo previsto no parágrafo anterior, o projeto será submetido a Plenário, em duas (02) discussões, sendo o “quorum” para aprovação o de maioria absoluta.

Art. 285. Tratando-se de reforma global, o projeto será encaminhado a uma Comissão Especial, que será constituída por proposta da Mesa Diretora, respeitado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo Único. A Comissão definirá as normas para seu funcionamento através de Projeto de Resolução.

Art. 286. Qualquer alteração do Regimento Interno só vigorará a partir da sessão legislativa seguinte, salvo se for aprovada por dois terços (2/3) da totalidade dos Deputados em votação nominal, quando vigorará imediatamente.

Art. 287. A Mesa fará, no fim de cada sessão legislativa ordinária, a consolidação de todas as alterações introduzidas no Regimento Interno, que, neste caso, terá nova edição no interregno parlamentar.

TÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 288. Compete ao Presidente da Mesa Diretora decidir sobre os casos omissos, respeitada a soberania do Plenário, podendo utilizar, subsidiária e analogicamente, o Regimento Interno do Congresso Federal.

Art. 289. O Presidente da Mesa Diretora poderá solicitar parecer da Procuradoria Geral da Assembléia no caso de dúvidas quanto à interpretação das normas previstas neste Regimento.

Art. 290. A Mesa Diretora providenciará:

I - a criação do Disque-Saúde da Mulher, voltado ao atendimento integral da mulher, orientando sobre prevenção e direitos, acolhendo denúncias e facilitando o acesso aos serviços de saúde;

II - a instalação de um Painei Eletrônico no recinto do Plenário, com o objetivo de agilizar a votação das matérias, dentro do prazo de dois anos;

III - a inclusão no seu sítio eletrônico institucional, bem como no sistema de informática da Casa, agenda eletrônica anual, atualizada diariamente, com a descrição dos eventos deliberados em Plenário e nas Comissões.

Diário Oficial do Estado de Pernambuco – Poder Legislativo

17

Art. 291. A Mesa Diretora providenciará, no prazo de noventa dias, contados da vigência da presente Resolução, a regulamentação dos serviços administrativos da Assembléia Legislativa, visando sua adequação às inovações promovidas neste Regimento.

Art. 292. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, salvo os procedimentos legislativos que entram em vigor em 1º de fevereiro de 2009.

Art. 293. Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Resoluções nºs 86/87, 156/91, 157/91, 174/92, 360/97, 361/97, 415/98, 417/98, 419/99, 433/99, 480/00, 512/01, 560/01, 602/03, 603/03, 645/03, 702/04, 708/05, 728/05, 813/08, 856/08 e 884/08.

Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, em 12 de dezembro de 2008.
GUILHERME UCHÔA Presidente

Resolução Nº 906

EMENTA: Concede licença em Caráter Cultural ao Deputado Augusto César Filho.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedida licença em caráter cultural nos termos do inciso II, do artigo 38, do Regimento Interno, ao Deputado **Augusto César Filho**, no período de 18 a 31 de dezembro de 2008, quando estará em viagem aos Estados Unidos da América.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, em 22 de dezembro de 2008.
GUILHERME UCHÔA Presidente

Ato

ATO Nº 1459/08

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, § 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 027/2008, do Deputado João da Costa, **RESOLVE:** nomear para exercer os cargos em comissão daquele Gabinete Parlamentar, atribuindo-lhes as gratificações de Representação, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

NOME	CARGO/SÍMBOLO	GRAT.REP.
ÂNGELA CRISTINA ALVES DE LIMA	Assessor Especial/ PL-ASC	120%
EDRAIR CRUZ SILVA	Assessor Especial/ PL-ASC	100%
IEDA CRISTINA DA COSTA FREIRE	Assessor Especial/ PL-ASC	100%
SIMONE DA SILVA LINS	Assessor Especial/ PL-ASC	50%
NORMA DE SÁ GUEDES	Secretário Parlamentar/ PL-ASC	100%
ROGÉRIO DA SILVA	Secretário Parlamentar/ PL-ASC	120%

Sala Torres Galvão, 22 de dezembro de 2008.
Deputado GUILHERME UCHOA Presidente

Ata

ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO SOLENE DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2008 E 40 MINUTOS.

PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO GUILHERME UCHÔA.

AOS 20 (VINTE) DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2008 (DOIS MIL E OITO), ÀS 18 (DEZOITO) HORAS E 40 (QUARENTA) MINUTOS, PRESENTES OS DEPUTADOS ADELMO DUARTE, AGLAILSON JÚNIOR, AIRINHO DE SÁ CARVALHO, ALBERTO FEITOSA, ANTÔNIO FIGUEIRÔA, ANTÔNIO MORAES, BARRETO, BRINGEL, CARLOS SANTANA, CEÇA RIBEIRO, CIRO COELHO, CLAUDIANO MARTINS, DOUTORA NADEGI, EDSON VIEIRA, EDUARDO PORTO, ELINA CARNEIRO, ERIBERTO MEDEIROS, ESMERALDO SANTOS, EVERALDO CABRAL, GERALDO COELHO, GUILHERME UCHÔA, ISALTINO NASCIMENTO, IZÍAIAS RÉGIS, JOÃO FERNANDO COUTINHO, JOSÉ QUEIROZ, LUCIANO MOURA, MANOEL FERREIRA, MARCANTÔNIO DOURADO, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO EURICO, RICARDO TEOBALDO, SEBASTIÃO RUFINO E TERESA LEITÃO, TENDO JUSTIFICADO SUAS AUSÊNCIAS OS DEPUTADOS ANDRÉ CAMPOS, AUGUSTO CÉSAR FILHO, AUGUSTO COUTINHO, CARLA LAPA, CORONEL JOSÉ ALVES, ELIAS LIRA, JOÃO DA COSTA, LOURIVAL SIMÕES, MAVIAEL CAVALCANTI, RAIMUNDO PIMENTEL, SÉRGIO LEITE E SOLDADO MOISÉS, ENCONTRANDO-SE LICENCIADOS OS DEPUTADOS CLODOALDO MAGALHÃES, HENRIQUE QUEIROZ, MIRIAM LACERDA E TEREZINHA NUNES, NOS TERMOS DAS RESOLUÇÕES NºS 887/2008, 885/2008, 888/2008 e 886/2008, RESPECTIVAMENTE, CONSTATADO O QUORUM REGIMENTAL, O MESTRE-DE-CERIMÔNIAS, SENHOR HILDEBRANDO MARQUES PESSOA, DÁ INÍCIO À SOLENIDADE DE COMEMORAÇÃO DOS QUARENTA ANOS DA PARCERIA ENTRE O ESTADO DE PERNAMBUCO E O ESTADO NORTE-AMERICANO DA GEÓRGIA, DE ACORDO COM O REQUERIMENTO Nº 2609/2008, DE AUTORIA DO DEPUTADO SEBASTIÃO RUFINO. O MESTRE-DE-CERIMÔNIAS CONVIDA A COMPOR A MESA DOS TRABALHOS OS SENHORES DEPUTADO GUILHERME UCHÔA, PRESIDENTE DESTA PODER; LYNDA WOODRUFF, PRESIDENTA DO COMITÊ GEÓRGIA-PERNAMBUCO; TIBÉRIO DE PAULA PEDROSA, PRESIDENTE DO COMITÊ PERNAMBUCO-GEÓRGIA; CHRISTOPHER DEL CORSO, CÔNSUL DOS ESTADOS UNIDOS; TOSHIO WATANABE, CÔNSUL DO JAPÃO, NESTE ATO REPRESENTANDO O CORPO CONSULAR DE PERNAMBUCO; ROBERTO TREVAS, COORDENADOR DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA PREFEITURA DE RECIFE, NESTE ATO REPRESENTANDO O SENHOR JOÃO PAULO, PREFEITO DA CIDADE DO RECIFE; JOSÉ GUIDO CORREIA DE ARAÚJO, PROFESSOR EMÉRITO E ASSESSOR DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – UPE, NESTE ATO REPRESENTANDO O SENHOR REITOR CARLOS CALADO; E DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES, CORREGEDOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. ATO CONTÍNUO, O MESTRE-DE-CERIMÔNIAS PASSA A PALAVRA AO SENHOR PRESIDENTE, O QUAL DECLARA ABERTA A REUNIÃO. O MESTRE-DE-CERIMÔNIAS CONVIDA OS PRESENTES A OUVIREM O HINO NACIONAL NORTE-AMERICANO E O HINO NACIONAL BRASILEIRO, NESTA ORDEM. O SENHOR PRESIDENTE PROFERE DISCURSO ALUSIVO AO EVENTO, NO QUAL INFORMA QUE A ESCOLA DO LEGISLATIVO DESTA CASA É UM DOS FRUTOS DA PARCERIA ENTRE OS ESTADOS DE PERNAMBUCO E DA GEÓRGIA, LEMBRANDO QUE OS SENHORES SEBASTIÃO RUFINO, GERALDO MELO, CARLOS LAPA, GILBERTO MARQUES PAULO E TERESA DUERE, DEPUTADOS NA OCASIÃO, PARTICIPARAM DE UM DOS VÓOS DA AMIZADE, INICIATIVA DO COMITÊ PERNAMBUCO-GEÓRGIA NO ANO DE DOIS MIL. OS QUAIS FIRMARAM UM CONVÊNIO COM O INSTITUTO DE GOVERNO CARL VINSON PARA CAPACITAÇÃO DE LIDERANÇAS ELEITAS. FINALIZANDO,

OPINA QUE A AÇÃO FOI FUNDAMENTAL PARA A PROFISSIONALIZAÇÃO E PARA A MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA DESTA PODER. A SEGUIR, O SENHOR PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO SEBASTIÃO RUFINO, QUE AFIRMA QUE A HOMENAGEM AO COMITÊ TEM O OBJETIVO DE REFORÇAR A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DESENVOLVIDO POR UMA REDE DE VOLUNTÁRIOS VISANDO UMA SOCIEDADE JUSTA E RESPONSÁVEL. NA SEQÜÊNCIA, O SENHOR PRESIDENTE CONVIDA O DEPUTADO SEBASTIÃO RUFINO A ENTREGAR UMA PLACA COMEMORATIVA DOS QUARENTA ANOS DA PARCERIA ENTRE O ESTADO DE PERNAMBUCO E O ESTADO NORTE-AMERICANO DA GEÓRGIA À SENHORA LYNDA WOODRUFF. LOGO APÓS, O SENHOR PRESIDENTE CONVIDA O DEPUTADO ALBERTO FEITOSA A ENTREGAR UMA PLACA COMEMORATIVA DOS QUARENTA ANOS DA PARCERIA ENTRE O ESTADO DE PERNAMBUCO E O ESTADO NORTE-AMERICANO DA GEÓRGIA AO SENHOR TIBÉRIO DE PAULA PEDROSA. DANDO CONTINUIDADE, O SENHOR PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA À SENHORA LYNDA WOODRUFF, QUE CONSTATA QUE A PARCERIA GANHOU RECONHECIMENTO INTERNACIONAL COM O PASSAR DOS ANOS. PROSSEGUINDO, O SENHOR PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA AO SENHOR TIBÉRIO DE PAULA PEDROSA, QUE RELATA QUE OS ESTADOS DE PERNAMBUCO E DA GEÓRGIA HÁ QUARENTA ANOS DESENVOLVEM PROJETOS NAS ÁREAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E INTERAÇÃO CULTURAL. O MESTRE-DE-CERIMÔNIAS REGISTRA O RECEBIMENTO DE TELEGRAMAS DESCULPANDO-SE PELO NÃO COMPARECIMENTO NESTA SOLENIDADE EM VIRTUDE DE COMPROMISSOS FIRMADOS ANTERIORMENTE OS SENHORES DESEMBARGADOR JONES FIGUEIREDO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, JOSÉ BATISTA DE ALMEIDA FILHO, JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES E FRANCISCO WILDO E REGISTRA AS PRESENCAS DOS SENHORES KATE BENTLEY, VICE-CÔNSUL DOS ESTADOS UNIDOS; FRANCIS FERREIRA, PRESIDENTE DOS COMPANHEIROS PARAÍBA-CONNECTICUT; VEREADOR GERALDO AMORIM, SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOÃO PESSOA, CAPITAL DO ESTADO DA PARAÍBA; ALUNOS DO CURSO DE MBA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE EVENTOS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO – UNICAP; DENNIS SHAW, CONSULTOR DE EDUCAÇÃO ÉTICA DOS COMPANHEIROS DAS AMÉRICAS; MAJOR FERNANDO VASCONCELOS, CHEFE DA DIVISÃO DE OPERAÇÕES AÉREAS DO GRUPAMENTO DE BUSCA E SALVAMENTO E AÇÕES TÁTICAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITARES DE PERNAMBUCO; DURVALINO ANDREOTTI, CÔNSUL HONORÁRIO DA BULGÁRIA; PROFESSOR JURANDIR BEZERRA, ASSISTENTE EDUCACIONAL DA ESCOLA DO LEGISLATIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO; PROFESSOR REGINALDO BARROS, VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO – UFRPE; FERNANDO PAIVA, PROFESSOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE, SENHORA FÁTIMA RUFINO E MARIANA RUFINO, RESPECTIVAMENTE ESPOSA E FILHA DO DEPUTADO SEBASTIÃO RUFINO, E NOIVO DESTA. LOGO APÓS, O MESTRE-DE-CERIMÔNIAS CONVIDA OS PRESENTES A OUVIREM O HINO DE PERNAMBUCO. POR ÚLTIMO, O MESTRE-DE-CERIMÔNIAS PASSA A PALAVRA AO SENHOR PRESIDENTE, O QUAL AGRADECE PELAS PRESENCAS E ENCERRA A REUNIÃO, CONVOCANDO A PRÓXIMA, EM CARÁTER SOLENE, PARA AS DEZ HORAS DO DIA DE AMANHÃ PARA ENTREGA DO TÍTULO HONORÍFICO DE CIDADÃO DE PERNAMBUCO AO SENHOR POETA REPENTISTA SEBASTIÃO DIAS FILHO.

Expediente

CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE DEZEMBRO DE 2008.

EXPEDIENTE

PARECERES NºS 3166, 3167, 3168 E 3169 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS dando Redação Final aos Projetos de Lei nºs 503, 572, 656 e 657.

A Imprimir.

PARECER Nº 3170 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS dando Redação Final ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Resolução Desarquivado nº 30.

A Imprimir.

OFÍCIO Nº 188 - DA PROCURADORA CHEFE DA PROCURADORIA DE APOIO JURÍDICO-LEGISLATIVO AO GOVERNADOR encaminhando, em devolução, os autógrafos das Leis Ordinárias nºs 13.650, 13.651, 13.652, 13.653, 13.654, 13.655, 13.656, 13.657, 13.658, 13.659, 13.660, 13.661, 13.662, 13.663, 13.664, 13.665, 13.666, 13.667, 13.668, 13.669, 13.670, 13.671, 13.672, 13.673, 13.674, 13.675, 13.676 e 13.677, datadas de 04/12/2008.

Inteirada.

OFÍCIO Nº 88 - DA GESTORA DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO encaminhando o Relatório das Atividades - 2007.

Inteirada.

OFÍCIO Nº 148 - DO PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITAPETIM encaminhando cópia do Projeto de Decreto do Legislativo nº 001/2008.

Inteirada.

OFÍCIO Nº 1002 - DO SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL comunicando que foi liberada a terceira parcela do Convênio nº 108/2005-MI.

À 2ª Comissão.

OFÍCIO Nº 1015 - DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL enviando o balançete das atividades do biênio 2007/2008.

À Publicação.

OFÍCIO Nº 2815 - DO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS prestando esclarecimento acerca do Requerimento nº 2690, do Deputado Alberto Feitosa.

Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

OFÍCIO Nº 1-1439 - DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL RECIFE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL notificando o cancelamento do contrato de repasse nº 0242.824-66/2007.

Às 2ª e 6ª Comissões.

OFÍCIO S/N - DO DIRETOR GERAL DA UNIÃO NACIONAL DOS LEGISLATIVOS ESTADUAIS informando que encerrará suas atividades às 18:00 horas do dia 19 de dezembro de 2008.

Inteirada.

Atas de Comissões

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA 2 DE DEZEMBRO DE 2008.

Às nove horas do dia 2 (dois) do mês de dezembro do ano de dois mil e oito, no Plenarinho III, localizado no segundo andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado José Queiroz, reuniram-se os Deputados Adelmo Duarte, Augusto Coutinho, Isaltino Nascimento e Teresa Leitão, membros titulares e Deputados Alberto Feitosa, Antônio Moraes, Cel José Alves, Sebastião Rufino e Doutora Nadegi, membros suplentes. Observado, o *quorum* regimental, o Presidente iniciou a reunião e passou à leitura da ata da reunião anterior, que não tendo sofrido qualquer impugnação foi aprovada. Foram presentes à reunião deste Colegiado Técnico, o Deputado Soldado Moisés e o Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Estado de Pernambuco, Roldão Joaquim. Em seguida, foram distribuídas as seguintes proposições: Projeto de Lei Resolução nº 918/2008, de autoria do Deputado Sérgio Leite (Ementa: Concede o Título de Cidadão Honorífico Pernambucano ao Ilmo. Sr. Paulo Roberto de Figueiredo Castro), distribuído à Deputada Doutora Nadegi; Projeto de Lei Resolução nº 919/2008, de autoria do Deputado Guilherme Uchôa (Ementa: Denomina de “Edifício João Negromonte Filho” o novo prédio que será construído pela Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Sebastião Rufino; Projeto de Resolução nº 920/2008, de

autoria da Mesa Diretora (Ementa: Altera a Resolução nº 878, de 25 de junho de 2008 que Institui o Estatuto Social do Fundo de Previdência Complementar da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPEPREV), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Foram apresentadas as Emendas 2 a 7/2008, de autoria do Deputado Antônio Moraes ao Projeto de Lei Complementar nº 903/2008, do Poder Executivo (Ementa: Institui, no âmbito da Polícia Civil do Estado de Pernambuco, vinculada à Secretaria de Defesa Social, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, para os servidores integrantes do seu Quadro Próprio de Pessoal, e dá outras providências) e distribuídas, por dependência, ao Deputado Isaltino Nascimento. Em seguida, passou-se à discussão das seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 890/2008, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui, no âmbito da administração direta do Poder Executivo Estadual, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, para os servidores integrantes do seu quadro próprio de pessoal, e determina medidas correlatas), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Complementar nº 891/2008, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui, no âmbito da administração indireta do Poder Executivo Estadual, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, para os servidores integrantes do seu quadro próprio de pessoal, e dá outras providências), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Complementar nº 903/2008, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui, no âmbito da Polícia Civil do Estado de Pernambuco, vinculada à Secretaria de Defesa Social, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, para os servidores integrantes do seu Quadro Próprio de Pessoal, em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Emenda nºs 1 a 7/2008, de autoria do Deputado Antônio Moraes, ao Projeto de Lei Complementar nº 903/2008, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui, no âmbito da Polícia Civil do Estado de Pernambuco, vinculada à Secretaria de Defesa Social, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, para os servidores integrantes do seu Quadro Próprio de Pessoal, e dá outras providências), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, que as rejeitou à unanimidade e, em virtude de que, mediante acordo, o Governo encaminhará emendas para melhorar a proposição; Projeto de Lei Complementar nº 904/2008, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Dispõe sobre a carreira de Praça e o Quadro de Oficiais de Administração nas Corporações Militares Estaduais, sobre o Quadro de Especialistas da Polícia Militar de Pernambuco - PMPE, e dá outras providências), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Alberto Feitosa, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; as Emendas nºs 1 a 5/2008, de autoria do Deputado Soldado Moisés, ao Projeto de Lei Complementar nº 904/2008, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Dispõe sobre a carreira de Praça e o Quadro de Oficiais de Administração nas Corporações Militares Estaduais, sobre o Quadro de Especialistas da Polícia Militar de Pernambuco - PMPE, e dá outras providências), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Alberto Feitosa, foram retiradas, pelo autor, de tramitação; Projeto de Lei Ordinária nº 459/2008, de autoria do Deputado Eduardo Porto (Ementa: Institui o “Dia do Jipeiro” no âmbito do Território Pernambucano), tendo como relatora a Deputada Doutora Nadegi, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 543/2008, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Obriga farmácias e drogarías a manter a disposição do público, para consulta, lista de medicamentos genéricos em caracteres Braille), tendo como relator o Deputado Alberto Feitosa, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 551/2008, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Dispõe sobre a identificação de preços, taxas e parcelas, pelos estabelecimentos comerciais, na forma que menciona), tendo como relatora a Deputada Doutora Nadegi, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 799/2008, de autoria Deputado André Campos (Ementa: Denomina o trecho da Rodovia PE 90, que liga Surubim a Santa Maria do Cambucá de Rodovia PÉRICLES BEZERRA DE ALMEIDA), tendo como relator o Deputado Sebastião Rufino, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 846/2008, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, as áreas de terra que indica, e dá providências correlatas), tendo como relator o Deputado Alberto Feitosa, foi retirado da pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 884/2008, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, o imóvel que indica, e dá outras providências), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Alberto Feitosa, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Emenda Aditiva nº 01 de autoria do Deputado Pedro Eurico (Ementa: Adita o parágrafo segundo ao artigo 1º, renumerando o parágrafo único do Projeto de Lei Ordinária nº 884/2008, do Poder Executivo), ao Projeto de Lei Ordinária nº 904/2008, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, o imóvel que indica, e dá outras providências), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Alberto Feitosa, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 885/2008, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Dispõe sobre o Projeto “PE NO FUTURO”, no âmbito da Secretaria de Educação, e dá outras providências), em regime de urgência, tendo como relatora a Deputada Teresa Leitão, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 907/2008, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 12.202, de 10 de maio de 2002, que institui sistemática de tributação referente ao ICMS para operações realizadas por estabelecimento comercial atacadista com produtos alimentícios, de limpeza, de higiene pessoal e de bebidas), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Alberto Feitosa, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 912/2008, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 13.486, de 01 de julho de 2008, que institui o Bônus de Desempenho Educacional – BDE, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências), em regime de urgência, tendo como relatora a Deputada Teresa Leitão, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 913/2008, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui a Política Estadual de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e Outras Hemoglobinopatias, no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado de Pernambuco, e dá outras providências), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 914/2008, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Dispõe sobre a isenção de emolumentos e Taxa de Utilização dos Serviços Públicos Notarias ou de Registro (TSNR) incidentes sobre o procedimento administrativo para averiguação de paternidade, inclusive a averbação e certidão, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, e dá outras providências), em regime de urgência, tendo como relatora a Deputada Doutora Nadegi, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 915/2008, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Dispõe sobre a concessão de isenção da Taxa de Utilização dos Serviços Públicos Notariais ou de Registro (TSNR) aos militares, servidores e empregados públicos efetivos, da administração direta, indireta, autárquica e fundacional do Estado de Pernambuco, participantes do “Programa Habitacional do Servidor Público Estadual”, instituído pelo Decreto Estadual nº 30.949, de 26 de outubro de 2007, e dá outras providências), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Sebastião Rufino, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 916/2008, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Cria e extingue os cargos de provimento em comissão e as funções gratificadas que indica, e dá outras providências), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Resolução nº 918/2008, de autoria do Deputado Sérgio Leite (Ementa: Concede o Título de Cidadão Honorífico Pernambucano ao Ilmo. Sr. Paulo Roberto de Figueiredo Castro), tendo como relatora a Deputada Doutora Nadegi, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Resolução nº 919/2008, de autoria do Deputado Guilherme Uchôa (Ementa: Denomina de “Edifício João Negromonte Filho” o novo prédio que será construído pela Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco), tendo como relator o Deputado Sebastião Rufino, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 920/2008, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Altera a Resolução nº 878, de 25 de junho de 2008 que Institui o Estatuto Social do Fundo de Previdência Complementar da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPEPREV), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes. Na ausência do Deputado Antônio Moraes, foi designado par relatar a proposição o Deputado Sebastião Rufino, que a aprovou à unanimidade dos Deputados; Emenda Aditiva nº 1, apresentada Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática (Ementa: Adita os termos “diferenciado” e “microempresas” no inciso II do art. 22 do Projeto de Lei Ordinária nº 908 de 2008, de autoria do Poder Executivo), ao Projeto de Lei Ordinária nº 908/2008, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Dispõe sobre incentivos à pesquisa científica e tecnológica e à inovação no ambiente produtivo e social no Estado de Pernambuco, e dá outras providências), tendo como relatora Deputada Teresa Leitão, que a aprovou à unanimidade dos Deputados; Emenda Aditiva nº 2, apresentada pelo Deputado Carlos Santana (Ementa: Acrescenta ao Projeto de Lei n.º 908, de autoria do Governo do Estado, que dispõe sobre incentivos à pesquisa científica e tecnológica e à inovação no ambiente produtivo no Estado de Pernambuco e adota outras providências, um capítulo que dá “Apoio à Inovação as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.”), ao Projeto de Lei Ordinária nº 908/2008, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Dispõe sobre incentivos à pesquisa científica e tecnológica e à inovação no ambiente produtivo e social no Estado de Pernambuco, e dá outras providências), tendo como relatora a Deputada Teresa Leitão, que a rejeitou à unanimidade dos Deputados. Não havendo nada mais a tratar, foi encerrada a presente reunião e convocada a próxima para o dia 9 (nove) de dezembro de 2008 no horário regimental. Do que, para constar, eu, Irapuan Emerenciano, Assessor Jurídico desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Deputado José Queiroz

Presidente

Titulares:

Deputado Augusto César Filho

Deputado Adelmo Duarte

Deputado Augusto Coutinho

Deputado Isaltino Nascimento

Deputada Teresa Leitão

Suplentes:

Deputado Alberto Feitosa

Deputada Doutora Nadegi

Deputado Antônio Moraes

Deputado Cel. José Alves

Deputado Sebastião Rufino

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA 9 DE DEZEMBRO DE 2008.

Às dez horas do dia 9 (nove) do mês de dezembro do ano de dois mil e oito, no Plenarinho III, localizado no segundo andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado José Queiroz, reuniram-se os Deputados Augusto Coutinho, Isaltino Nascimento, Pedro Eurico e Teresa Leitão, membros titulares e Deputados Alberto Feitosa, Antônio Moraes, Cel José Alves, Eriberto Medeiros, Sebastião Rufino e Doutora Nadegi, membros suplentes. Observado, o *quorum* regimental, o Presidente iniciou a reunião e passou à leitura da ata da reunião anterior, que não tendo sofrido qualquer impugnação foi aprovada. Em seguida, foram distribuídas as seguintes proposições: Projeto de Resolução nº 921/2008, de autoria do Deputado Ricardo Teobaldo (Ementa: Concede Título de Cidadão do Estado de Pernambuco ao Pe. Luís Cecchin), distribuído ao Deputado Sebastião Rufino; e, em extrapauta, Emenda Aditiva nº 1, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Acrescenta artigos ao Projeto de Lei nº 906/2008, de autoria do Poder Executivo) ao Projeto de Lei Ordinária nº 906, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Prorroga o prazo de vigência da alíquota do ICMS incidente nas operações com veículos automotores novos), em segundo turno, distribuída, por dependência, ao Deputado Augusto César Filho. Em seguida, foram deliberadas as proposições: Projeto de Lei Ordinária nº 217/2007, de autoria do Deputado Izaías Régis (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos comerciais imprimirem informativo referente à coleta seletiva de lixo em sacolas plásticas utilizadas para embalagem e dá outras providências), tendo como relator o Deputado Pedro Eurico, que solicitou prazo para oferecer parecer; Projeto de Lei Ordinária nº 382/2007, de autoria do Deputado Mavíael Cavalcanti (Ementa: Dispõe sobre a utilização de espaços exclusivos para mulheres nos sistemas Ferroviários e Metroviários do Estado de Pernambuco), tendo como relator o Deputado Lourival Simões. Na ausência do Deputado Lourival Simões, foi designado para relatar a proposição o Deputado Augusto Coutinho, que solicitou prazo para oferecer parecer; Projeto de Lei Ordinária nº 656/2008, de autoria do Deputado José Queiroz (Ementa: Denomina de “Viaduto Dalvino Vila Nova”, o viaduto a ser construído no Km 65 da Br-104.em Pernambuco), tendo como reator o Deputado Mavíael Cavalcanti. Na ausência do Deputado Mavíael Cavalcanti, foi designado para relatar a proposição o Deputado Sebastião Rufino, que a aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 657/2008, de autoria do Deputado José Queiroz (Ementa: Denomina de “Viaduto Maria Martins Sá”, o viaduto que será construído no Km 64 da Br-104, em Pernambuco), tendo como relator o Deputado Mavíael Cavalcanti. Na ausência do Deputado Mavíael Cavalcanti, foi designado para relatar a proposição o Deputado Sebastião Rufino, que a aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 658/2008, de autoria do Deputado José Queiroz (Ementa: Denomina Giradouro Teófanos Gonçalves, o giradouro que virá a ser construído na interseção da PE-104, com a BR-232, no seu Km 62, em Pernambuco), tendo como relator o Deputado Mavíael Cavalcanti. Na ausência do Deputado Mavíael Cavalcanti, foi designado para relatar a proposição o Deputado Sebastião Rufino, que a aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 744/2008, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Considera a dança do brinquedo popular ciranda em patrimônio cultural e imaterial do Estado de Pernambuco), tendo como relator o Deputado Augusto César Filho. Na ausência do Deputado Augusto César Filho, foi designando o para relatar a proposição o Deputado Cel. José Alves, que a aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 797/2008, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a composição do Plenário da Junta Comercial do Estado de Pernambuco – JUCEPE), tendo como relator o Deputado Sebastião Rufino, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 812/2008, de autoria do Deputado Mavíael Cavalcanti (Ementa: Denomina trecho da PE-89, que liga Timbaúba, Macaparana até São Vicente Férrer, “Rodovia Governador Moura Cavalcanti”), tendo como relator o Deputado Augusto Coutinho, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 815/2008, de autoria do Deputado Alberto Feitosa (Ementa: Fica denominado “Viaduto Prefeito Lucas Cardoso” o primeiro viaduto localizado no KM 100, do perímetro urbano da cidade de Bezerros, na BR 232 - no sentido Gravatá/Caruaru), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 846/2008, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, as áreas de terra que indica, e dá providências correlatas), tendo como relator o Deputado Alberto Feitosa, que o aprovou por maioria, com os votos contrários dos Deputados Antônio Moraes, Augusto Coutinho e Pedro Eurico; Projeto de Lei Ordinária nº 859/2008, de autoria do Deputado Alberto Feitosa (Ementa: Fica denominado de Terminal Rodoviário Milton de Oliveira Santos, o Terminal Rodoviário da PE-15, em Olinda), tendo como relator o Deputado Augusto César Filho, foi retirado da pauta; Projeto de Resolução nº 813/2008, de autoria do Deputado Sebastião Rufino (Ementa: Renomina de “Plenarinho Deputado Afonso Ferraz” a Sala de Reuniões Plenarinho III, no Edifício Senador Nilo Coelho – Anexo I da Assembléia Legislativa de Pernambuco), tendo como relator o Deputado Augusto César Filho. Na ausência do Deputado Augusto César Filho, foi designando para relatar a proposição o Deputado Eriberto Medeiros, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 921/2008, de autoria do Deputado Ricardo Teobaldo (Ementa: Concede Título de Cidadão do Estado de Pernambuco ao Pe. Luís Cecchin),tendo como relator o Deputado Sebastião Rufino, que o aprovou à unanimidade dos Deputados. Não havendo nada mais a tratar, foi encerrada a presente reunião e convocada a próxima para o dia 16 (dezesseis) de dezembro de 2008 no horário regimental. Do que, para constar, eu, Irapuan Emerenciano, Assessor Jurídico desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Deputado José Queiroz
Presidente
Titulares:
Deputado Augusto Coutinho

Deputado Isaltino Nascimento
Deputada Teresa Leitão
Suplentes:
Deputado Alberto Feitosa
Deputada Doutora Nadegi
Deputado Antônio Moraes
Deputado Cel. José Alves
Deputado Sebastião Rufino

Deputado Augusto Coutinho
Deputado Cel. José Alves
Deputado Alberto Feitosa
Deputada Doutora Nadegi
Deputado Antônio Moraes
Deputado Cel. José Alves
Deputado Sebastião Rufino

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2008.

Às dez horas do dia 16 (dezesseis) do mês de dezembro do ano de dois mil e oito, no Plenarinho III, localizado no segundo andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado José Queiroz, reuniram-se os Deputados Adelmo Duarte, Isaltino Nascimento e Teresa Leitão, membros titulares e os Deputados Alberto Feitosa, Antônio Moraes, Mavíael Cavalcanti, Sebastião Rufino e Doutora Nadegi, membros suplentes. Observado, o *quorum* regimental, o Presidente iniciou a reunião e passou à leitura da ata da reunião anterior, que não tendo sofrido qualquer impugnação foi aprovada. Em seguida, foram distribuídas as seguintes proposições: Projeto de Resolução nº 922/2008, de autoria do Deputado André Campos (Ementa: Concede o Título Honorífico de “Cidadão do Estado de Pernambuco” ao Professor Armando Reis Vasconcelos), distribuído ao Deputado Alberto Feitosa; Projeto de Resolução nº 923/2008, de autoria do Deputado Airinho de Sá Carvalho (Ementa: Concede o Título de Cidadão do Estado de Pernambuco ao pesquisador e engenheiro Dr. Júlio Zoé de Brito), tendo como relator o Deputado Mavíael Cavalcanti; Projeto de Resolução nº 924/2008, de autoria do Deputado José Queiroz (Ementa: Concede o Título de Cidadão Pernambucano ao empresário Celso Maia Duarte), distribuído ao Deputado Alberto Feitosa; Substitutivo nº 1, apresentado pela Mesa Diretora (Ementa: Altera a redação do Projeto de Resolução nº 919/2008), ao Projeto de Resolução nº 919/2008, de autoria do Deputado José Queiroz (Ementa: Concede o Título de Cidadão Pernambucano ao empresário Celso Maia Duarte), distribuído ao Deputado Alberto Feitosa; Substitutivo nº 1, apresentado pela Mesa Diretora (Ementa: Altera a redação do Projeto de Resolução nº 919/2008), ao Projeto de Resolução nº 919/2008, de autoria do Deputado Guilherme Uchôa (Ementa: Denomina de “Edifício João Negromonte Filho” o novo prédio que será construído pela Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco), distribuído, por dependência, ao Deputado Sebastião Rufino. Em seqüência, foram deliberadas as proposições: Projeto de Lei Ordinária nº 217/2007, de autoria do Deputado Izaías Régis (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos comerciais imprimirem informativo referente à coleta seletiva de lixo em sacolas plásticas utilizadas para embalagem e dá outras providências) foi retirado da pauta, a pedido do autor; Projeto de Lei Ordinária nº 255/2007, de autoria do Deputado Izaías Régis (Ementa: Dispõe sobre a criação do Programa Educacional de Reciclagem Ambiental (PERAM), por meio da inclusão das instituições de ensino e suas conveniadas, como postos de coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis, para concessão de Créditos Acadêmicos Ambientais (CAAM) e dá outras providências), tendo como relator o Deputado Augusto Coutinho. Na ausência do Deputado Augusto Coutinho, foi designado para relatar a proposição o Deputado Adelmo Duarte, que a rejeitou, à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 382/2007, de autoria do Deputado Mavíael Cavalcanti (Ementa: Dispõe sobre a utilização de espaços exclusivos para mulheres nos sistemas Ferroviários e Metroviários do Estado de Pernambuco), tendo como relator o Deputado Lourival Simões. Na ausência do Deputado Lourival Simões, foi designada para relatar a proposição a Deputada Doutora Nadegi, que a rejeitou por maioria, tendo o voto contrário do Deputado Mavíael Cavalcanti; Projeto de Lei Ordinária nº 536/2008, de autoria do de Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas que recebem incentivos do Governo Estadual, preencherem no mínimo, 5% (cinco por cento) de seu quadro de funcionários com profissionais da faixa etária a partir de 40 (quarenta) anos, desde que estejam qualificados para a função a exercer, no âmbito do Estado de Pernambuco, contendo outras providências), tendo como relator o Deputado Augusto Coutinho. Na ausência do Deputado Augusto Coutinho, foi designada para relatar a proposição a Deputada Teresa Leitão, que a rejeitou à unanimidade dos Deputados; Na oportunidade, o Deputado Isaltino Nascimento usou da palavra para solicitar ao Plenário que envie a proposição ao Executivo para que assuma o tema, mediante indicação, visto que é uma iniciativa louvável; Projeto de Lei Ordinária nº 572/2008, de autoria da Deputada Isabel Cristina (Ementa: Denomina de Escola Miguel Arraes de Alencar a futura instalação da Escola de nível médio do Município de Granito - PE), tendo como relator o Deputado Augusto Coutinho. Na ausência do Deputado Augusto Coutinho, foi designado para relatar a proposição o Deputado Sebastião Rufino, que a aprovou, à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 818/2008, de autoria do Deputado Mavíael Cavalcanti (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação de espaço denominado “brinquedoteca” nos Hospitais e Unidades de saúde que ofereçam atendimentos pediátricos em regime de internação no Estado de Pernambuco), tendo como relatora a Deputada Doutora Nadegi, que o rejeitou por maioria, com o voto contrário do Deputado Mavíael Cavalcanti; Projeto de Lei Ordinária nº 850/2008, de autoria da Deputada Teresa Leitão (Ementa: Cria a Semana Estadual da Criança e do Adolescente no Estado de Pernambuco), tendo como relator o Deputado Sebastião Rufino, que o aprovou, à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 851/2008, de autoria da Deputada Teresa Leitão (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso da expressão “se beber, não dirija” em todos os cardápios e propagandas de bares, restaurantes e boates, no estado de Pernambuco), tendo como relatora a Deputada Doutora Nadegi, que o aprovou, à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 859/2008, de autoria do Deputado Alberto Feitosa (Ementa: Fica denominado de Terminal Rodoviário Milton de Oliveira Santos, o

Terminal Rodoviário da PE-15, em Olinda), tendo como relator o Deputado Augusto César Filho. Na ausência do Deputado Augusto César Filho, foi designado para relatar a proposição o Deputado Isaltino Nascimento , que a aprovou, à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 922/2008, de autoria do Deputado André Campos (Ementa: Concede o Título Honorífico de “Cidadão do Estado de Pernambuco” ao Professor Armando Reis Vasconcelos), tendo como relator o Deputado Alberto Feitosa, que o aprovou, à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 923/2008, de autoria do Deputado Airinho de Sá Carvalho (Ementa: Concede Título de Cidadão do Estado de Pernambuco ao pesquisador e engenheiro Dr. Júlio Zoé de Brito), tendo como relator o Deputado Mavíael Cavalcanti, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 924/2008, de autoria do Deputado José Queiroz (Ementa: Concede o Título de Cidadão Pernambucano ao empresário, Celso Maia Duarte), tendo como relator o Deputado Alberto Feitosa, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Substitutivo nº 1, apresentado pela Mesa Diretora (Ementa: Altera a redação do Projeto de Resolução nº 919/2008), ao Projeto de Resolução nº 919/2008, de autoria do Deputado Guilherme Uchôa (Ementa: Denomina de “Edifício João Negromonte Filho” o novo prédio que será construído pela Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco), tendo como relator o Deputado Sebastião Rufino, que o aprovou, à unanimidade dos Deputados, após enaltecer o homenageado. Ainda em discussão, em extrapauta, foi deliberado o Projeto de Lei Ordinária nº 503/2008, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Dispõe sobre a redução da base de cálculo do ICMS na prestação de serviço de telecomunicações destinada a empresa de “*call center*”), tendo como relator o Deputado Antônio Moraes, que o aprovou, à unanimidade dos Deputados. Não havendo nada mais a tratar, foi encerrada a presente reunião ordinária e convocada a próxima, em caráter extraordinário, para o dia 17 (dezessete) de dezembro de 2008, às dez horas e trinta minutos. Do que, para constar, eu, Irapuan Emerenciano, Assessor Jurídico desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Deputado José Queiroz
Presidente
Titulares:
Deputado Adelmo Duarte
Deputado Isaltino Nascimento
Deputada Teresa Leitão

Suplentes:
Deputado Alberto Feitosa
Deputada Doutora Nadegi
Deputado Antônio Moraes
Deputado Mavíael Cavalcanti
Deputado Sebastião Rufino

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO REALIZADA NO DIA DEZ DE DEZEMBRO DE 2008.

Às dez horas do dia dez de dezembro de dois mil e oito, no Plenarinho III da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, localizado no segundo andar do anexo I desta casa – Edifício Nilo Coelho, sob a presidência do Deputado Geraldo Coelho, reuniram-se os Deputados Antônio Moraes, Alberto Feitosa, Coronel José Alves, Edson Vieira, Manoel Ferreira, Mavíael Cavalcanti e Marcantônio Dourado, membros efetivos da Comissão, e os Deputados Sebastião Rufino e Soldado Moisés, membros suplentes. O Presidente, constatando a existência de quorum regimental, deu início aos trabalhos com a apresentação da ata da reunião anterior. Em seguida, como não havia projetos a serem distribuídos, foi feita a discussão dos seguintes projetos: **Substitutivo Nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária Nº 543/2008**, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Obriga farmácias e drogarias a manter a disposição do público, para consulta, lista de medicamentos genéricos em caracteres braille), relatado pelo Deputado Mavíael Cavalcanti, que apresentou parecer favorável à matéria, parecer esse aprovado por unanimidade pelo Colegiado; **Emendas Modificativas Nº01, Nº02 e Nº03 ao Projeto de Lei Ordinária Nº 845/2008**, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Dispõe sobre a identificação de preços, taxas e parcelas, pelos estabelecimentos comerciais, na forma que menciona), relatado pelo Deputado Antônio Moraes em substituição ao Deputado André Campos, que pediu vista da matéria, pedido esse autorizado pelo Presidente; **Projeto de Lei Ordinária Nº 797/2008**, de origem do Poder Executivo (Ementa: Altera a composição do Plenário da Junta Comercial do Estado de Pernambuco - JUCEPE), relatado pelo Deputado Geraldo Coelho, que apresentou parecer favorável à matéria, parecer esse aprovado por unanimidade pelo Colegiado; **Emendas Modificativas Nº01 e Nº02 ao Projeto de Lei Ordinária Nº 903/2008**, de origem do Poder Executivo (Ementa: Institui, no âmbito da Polícia Civil do Estado de Pernambuco, vinculada à Secretaria de defesa Social, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, para os servidores integrantes do seu Quadro Próprio de Pessoal, e dá outras providências), relatado pelo Deputado Antônio Moraes, que apresentou parecer favorável à matéria, parecer esse aprovado por unanimidade pelo Colegiado; **Projeto de Lei Ordinária Nº 904/2008**, de origem do Poder Executivo (Ementa: Dispõe sobre a carreira de Praça e o Quadro de Oficiais de Administração nas Corporações Militares Estaduais, sobre o Quadro de Especialistas da Polícia Militar de Pernambuco – PMPE, e dá outras providências), relatado pelo Deputado Sebastião Rufino em substituição ao Deputado Soldado Moisés, que apresentou parecer favorável à matéria, parecer esse aprovado por unanimidade pelo Colegiado; **Projeto de Lei Ordinária Nº 907/2008**, de origem do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei Nº 12.202, de 10 de maio de 2002, que institui sistemática de tributação referente ao ICMS para operações realizadas por estabelecimento comercial atacadista

com produtos alimentícios, de limpeza, de higiene pessoal e de bebidas), relatado pelo André Campos, que apresentou parecer favorável à matéria, parecer esse aprovado por unanimidade pelo Colegiado; **Emenda Modificativa Nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária Nº 914/2008**, de origem do Poder Executivo (Ementa: Dispõe sobre a isenção de emolumentos e Taxa de Utilização dos Serviços Públicos Notariais ou de Registros (TSNR) incidentes sobre o procedimento administrativo para averiguação de paternidade, inclusive a averbação e certidão, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, e dá outras providências), relatado pelo Deputado Mavíael Cavalcanti, que apresentou parecer favorável à matéria, parecer esse aprovado por unanimidade pelo Colegiado; **Projeto de Lei Ordinária Nº 915/2008**, de origem do Poder Executivo (Ementa: Dispõe sobre a concessão de isenção da Taxa de Utilização dos Serviços Públicos Notariais ou de Registro (TSNR) aos militares, servidores e empregados públicos efetivos, da administração direta, indireta, autárquica e fundacional do Estado de Pernambuco, participantes do “Programa Habitacional do Servidor Público Estadual”, instituído pelo Decreto Estadual Nº30.949, de 26 de outubro de 2007m e dá outras providências), relatado pelo Deputado Alberto Feitosa, que apresentou parecer favorável à matéria, parecer esse aprovado por unanimidade pelo Colegiado; **Emenda Modificativa Nº01 ao Projeto de Lei Ordinária Nº 916/2008**, de origem do Poder Executivo (Ementa: Cria e extingue os cargos de provimento em comissão e as funções gratificadas que indica, e dá outras providências), relatado pelo Deputado Mavíael Cavalcanti, que apresentou parecer favorável à matéria, parecer esse aprovado por unanimidade pelo Colegiado. Em seguida, não havendo mais projetos a serem discutidos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos dessa reunião ordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação. Do que, para constar, Eu, Osman Frazão Lima, lavrei a presente ata assinada pelos parlamentares abaixo.

Sala das Reuniões, 10 de dezembro de 2008.
Deputado Geraldo Coelho
Presidente da CFOT
Titulares:
Deputado Alberto Feitosa
Deputado Antônio Moraes
Deputado Cel. José Alves
Deputado Mavíael Cavalcanti
Suplentes:
Deputado Soldado Moisés

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO REALIZADA NO DIA DEZESSE-TE DE DEZEMBRO DE 2008.

Às dez horas do dia dezessete de dezembro de dois mil e oito, no Plenarinho III da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, localizado no segundo andar do anexo I desta casa – Edifício Nilo Coelho, sob a presidência do Deputado Geraldo Coelho, reuniram-se os Deputados Antônio Moraes, Alberto Feitosa, Coronel José Alves e Mavíael Cavalcanti, membros efetivos da Comissão. O Presidente, constatando a existência de quorum regimental, deu início aos trabalhos com a apresentação da ata da reunião anterior. Em seguida, como não havia projetos a serem distribuídos, foi feita a discussão dos seguintes projetos: **Projeto de Lei Ordinária Nº 503/2008**, de origem do Poder Executivo (Ementa: Dispõe sobre a redução da base de cálculo do ICMS na prestação de serviço de telecomunicações destinada a empresa de “call center”), relatado pelo Deputado Antônio Moraes em substituição ao Deputado Geraldo Coelho, que apresentou parecer favorável à matéria, parecer esse aprovado por unanimidade pelo Colegiado; **Substitutivo Nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária Nº 851/2008**, de origem da Comissão de Justiça (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso da expressão de “se beber, não dirija” em todos os cardápios e propagandas de bares, restaurantes e boates, no estado de Pernambuco), relatado pelo Deputado Geraldo Coelho, que apresentou parecer contrário à matéria, parecer esse aprovado por unanimidade pelo Colegiado. Concluída a discussão, o Presidente declarou encerrados os trabalhos dessa reunião ordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação. Do que, para constar, Eu, Osman Frazão Lima, lavrei a presente ata assinada pelos parlamentares abaixo.

Sala das Reuniões, 17 de dezembro de 2008.
Deputado Geraldo Coelho
Presidente da CFOT
Titulares:
Deputado Alberto Feitosa
Deputado Antônio Moraes
Deputado Cel. José Alves
Deputado Mavíael Cavalcanti

Deputado Augusto Coutinho
Deputado Cel. José Alves
Deputado Alberto Feitosa
Deputada Doutora Nadegi
Deputado Antônio Moraes
Deputado Cel. José Alves
Deputado Sebastião Rufino

Escala de Férias

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO
Superintendência de Recursos Humanos
Departamento de Desenvolvimento de Pessoal
Gerencia de Cadastro de Pessoal
ESCALA DE FÉRIAS

A Superintendente de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições, por delegação do Exmo. Sr. 1º Secretário, faz publicar,

nos termos do Ato nº. 468/89 do Presidente e, cumprindo o disposto no artigo 103 da Lei nº. 6123/68, a Escala de Férias dos servidores integrantes dos quadros de pessoal efetivo e comissionado da Assembléia Legislativa, na seguinte ordem:

MAT	NOME DO FUNCIONÁRIO	EXERCÍCIO	GOZO
0024729	ADELMA MARIA BARBOSA DA SILVA	2008/2009	04/01 a 02/02/2009
0024100	ADEMUR JOSE BATISTA MONTEIRO	2008/2009	02 a 31/01/2009
0022462	ADENILDA DUARTE RIBEIRO	2008/2009	01 a 30/01/2009
0022153	ADJAMA MA. DE OLIVEIRA BEZERRA	2007/2008	01 a 30/12/2008
0000299	ADRIANA CORREA AZEVEDO	2009	05/01 a 03/02/2009
0024726	ADRIANO SERGIO PIRES SILVA GUI	2008/2009	04/01 a 02/02/2009
0000509	AGENOR CARLOS FERREIRA LIMA	2009	02 a 31/01/2009
0000279	AGOSTINHO NUNES DE ARAUJO	2009	02 a 31/01/2009
0000444	ALBERON GOMES LISBOA	2009	05/01 a 03/02/2009
0000526	ALCIDÉZIO BARBOSA DE MOURA	2009	01 a 30/01/2009
0000156	ALDO DE AZEREDO COUTINHO	2009	15/01 a 13/02/2009
0021776	ALESSANDRO DA COSTA MARTINS	2008/2009	01 a 30/01/2009
0021039	ALEXANDRE MAGNO DE FRANCA	2008/2009	02 a 31/01/2009
0023951	ALEXANDRE MARQUES DE ANDRADE	2008/2009	01 a 30/01/2009
0000437	AMARO ROBERTO SOARES DE LIMA	2009	01 a 30/01/2009
0000291	ANA ROSA FERREIRA L. VASCONCEL	2009	03/01 a 01/02/2009
0020675	ANDERSON CAVALCANTI GALVAO	2008/2009	05/01 a 03/02/2009
0024044	ANDRE AYRES BEZERRA DA COSTA	02 a 31/01/2009	2008/2009
0000304	ANDRE COSTA SALGADO	2009	05/01 a 03/02/2009
0022874	ANDREA CRISTINA TAVARES DE AND	2008/2009	05/01 a 03/02/2009
0021942	ANDREA JULIANO	2008/2009	01 a 30/01/2009
0021537	ANDREA MARIA VENTURA DE MEDEIR	2008/2009	01 a 30/01/2009
0020508	ANELENA LOPES DE ALMEIDA	2008/2009	02 a 31/01/2009
0024705	ANGELINA DE PAULA LOPES AYRES	2008/2009	01 a 30/01/2009
0000272	ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA PIRE	2009	01 a 30/01/2009
0020583	ANTONIO ESTANISLAU V. BRANDAO	2008/2009	04/01 a 02/02/2009
0024104	ANTONIO MARCOS NASCIMENTO DE P	2008/2009	02 a 31/01/2009
0024692	ANTONIO MONTEIRO BEZERRA NETO	2007/2008	01 a 30/12/2008
0000512	ANTONIO STENIO S. DE ALMEIDA	2009	05/01 a 03/02/2009
0023837	ARGEMIRO BERTINO PEREIRA DE CA	2007/2008	01 a 30/12/2008
0023185	ARI CARVALHO SILVA	2008/2009	02 a 31/01/2009
0000352	ARMANDO JOSE DE BRITO FERREIRA	2008	01 a 30/01/2009
0020971	ARMINDO QUEOPS GOMES DE ANDRAD	2008/2009	02 a 31/01/2009
0024200	ASSUERO VASCONCELOS DE ARRUDA	2008/2009	01 a 30/01/2009
0000379	AUCIRES F. DE ALBUQUERQUE	2009	02 a 31/01/2009
0023299	BRENO ALVES TRAVASSOS	2008/2009	01 a 30/01/2009
0024395	BRUNO RICARDO RAPOSO IBERNON D	2008/2009	01 a 30/01/2009
0000363	CARMEM SOLANGE COUTINHO	2009	01 a 30/01/2009
0000359	CATARINA CAVALCANTI R MACIEL	2009	05/01 a 03/02/2009
0000491	CLAUDIA CHAVES LUCENA	2009	05/01 a 03/02/2009
0021393	CLAUDIA PEREIRA DA SILVA	2008/2009	01 a 30/01/2009
0023556	CLAUDIO AUGUSTO SOLDA	2008/2009	05/01 a 03/02/2009
0000447	CLAYTON JOSE ARAUJO DE AGUIAR	2009	02 a 31/01/2009
0024715	CLECIO BARBOSA DA SILVA	2008/2009	04/01 a 02/02/2009
0022149	CLIVIO JOSE NETO FILHO	2008/2009	01 a 30/01/2009
0023781	CRISTIANA RODRIGUES CARVALHO	2008/2009	02 a 31/01/2009
0020677	CRISTIANE ALVES DE LIMA	2008/2009	01 a 30/01/2009
0022632	DANIELLA MARIA C. DE B. ALVES	2008/2009	01 a 30/01/2009
0023582	DIANA BARROS VASCONCELOS	2008/2009	10/01 a 08/02/2009
0021713	DIOGO BORGES DAMASIO QUEIROZ	2008/2009	01 a 30/01/2009
0020920	DIRLAYNE MARIA ALMEIDA DE ARAU	2008/2009	01 a 30/01/2009
0000193	DJALMA GOMES DA SILVA	2009	02 a 31/01/2009
0000128	DJALMA PAULO DE ANDRADE	2009	01 a 30/01/2009
0000400	DONIZETE OLIVEIRA E SILVA	2009	02 a 31/01/2009
0024101	EDILTON FALCAO VILAR	2008/2009	02 a 31/01/2009
0022732	EDILZA MARIA DA SILVA	2008/2009	01 a 30/01/2009
0000233	EDLANE BRANDAO DE LIMA NASCIME	2009	02 a 31/01/2009
0000187	EDMILSON DE MENDONCA MARTINS	2009	03/01 a 01/02/2009
0022341	EDSON JOSE DE MELO DA SILVA	2008/2009	01 a 30/01/2009
0000365	EDSON MOURY FERNANDES NETO	2009	05/01 a 03/02/2009
0000246	EDVALDO JOSE C. DE ALCANTARA	2009	01 a 30/01/2009
0022319	ELIANE CARVALHO Salsa	2008/2009	02 a 31/01/2009
0023826	ELIZANDRA MARIA CAMARA U CAVAL	2008/2009	01 a 30/01/2009
0024695	EMILIANNE MARIA BEZERRA MALTA	2007/2008	01 a 30/12/2008
0000496	ENOQUE TAVARES DA SILVA	2009	01 a 30/01/2009
0000284	FABIOLA TINE BRASILEIRO	2009	01 a 30/01/2009
0024068	FERNANDA IARA DE CARVALHO PARE	2008/2009	02 a 31/01/2009
0023452	FERNANDO ANTONIO TUDE DE MELO	2008/2009	01 a 30/01/2009
0023901	FERNANDO JOSE DO NASCIMENTO	2008/2009	01 a 30/01/2009
0024335	FILIFE OLIVEIRA SANTOS ALMEIDA	2008/2009	01 a 30/01/2009
0022965	FLAVIA TERESA COUTINHO DE AZEV	2008/2009	03/01 a 01/02/2009
0023600	FLAVIO MARQUES FERNANDES	2008/2009	01 a 30/01/2009
0020718	FRANCISCA MARIA FERREIRA NEVES	2008/2009	01 a 30/01/2009
0000227	FRANCISCO DE ASSIS FARIAS	2009	01 a 30/01/2009
0022574	FRANCISCO ROMULO DE S. SARAIVA	2008/2009	01 a 30/01/2009
0024421	FRANCKLIN BEZERRA SANTOS	2008/2009	01 a 30/01/2009
0000219	GERANA ALVES VIEIRA DE MELO	2009	02 a 31/01/2009
0023812	GILDO DANTAS CORREIA DE GOIS	2007/2008	01 a 30/01/2009
0000169	GILVAN DA CRUZ PINHEIRO	2009	02 a 31/01/2009
0042157	GLORIA MARIA LINS PAES DE MELO	2007/2008	01 a 30/12/2008
0023182	HAMILTON SEBASTIAO DA ROCHA	2008/2009	01 a 30/01/2009
0022541	HELIANE RANULFO COSTA	2008/2009	01 a 30/01/2009
0024042	HELMO TAVARES NEVES	2008/2009	01 a 30/01/2009
0000287	IANE MICHELLE MAGALHAES	2009	05/01 a 03/02/2009
0000353	ISAIAS GOMES DA SILVA	2009	05/01 a 03/02/2009
0000302	IVANICE MARIA DA COSTA RAMOS	2009	01 a 30/01/2009
0022514	IVETE CAETANO DE OLIVEIRA	2008/2009	01 a 30/01/2009
0021058	IVONE MARIA DA SILVA	2008/2009	01 a 30/01/2009
0024256	JACQUELINE CORREIA DE ARAUJO XA	2008/2009	02 a 31/01/2009
0024598	JESSICA PRISCILA AVELINO SILVA	2007/2008	01 a 30/12/2008
0022317	JOAB WANDERLEY PAIVA	2008/2009	02 a 31/01/2009
0000376	JOACIRA TAVARES GUERRA	02 a 31/01/2009	2009
0000131	JOAO BOSCO KEHRLÉ	2009	01 a 30/01/2009
0000199	JOAO FLORENCIO FREITAS FILHO	2009	01 a 30/01/2009
0000114	JOAQUIM DO REGO CAVALCANTI	2008	05/01 a 03/02/2009
0000280	JOSAFÁ FIDÉLES DE OLIVEIRA	2009	02 a 31/01/2009
0022572	JOSANA CLEMENTINO DINIZ	2008/2009	01 a 30/01/2009
0023832	JOSE ANTONIO MONTANHA FILHO	2008/2009	02 a 31/01/2009
0024453	JOSE DAVID GIL RODRIGUES NETO	2007/2008	01 a 30/12/2008
0021068	JOSE DE SOUSA	2008/2009	04/01 a 02/02/2009
0020947	JOSE FRANCISCO DOS SANTOS	2008/2009	01 a 30/01/2009
0023902	JOSE GERMANO DE OLIVEIRA JUNIO	2008/2009	01 a 30/01/2009
0021920	JOSE JORDAO DE MOURA	2008/2009	01 a 30/01/2009
0020550	JOSE LUIZ FREIRE MATEUS	2007/2008	01 a 30/12/2008

0000396	JOSE REGINALDO HERACLIO	2009	01 a 30/01/2009
0000326	JOSE RICARDO MONTEIRO BARROS	2009	02 a 31/01/2009
0000313	JOSEFA JOSINAIDE BARBOSA DO RE	2009	02 a 31/01/2009
0024009	JOSELI LACERDA LIMA	2008/2009	01 a 30/01/2009
0024442	JOSIAS DA SILVA GOUVEIA	2008/2009	05/01 a 03/02/2009
0000476	JOSIAS FELISMINO RAMOS	2009	01 a 30/01/2009
0024499	JOSIAS LINS DE HOLANDA FILHO	2008/2009	01 a 30/01/2009
0000504	JULIANA SALAZAR PEREIRA DA COS	2008	2ºPer 16/01 a 14/02/2009
0000528	KATIA HELENA V.CAVALCANTI	2008	01 a 30/12/2008
0023926	LENITA MACHADO RIBEIRO	2008/2009	01 a 30/01/2009
0000433	LILIANE CAVALCANTI BARRETO CAM	2009	01 a 30/01/2009
0000482	LUCIA DE FATIMA DA SILVA PAES	2009	16/01 a 14/02/2009
0000244	LUCIA HELENA DE B. CABRAL LEAL	2009	05/01 a 03/02/2009
0000167	LUCIA PEDROSA DA SILVA	2009	05/01 a 03/02/2009
0000542	LUCIANO SARAIVA DOS SANTOS	2009	05/01 a 03/02/2009
0000404	LUCILO DOS SANTOS DE OLIVEIRA	2009	02 a 31/01/2009
0000446	LUIZ COUTINHO DIAS FILHO	2009	05/01 a 03/02/2009
0020818	LUIZ PEREIRA DE LIMA	2008/2009	02 a 31/01/2009
0000147	LUPERCIO DE FREITAS BRITO	2009	02 a 31/01/2009
0021123	MAEZIO RIBEIRO XAVIER	2008/2009	01 a 30/01/2009
0023378	MAGDA MARIA MACIEL MODESTO	2008/2009	02 a 31/01/2009
0023984	MANOEL ARAGAO DE SOUZA MEDEIRO	2008/2009	01 a 30/01/2009
0022864	MARCELA CAVALCANTE VILAR DE SA	2008/2009	01 a 30/01/2009
0000502	MARCELO CABRAL E SILVA	2009	05/01 a 03/02/2009
0022586	MARCELO CARVALHO A. DE LACERDA	2008/2009	01 a 30/01/2009
0023297	MARCELO JOSE DA SILVA	2008/2009	01 a 30/01/2009
0024394	MARCIO JOSE RAPOSO IBERNON DE	2008/2009	01 a 30/01/2009
0000460	MARCIO LUIZ FERRAZ BARBOSA	2009	06/01 a 04/02/2009
0000163	MARCOS ANTONIO DE ANDRADE PERE	2009	05/01 a 03/02/2009
0000198	MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA ARA	2009	01 a 30/01/2009
0022353	MARCOS ANTONIO RUEDA MORAES	2007/2008	01 a 30/12/2008
0000358	MARCUS VINICIUS DE A. MELO	2009	02 a 31/01/2009
0000238	MARIA DA CONCEICAO DA SILVA	2009	05/01 a 03/02/2009
0024078	MARIA DA CONCEICAO DE CARVALHO	2008/2009	02 a 31/01/2009
0000303	MARIA DA CONCEICAO DE S. PESSO	2009	01/02 a 02/03/2009
0023974	MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS	2008/2009	02 a 31/01/2009
0023620	MARIA DAS GRACAS DE ARAUJO SAL	2008/2009	01 a 30/01/2009
0000337	MARIA DAS GRACAS FERREIRA DE V	2009	02 a 31/01/2009
0023348	MARIA DE FATIMA BATISTA PEREIR	2008/2009	01 a 30/01/2009
0021024	MARIA DO SOCORRO ALVES FERREIR	2008/2009	01 a 30/01/2009
0000339	MARIA DO SOCORRO C DE ALMEIDA	2009	01 a 30/01/2009
0000212	MARIA DO SOCORRO DA SILVA	2009	02 a 31/01/2009
0000191	MARIA DO SOCORRO DE LIMA RODRI	2009	05/01 a 03/02/2009
0022385	MARIA GORETTI LAMPREIA PADILHA	2007/2008	01 a 30/01/2009
0000539	MARIA IZABEL CABRAL DA FONSECA	2008	05/01 a 03/02/2009
0000327	MARIA MATILDE A. LEITE WATTS	2009	02 a 31/01/2009
0024716	MARILENE MARCOLINO VIEIRA	2008/2009	03/01 a 01/02/2009
0024648	MARIZA FERREIRA DE SOUZA	2007/2008	01 a 30/12/2008
0000207	MARTA DOMITILA FREITAS CARVALH	2009	08/01 a 06/02/2009
0023310	MAURI FERNANDES CINTRA DE ALBU	2008/2009	01 a 30/01/2009
0000386	MAURICIO MOURA M. DA FONTE	2009	02 a 31/01/2009
0021386	MAURILIO JOSE RODRIGUES SILVA	2007/2008	01 a 30/01/2009
0024574	MIGUEL CALDAS LISBOA	2007/2008	01 a 30/12/2008
0000334	MONICA GRASSANO GOUVEA DE MELO	2009	01 a 30/01/2009
0000319	MONICA LUCIA NANES DE SIQUEIRA	2009	02 a 31/01/2009
0020577	MONICA RODRIGUES DE A. SILVA	2008/2009	01 a 30/01/2009
0000329	NORMA MARIA SIAO SOARES	2009	01 a 30/01/2009
0023818	OLIVIA DOS SANTOS SOARES LIRA	2008/2009	01 a 30/01/2009
0024749	PAOLA ESTEVES ARAUJO	2008/2009	15/01 a 13/02/2009
0021728	PATRICIA FERNANDES BRAGA	2008/2009	01 a 30/01/2009
0024751	PAULA VANESSA CORREIA	2008/2009	15/01 a 13/02/2009
0000159	PAULO RIBEIRO DEODORO	2009	30/01 a 28/02/2009
0023404	PEDRO CAVALCANTI LIRA	2007/2008	01 a 30/12/2008
0024493	PEDRO HENRIQUE ESTEVES ARAUJO	2008/2009	02 a 31/01/2009
0024703	POLIANA FREIRE ALVES DE SOUZA	2008/2009	01 a 30/01/2009
0000209	RACHEL CHERNICHARRO CORREA	2009	02 a 31/01/2009
0020189	REGINALDO DO CARMO ALVES	2008/2009	01 a 30/01/2009
0024196	RENATA CECILIA PEREIRA BARBOSA	2008/2009	01 a 30/01/2009
0024007	RISANDE MARIA CANTO CORREIA DO	2008/2009	01 a 30/01/2009
0000318	ROBERTA SANTANA DO AMARAL	2009	02 a 31/01/2009
0024502	RODRIGO MOREIRA CORDEIRO	2007/2008	14/12 a 12/01/2009
0024038	ROGERIO DE MOURA COSTA	2008/2009	01 a 30/01/2009
0021775	ROMERO PESSOA GUERRA	2008/2009	02 a 31/01/2009
0000395	ROMMEL NUNES DE FARIAS	2009	02 a 31/01/2009
0000137	ROMUL ALVES PIRES	2009	02 a 31/01/2009
0024306	ROSANGELA BRANDAO	2008/2009	01 a 30/01/2009
0020980	SALVIANO RUFINO DE SOUZA	2008/2009	01 a 30/01/2009
0022059	SANDRA AVELINA DA COSTA	2008/2009	01 a 30/01/2009
0000345	SANDRA BATISTA VERAS	2009	02 a 31/01/2009
0000399	SANDRA CORDEIRO REGO PINTO	2009	05/01 a 03/02/2009
0024538	SANDRA REJANE DA SILVA	2008/2009	01 a 30/01/2009
0022247	SAULO GUIMARAES MALTA JUNIOR	2008/2009	01 a 30/01/2009
0023401	SELMA JOSE ELIAS DE AMORIM NAS	2008/2009	01 a 30/01/2009
0023217	SERGIO FREIRE DE BRITO	2007/2008	01 a 30/12/2008
0000230	SEVERINO JODEVAN DOS SANTOS	2009	01 a 30/01/2009
0022972	SEVERINO JOSE RIBEIRO	2008/2009	01 a 30/01/2009
0000282	SEVERINO SANTINO DA SILVA	2009	0